

QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL E MERCADO DE TRABALHO:

Reflexões e ensaios metodológicos construídos
a partir da Pesquisa de Emprego e Desemprego



Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

**Qualificação Profissional e
Mercado de Trabalho:**
Reflexões e ensaios
metodológicos construídos a
partir da Pesquisa de Emprego
e Desemprego

DIIESE

São Paulo, 2011

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

Escritório Nacional: Rua Aurora, 957, 1º andar, Centro - São Paulo - SP - CEP 01209-001

Tel.: (11) 3874-5366 - Fax: (11) 3874-5394 - en@dieese.org.br - www.dieese.org.br

DIREÇÃO SINDICAL EXECUTIVA

Zenaide Honório - *Presidenta* - Sind. Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (Apeoesp)

Josinaldo José de Barros - *Vice-presidente* - STI Metal., Mecânicas e de Materiais Elétricos de Guarulhos, Arujá, Mairiporã e Santa Isabel

Pedro Celso Rosa - *Secretário* - STI Met. de Máquinas, Mecânicas, Material Elétrico de Veículos e Peças Automotivas da Grande Curitiba

Alberto Soares da Silva - *Diretor Executivo* - STI de Energia Elétrica de Campinas

João Vicente Silva Cayres - *Diretor Executivo* - STI Metalúrgicas do ABC

Ana Tércia Sanches - *Diretora Executiva* - SEEB São Paulo, Osasco e Região

Antônio de Sousa - *Diretor Executivo* - STI Met., Mecânicas e de Material Elétrico de Osasco e Região

Paulo de Tarso Guedes de Brito Costa - *Diretor Executivo* - Sindicato dos Eletricitários da Bahia

José Carlos Souza - *Diretor Executivo* - STI de Energia Elétrica de São Paulo

Mara Luzia Feltes - *Diretora Executiva* - SE em Empresas de Assessoramentos, Perícias, Informações, Pesquisas e de Fundações Estaduais do RS

Roberto Alves da Silva - *Diretor Executivo* - FT em Serviços de Asseio e Conserv. Ambiental Urbana e Áreas Verdes do Estado de SP

Maria das Graças de Oliveira - *Diretora Executiva* - Sindicato Servidores Públicos Federais de PE

Tadeu Moraes de Sousa - *Diretor Executivo* - STI Met., Mecânicas, Material Elétrico SP, Mogi e Região

DIREÇÃO TÉCNICA

Clemente Ganz Lúcio - *Diretor técnico*

Ademir Figueiredo - *Coordenador de estudos e desenvolvimento*

José Silvestre Prado de Oliveira - *Coordenador de relações sindicais*

Nelson Karam - *Coordenador de educação*

Francisco J. C. de Oliveira - *Coordenador de pesquisas*

Rosana de Freitas - *Coordenadora administrativa e financeira*

EQUIPE RESPONSÁVEL

Mario Marcos Rodarte, Ana Flávia Machado, Eduardo Schneider, Lúcia Garcia, Edgard Rodrigo Fusaro

**Qualificação Profissional e
Mercado de Trabalho:**
Reflexões e ensaios
metodológicos construídos a
partir da Pesquisa de Emprego
e Desemprego

São Paulo, 2011

Impressão

Rettec Artes Gráficas e Editora

Tiragem

2 mil exemplares

Projeto gráfico

Caco Bisol Produção Gráfica Ltda.

Capa e produção gráfica

Caco Bisol Produção Gráfica Ltda.
(Márcia Helena Ramos)

*É permitida a reprodução parcial ou total dos textos desta publicação,
desde que citada a fonte.*

DIEESE

D419 Qualificação Profissional e Mercado de Trabalho : reflexões e ensaios metodológicos construídos a partir da Pesquisa de Emprego e Desemprego / Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. – São Paulo : DIEESE, 2011.

128 p.

1. Qualificação profissional. 2. Mercado de trabalho. 3. Escolaridade.
4. Pesquisa de Emprego e Desemprego. I. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. II. Sistema PED III. Título.

CDU 331.36

Sumário

Introdução	7
Capítulo 1 Mudanças na educação e no trabalho	19
Capítulo 2 Educação e qualificação para o trabalho: um breve diagnóstico da formação dos trabalhadores metropolitanos	41
Capítulo 3 Dinâmica ocupacional, requisitos de contratação e uma proposta de tipologia de ramos de atividade segundo a qualificação profissional	63
Capítulo 4 A efetividade da qualificação profissional no mercado de trabalho metropolitano: um estudo a partir da PED e da Pesquisa Suplementar de 2008	107

Introdução

Nos anos 1990, diante da escassez de oportunidades ocupacionais, o desemprego se alastrava e generalizava – atingindo todas as regiões do país e segmentos populacionais. À procura de trabalho estavam, em 1999, entre um quinto (Porto Alegre) e quase um terço (Salvador) da força de trabalho nas regiões monitoradas pelo Sistema PED, e, entre estes, muitos trabalhadores qualificados, os quais se distinguiam pela escolaridade acima da média geral da população, pela elevada especialização e reconhecida experiência.

Neste contexto, para as empresas, a seleção de pessoal ocorria confortavelmente, com um banco de reservas grande e em expansão. Era possível requisitar os trabalhadores considerados melhores e as substituições ocorriam facilmente, geralmente acompanhadas de redução dos salários.

Nos anos 2000, em particular a partir de 2005, com variações positivas e crescentes do Produto Interno Bruto, esta realidade mudou. A demanda por trabalhadores aumentou em ritmo superior ao da força de trabalho, fazendo o desemprego declinar. Ou seja, o banco de reservas foi substancialmente reduzido.

Mesmo com alguma singularidade imposta pela dinâmica do desenvolvimento contemporâneo, no essencial, a seleção de trabalhadores preservou a lógica que lhe é intrínseca – procurar os melhores entre aqueles que postulam trabalho. Após alguns anos, porém, a persistência da situação econômica favorável e a contínua demanda por trabalhadores acabaram por gerar mudanças qualitativas nos processos de *procura, seleção e contratação – ou seja, na dinâmica do mercado de trabalho*.

A expressão mais evidente disso refletiu-se no novo perfil dos desempregados, ao final da última década. Embora continuasse numeroso e heterogêneo, esse grupo de trabalhadores com disponibilidade imediata para inserção produtiva parecia não mais cumprir adequadamente o papel de um bom banco de reservas, na visão de *headhunters*, empresários e de grande parcela da mídia nacional.

Concretamente, ao acompanhar o crescimento da escolaridade da população brasileira, o grupo mais reduzido de desempregados tornou-se, em média, mais qualificado. Porém, internamente, devido ao ritmo mais acelerado de absorção dos desempregados com escolaridade e qualificação mais elevada, a proporção dos trabalhadores com menos anos de estudo cresceu. Em síntese, de modo absoluto, ocorreu uma desejável melhora da qualidade da força de trabalho disponível, embora, em termos relativos, o estoque dos mais qualificados tenha se reduzido em velocidade há muito não vista.

Com isso, as seleções se tornaram, gradativamente, mais difíceis e, mesmo com critérios afrouxados, a escassez relativa de perfis específicos de trabalhadores acarretou crescimento da remuneração em alguns setores produtivos.

Para o futuro, estes salários mais elevados deverão cumprir a função de sinalizadores para mobilizações setoriais e regionais de trabalhadores com perfis desejados. Mesmo não sendo simples, nem automático e/ou indolor, tais desdobramentos, que em outras épocas marcaram a ocupação do território nacional, serão inevitáveis e resolverão, grosso modo, a necessária sincronia entre qualificações demandadas e ofertadas.

A compatibilidade almejada, entretanto, mesmo quando longe da perfeição, poderá ser muito dificultada por problemas de desestruturação dos mecanismos de intermediação da força de trabalho e ausência de diálogo entre o sistema de educação e de formação profissional e o destino produtivo do país.

A superação de limitações históricas da sociedade brasileira pode provocar a construção de uma nova agenda positiva que traz oportunidades para o debate fértil do desenvolvimento centrado no trabalho e no crescimento humano. Para estar preparado para isto, é necessário conhecer a realidade nacional.

Qualificação profissional e mercado de trabalho no Brasil do desenvolvimento

A sociedade brasileira é dinâmica, fecunda na geração de novos fenômenos e fatos, os quais sinalizam vivacidade. Para este dinamismo, concorrem vários fatores, entre eles, um contexto democrático no qual atuam diversos grupos de interesse que disputam palmo a palmo interpretações e diretrizes da ação pública para o equacionamento de grandes questões socioeconômicas. É neste ambiente político, tomando-se a compreensão laica do termo, que as versões, muitas vezes, suplantam os fatos.

Dessa forma, como as relações entre mercado de trabalho e qualificação são centrais na definição das diretrizes de um modelo de desenvolvi-

mento que implicam conflitos de visões e interesses, especialistas e grupos sociais organizados estão divididos sobre o assunto.

Por um lado, o maior dinamismo econômico que tem reflexo sobre o mercado de trabalho ao gerar elevação salarial é fenômeno que tem a lógica prevista e delineada nos bons textos da teoria econômica. Trata-se, neste sentido, de possibilidade integrante das regras de um jogo, amplamente aceito até o momento atual. Com este modelo, o Brasil ultrapassou, inclusive, revoluções tecnológicas com perfil altamente conservador e de consequências nefastas para os trabalhadores do país, nos anos 1990.

Com o aceno do desenvolvimento, entretanto, para parte da grande mídia e segmentos do setor empresarial, o funcionamento das engrenagens do mercado agora em prol da valorização do trabalho parece gerar um estranhamento.

Assim, nos embates interpretativos sobre um novo padrão de funcionamento de seleções e contratações sob a égide do crescimento, surgiu a denominação “*apagação de mão de obra*”. Na prática, expressa um deslocamento da realidade atual que resultou em ampliação das dificuldades para compatibilização de qualificações requeridas e ofertadas, para uma situação hipotética de inexistência absoluta de trabalhadores qualificados, este novo “conceito” parece ter sido cunhado com a intenção calculada de impacto midiático.

Se aceito sem questionamento, por se acreditar bom mobilizador social para o legítimo e necessário debate acerca da escolaridade e da qualificação profissional, o discurso do “*apagação de mão de obra*” pode gerar um afastamento das soluções reais para os problemas do mercado de trabalho no país. Afinal, muitas vezes repetido, este raciocínio acaba por hegemonizar a ideia de que as limitações à produtividade e ao desenvolvimento se devem às características da própria força de trabalho.

Vista de modo crítico pelo DIEESE, que considera esta colocação reducionista e distorcida, outro posicionamento diante deste ponto é adotado.

Para o DIEESE, os fundamentos da dessincronia entre qualificações demandadas e oferecidas no mercado de trabalho nacional encontram-se, hoje, no histórico desequilíbrio e nas desigualdades que orientaram a disponibilidade e absorção produtiva dos trabalhadores brasileiros. Assim, motivada pela ideia de que este debate pauta o desenvolvimento centrado no trabalho, a instituição vem produzindo vários estudos sobre as relações entre qualificação e mercado de trabalho, quatro deles apresentados na forma de capítulos da obra ora apresentada.

Tratam-se de estudos realizados entre 2008 e 2009, que tomaram como base os resultados da Pesquisa de Emprego e Desemprego sob diferentes aspectos para responder a distintos questionamentos que compõem o

mosaico temático da qualificação profissional no Brasil urbano atual e, com isto, contribuir para novas e instigantes versões sobre o tema.

A seguir um breve resumo de cada um dos quatro estudos/capítulos é apresentado.

Quatro perguntas, quatro reflexões

Em *Mudanças na educação e no mercado de trabalho*, a evolução de inserções ocupacionais e de oferta de trabalho é examinada à luz dos diferenciais de escolaridade. Isto é feito para problematizar o papel da qualificação nos movimentos recentes do mercado de trabalho e evolução das condições a que estão submetidos os trabalhadores.

Para tanto, de modo breve, o texto lembra que os processos de industrialização e urbanização brasileiros – entre as décadas de 1930 e 1970 – foram fortemente impulsionados pela ação governamental e pela aparente oferta ilimitada de mão de obra que, além de constituir um relevante mercado interno, tornou possível um ampliado processo de acumulação de capital. Nesse período, o elevado crescimento populacional e os fluxos migratórios contribuíram fortemente para a formação da grande disponibilidade de força de trabalho no Brasil. Também nesse período alicerçaram-se as desigualdades estruturais que marcam o país, mas a mobilidade social para um grande segmento populacional ainda foi possível. E, na sequência, retrata a estagnação econômica e os desdobramentos sobre o desemprego e deterioração das condições de trabalho, vivenciados nas décadas de 1980 e 1990.

Ao contextualizar o quadro atual, este capítulo aborda a relevância da qualificação na incorporação de trabalhadores à *População Economicamente Ativa (PEA)* e a absorção dessas pessoas no universo de ocupados, dimensões fundamentais do mercado de trabalho. Para isto, toma o acelerado processo de escolarização da população com 10 anos e mais (PIA) como dado de realidade, destacando dois fenômenos que fundamentam esta mudança: a extensão do período de vida dedicado aos estudos, seja pelo adiamento da finalização da vida escolar ou pelo retorno às salas de aula daqueles que haviam interrompido a formação; e o envelhecimento e contínuo decréscimo dos indivíduos menos instruídos, estes cada vez mais identificados com um segmento etário mais avançado.

No capítulo, identifica-se que o aumento do nível de escolarização foi maior entre os ocupados que o ocorrido na PIA, concluindo que o mercado de trabalho vem promovendo a seleção dos mais qualificados. Para esta interpretação são comparadas as trajetórias de crescimento do número de pessoas com maior escolaridade e de redução do total das menos escolarizadas no decênio 1998-2008 pertencentes a dois grupos: a população com mais de 10 anos,

em geral, e a ocupada. Como resultado, foi constatado que entre os ocupados ocorreu maior crescimento da presença de mais escolarizados, bem como a redução mais intensa dos menos instruídos. A essa análise acrescentam-se a avaliação da seletividade que o mercado de trabalho vem fazendo das qualificações e a exclusão de indivíduos de menor escolaridade entre os economicamente ativos, visto que têm sido registradas taxas declinantes da participação no mercado do trabalho dessa população menos instruída.

Para compreender a demanda por trabalhadores qualificados, o estudo segmenta a ocupação em três grupos de acordo com a escolarização que prevalece em cada contingente: grupo 1, composto por ocupações que demandam ensino superior; grupo 2, formado por ocupações intensivas em trabalhadores com ensino médio; e, finalmente, grupo 3, no qual a formação dos trabalhadores é restrita à educação fundamental. Também nesse nível analítico, o exercício constata que elevações da ocupação foram mais intensas para os grupos 1 e 2, entre 1998 e 2008.

Em relação aos rendimentos e à cobertura previdenciária, foram observados desníveis significativos entre os grupos selecionados, sendo que o trabalho dos ocupados com maior escolaridade, tomado como *proxy* de mais qualificação, tende a agregar mais valor aos produtos e isto retorna para o trabalhador em forma de rendimentos maiores e de melhores condições de trabalho. Mas, quando é analisada a evolução das condições de trabalho nota-se que as melhorias são mais aceleradas, neste período, para o grupo 3, o que poderia ser explicado pela política de aumento real do salário mínimo, associado ao contínuo crescimento da escolarização mesmo nos segmentos tradicionais da economia, o que deve ter contribuído para a elevação da produtividade do trabalho.

Por sua vez, o capítulo 2 – *Educação e qualificação para o trabalho: um breve diagnóstico da formação dos trabalhadores metropolitanos* – traz um exercício exploratório da pesquisa complementar Informações para o Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda (SPETR), com dados levantados em seis regiões acompanhadas pelo Sistema PED entre maio e outubro de 2008.

Para cumprir esse propósito, o capítulo está estruturado em três partes: contextualiza o estado das artes em relação aos inquéritos sobre qualificação profissional em pesquisas socioeconômicas domiciliares; analisa a qualificação profissional a partir do recorte de renda familiar *per capita*; e coteja a qualificação profissional realizada por pessoas de 14 anos e mais em ambientes metropolitanos com os principais indicadores do mercado de trabalho.

Assim, a princípio registra que o crescente interesse com relação à qualificação profissional no mercado de trabalho convive, no Brasil, com a ausência de investigações primárias periódicas sobre o tema. Deste modo,

recorrentemente, estudos utilizam registros administrativos, pesquisas domiciliares e censos valendo-se do atributo escolaridade dos indivíduos como a informação que mais se aproxima da noção do nível de qualificação profissional das pessoas. Esta também é a estratégia adotada por outros países, como os Estados Unidos, onde Clogg e Shockey desenvolveram um estudo clássico que focaliza a incompatibilidade entre escolaridade e ocupação.

Mesmo sendo correto tratar a escolaridade como *proxy* de qualificação para o trabalho, alerta-se, no capítulo, que o contexto brasileiro atual exige crescentemente que se trace um quadro mais detalhado sobre qualificação profissional. Para atender a essa necessidade, são lembradas as iniciativas da Pesquisa de Emprego e Desemprego empreendidas para fazer avançar a investigação sobre qualificação profissional – entre dezembro de 1996 e fevereiro de 1997, na PED da região metropolitana de Belo Horizonte; entre março e setembro de 1996, na PED da região metropolitana de São Paulo, e, entre maio de novembro de 2008, em seis regiões pesquisadas.

A análise dos dados recolhidos nesta última experiência sob o recorte da renda familiar *per capita*, indica que quanto maior a renda disponível por membro da família, maior a probabilidade de qualificação. Este indicador, contudo, não explica todas as diferenças de qualificação. Outros recortes, como cor, sexo e idade também ajudam a compreender as disparidades do acesso à qualificação profissional.

Neste sentido, constatou-se que os negros tinham mais dificuldade de acesso a cursos e treinamentos. Em relação ao sexo, os números das áreas analisadas divergiram: nas regiões metropolitanas de São Paulo e Porto Alegre e no Distrito Federal, os homens possuíam propensão à formação em qualificação profissional maior que as mulheres; enquanto nas outras três regiões metropolitanas (Belo Horizonte, Recife e Salvador), as mulheres apresentavam maiores taxas de qualificação, sobretudo entre as famílias de menor renda. Por fim, mesmo sendo a formação profissional fortemente relacionada à entrada do jovem no mercado de trabalho, na razão direta do crescimento da renda, os dados de 2008 apontavam a incorporação de cursos e treinamentos à rotina de adultos.

Além de reiterar a relação entre escolaridade e qualificação profissional, os dados analisados da pesquisa *Informações para o SPTER* indicam que, majoritariamente, os trabalhadores arcam com os custos de sua capacitação. Ao mesmo tempo, o centro mobilizador dessas iniciativas era composto por esperanças e expectativas em relação ao mercado de trabalho, uma vez que partiam, sobretudo, dos indivíduos que desejavam se inserir ou se manter na força de trabalho. De fato, as taxas mais elevadas de formação em qualificação profissional eram encontradas entre os desempregados e os ocupados, sendo que esses índices chegavam a 52,0% e 40,1%, respectivamente.

Quando é feita a associação entre a análise por faixas de renda familiar *per capita* e condição de atividade, contudo, é perceptível o papel distinto dos cursos e treinamentos de formação em cada nível de renda. Se, nas famílias mais pobres, a qualificação visava à inserção, nas de renda mais elevada esse objetivo coexistia com a finalidade de agregar mais conhecimento (ou titulação) ao que já era adquirido pela prática da atividade que já exercia. Quanto aos inativos, grupo que menos se qualificava, notou-se que, assim como entre os desempregados e os ocupados, as taxas de formação em qualificação profissional eram levemente maiores nos estratos de renda mais elevados.

A mesma base de dados permitiu a construção do terceiro estudo desta coletânea – *Dinâmica ocupacional, requisitos de contratação e uma proposta de tipologia de ramos de atividade segundo a qualificação profissional* – que se debruça sobre os requisitos de qualificação exigidos no momento da contratação do trabalhador. Para cumprir esse propósito, o exercício considera que essas exigências sejam uma aproximação razoável dos requerimentos de três dimensões constituintes da qualificação profissional: escolaridade, realização de cursos de qualificação e experiência profissional. Além disso, parte do reconhecimento de que, nos diversos setores e ramos de atividade que constituem cada economia local, estas três dimensões terão importância diferenciada.

Para realizar uma análise em contexto dinâmico, este exercício partiu de variações da ocupação geral e por setor de atividade em um período de cinco anos, entre os meses de maio e outubro de 2003 e 2008. Além de fornecer um referencial recente, esse período está indexado a um contexto de crescimento da economia brasileira. Já a constituição dos agrupamentos de ramos de atividades que esse capítulo usa, apoia-se em estudo realizado pela Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados, de São Paulo (Seade) para constituição de um núcleo de ramos de atividades comuns às classificações utilizadas nas regiões de cobertura do Sistema PED, que permita comparabilidade da estrutura econômica produtiva das regiões.

A construção analítica deste exercício registra que, entre o semestre maio-outubro de 2003 e igual período de 2008, o contingente de ocupados com 14 anos e mais cresceu em todas as seis áreas investigadas pela Pesquisa de Emprego e Desemprego (em média de 4,8% a.a.), impulsionado pelo expressivo e contínuo crescimento da produção.

Entre as regiões investigadas, o maior crescimento relativo do nível ocupacional ocorreu no Distrito Federal (30,3%) e o menor na Região Metropolitana de São Paulo (16,0%). Setorialmente, o desempenho favorável da ocupação no período em análise refletiu, em termos relativos, o crescimento na construção civil e, em termos absolutos, a expansão nos serviços.

Estes ritmos diferenciados de crescimento ocupacional entre regiões e setores, contudo, não foram suficientes para promover uma mudança subs-

tantiva na estrutura da ocupação do universo investigado pelo Sistema PED em nível regional ou setorial. Por exemplo, o esboço de um maior espalhamento regional do desenvolvimento brasileiro esteve longe de deslocar São Paulo do posto de maior centro produtivo e ocupacional do país, ao passo que o setor serviços segue responsável pela maior parte de inserções ocupacionais em todas as regiões investigadas.

Identificada a estrutura ocupacional e a dinamismo registrados no período recente, o estudo segue associando, para os segmentos produtivos, os requisitos exigidos dos trabalhadores no momento da contratação. Ao avaliar a escolaridade, constata que a apresentação de comprovante ou domínio de conteúdo de determinado grau acadêmico foi requerido para mais da metade dos ocupados, o que chegava a envolver 64,8% deles na área metropolitana de Porto Alegre.

O nível de escolaridade mais requerido na contratação dos ocupados entre maio e outubro de 2008 era o *Ensino médio completo ou Superior incompleto* – que chegou a ser indicado por 42,2% dos trabalhadores na região metropolitana de Salvador; seguido pela exigência de *Ensino fundamental completo ou Médio incompleto*, requisitado a 19,0% dos respondentes na metrópole gaúcha e, assim, explica a importância assumida pela escolaridade nas seleções regionais. O grau de instrução *Superior completo ou Pós-graduação* foi apontado por menor parcela dos ocupados em quase todas as regiões, com a maior proporção verificada no Distrito Federal (11,7% dos ocupados), provavelmente devido à presença expressiva dos altos postos do serviço público federal.

No plano produtivo, entre setores e ramos, a escolaridade formal é requerida, preponderantemente, pela transformação industrial nos segmentos da *Química e de plásticos* e *Metal-mecânica*, e pela prestação de *Serviços de saúde*, *Serviços de educação*, *Serviços creditícios e financeiros*, *Serviços da administração pública* e *Serviços especializados*. Em sentido inverso, a baixa solicitação de comprovação de ensino é capitaneada pelos ramos da produção de *Calçados e vestuário*; *Mobiliário e produtos de madeira*; e *Outras indústrias*, e pelos serviços de *Transportes e oficinas mecânicas*; *Outros serviços de reparação e limpeza*; *Serviços auxiliares* e *Outros serviços*. Na construção civil, a exigência do requisito de escolaridade continua muito reduzida em todas as regiões investigadas.

A capacitação obtida através de cursos e treinamentos – de maneira diversa da exigência de escolaridade – é evento raro nas áreas metropolitanas investigadas: em Salvador, região na qual adquiria maior peso no momento da contratação, havia atingido 28,0% dos ocupados. Conhecimentos adicionais como *domínio de idiomas estrangeiros*, *informática* e *outros* foram identificados apenas residualmente, sendo mais presentes nas seleções efetuadas na região metropolitana de São Paulo – na qual 7,3% dos ocupados declararam que estes conhecimentos acessórios foram decisivos para obten-

ção do posto de trabalho atual. Setorialmente nos serviços e secundariamente na indústria, cursos e conhecimentos acessórios apresentam alguma relevância. Já, no repertório dos trabalhadores da construção civil tais requisitos não são exigidos.

A valorização da experiência profissional, por sua vez, é menor que da escolaridade e maior que da realização de cursos de capacitação. Em escala de importância diferenciada nas seis áreas metropolitanas pesquisadas, a exigência de experiência no momento da contratação foi maior para os ocupados na região metropolitana de Porto Alegre (40,0%). Além disso, a experiência determinante no momento da seleção preponderava na área de atuação pretendida em detrimento de conhecimentos genéricos adquiridos em trabalhos anteriores.

Setorialmente, contrastando com os baixos requisitos de escolaridade e conhecimentos adquiridos em cursos de capacitação, a construção civil é o segmento produtivo em que a experiência anterior de trabalho tem maior importância no momento da obtenção do posto de trabalho. Essa situação foi registrada para 60,0% dos operários da construção na Região Metropolitana de Porto Alegre.

Por fim, uma síntese das possibilidades de leitura das relações entre qualificação e mercado de trabalho é oferecida neste estudo, quando se tenta ordenar os ramos produtivos pela relevância acumulada dos três requisitos exigidos na contratação. Este tratamento dos dados revela um padrão peculiar da distribuição dessas exigências na seleção dos ocupados, mesmo em um painel estático de observações (entre maio e outubro de 2008): a escolaridade, ainda que predominantemente exigida, não apresenta uma tendência de elevação relevante para algum ramo em especial; ocorre uma perda de importância relativa do requisito experiência profissional para um conjunto razoável de inserções, enquanto se espalha entre os ramos produtivos a relevância dos cursos de capacitação.

O quarto estudo também utiliza dados levantados pela pesquisa *Informações para o SPETR* sobre a realização de cursos de capacitação, cujo campo foi executado entre maio e outubro de 2008. Mas, diferentemente da apresentação realizada nos exercícios anteriores, teve a intenção de identificar a efetividade da qualificação profissional na trajetória ocupacional dos indivíduos que fizeram cursos, através de uma avaliação empírica dos impactos de cursos e treinamentos na inserção econômica dos trabalhadores.

Com esse objetivo, o texto tem início destacando que, na teoria econômica, três vertentes analisam as relações entre qualificação, produtividade e inserção no mercado de trabalho - a teoria neoclássica, a visão marxista e a teoria institucionalista - embora nem sempre com o mesmo nexo causal. Grosso modo, a abordagem neoclássica atribui distinções entre os padrões de

remuneração auferidos pelos trabalhadores a diferenciais de produtividade, visto que os salários refletem a contribuição marginal dada por cada um à produção. Tal interpretação foi reforçada pela Teoria do Capital Humano que relacionou capacidade de produção ao tempo e qualidade da educação formal, inicialmente, e, depois, a treinamentos e experiência. O capital humano valorizado, então, seria precedido de investimento de tempo e recursos em capacitação.

Entre os marxistas, os avanços de produtividade são gerados no embate entre capitais, no âmbito da guerra particular que o capital trava pelo lucro extraordinário. Os parâmetros e requerimentos para o desempenho de uma função são delineados antes de o trabalhador postular uma determinada vaga. Além disso, é o dinamismo da economia que vai tornar oportunas, ou não, as condições de inserção profissional. Assim, embora caiba ao trabalho gerar valor, é a relação social com o capital que dá o tom e cadência da atividade produtiva.

Neste contexto, é o desequilíbrio entre demanda por trabalho e oferta de trabalhadores que explica os diferenciais de rendimentos. Essa situação prevalece em economias atrasadas/em desenvolvimento, nas quais há excedentes substantivos de força de trabalho. Mas, este desequilíbrio manifestar-se-ia também na coexistência de segmentos produtivos avançados, com outros de baixa produtividade. Assim, a influência da qualificação profissional sobre rendimentos do trabalho seria limitada pelas condições concretas da demanda. Todavia, trabalhadores qualificados poderiam estar alocados em setores mais dinâmicos, gerando desigualdades de rendimentos e condições de inserção.

Os institucionalistas conceberam a teoria da segmentação do mercado de trabalho para explicar a coexistência, no interior das firmas, de um grupo de inserções protegidas e outro de desprotegidas. No primeiro grupo estariam trabalhadores mais qualificados que contariam com importante aparato regulador de salários, jornadas e condições de trabalho a lhes proteger das oscilações econômicas. Em oposição, as ocupações menos produtivas das empresas, contando com uma pressão abundante de força de trabalho, comporiam o segmento desprotegido, no qual os salários seriam baixos, as condições de trabalho precarizadas e as inserções altamente rotativas. Isto ocorreria por orientação do interesse empresarial de minimizar os custos com a especialização de parcela da força de trabalho, protegendo-a de flutuações econômicas.

Para identificação desta relação entre qualificação e inserção no mercado de trabalho, insistentemente indicada pela teoria econômica, o estudo apresentado no capítulo 4 deveria, todavia, superar um possível viés das informações. Afinal, os trabalhadores que se qualificam podem, muitas vezes,

ser impulsionados por atributos inerentes e condições pré-existentes que já lhes garantiriam melhores colocações e retribuições profissionais. Para se desvencilhar dessa fragilidade, realizou-se um exercício assentado em um modelo baseado nas equações de Heckman de dois estágios.

Contatou-se, por este exercício, que há diferenças no perfil entre os indivíduos que declararam frequentar ou frequentaram cursos de qualificação e aqueles que nunca os fizeram, pois o egresso da capacitação é um indivíduo que, em virtude do nível de escolaridade e de renda, já tem assegurada uma inserção mais favorável no mercado de trabalho. No caso dos ocupados, essa desigualdade de oportunidades é mais destacada: são trabalhadores que se encontram em posições privilegiadas, atuando no mercado de trabalho interno, menos sujeito à precarização e rotatividade.

Ainda, a decisão sobre a qualificação tende a ser individual e as condições socioeconômicas favorecem essa decisão, mas não a definem. Por exemplo, a renda familiar *per capita*, embora significativa, surte pouco efeito sobre a decisão de formação profissional. Por fim, o estudo conclui que *“um ano a mais de estudo aumenta o rendimento do trabalho em 6% e qualificar-se profissionalmente amplia o rendimento em proporção bem próxima à educação formal (5%), mostrando que os ocupados que passam por essa experiência, mantido tudo mais constante, recebem mais do que os que não o fizeram”*.

Com este conjunto de estudos o DIEESE e o Ministério do Trabalho e Emprego acreditam estar contribuindo para uma melhor compreensão acerca da relação entre qualificação profissional e mercado de trabalho no Brasil, de modo a subsidiar a produção de novos estudos e a formulação de políticas públicas.

Capítulo 1

Mudanças na educação e no trabalho

INTRODUÇÃO

Durante grande parte do século XX, o Brasil cresceu impulsionado pelo rápido processo de modernização, que, por sua vez, envolvia as transformações inerentes à industrialização e à urbanização. É certo que a história econômica atribuiu ao impulso industrializante uma ação deliberada do governo central, a partir de 1930, que buscou alterar a economia de agrário-exportadora para industrial e mais voltada para o abastecimento interno, com o processo de substituição de importações.

Tal reorientação vocacional da economia brasileira se deu de forma ainda mais intencional a partir dos anos 1950, com a assessoria da Comissão Econômica para América Latina (Cepal). Mas o que pouco se leva em conta é que a oferta aparentemente ilimitada de mão de obra certamente contribuía para este crescimento econômico, não só pela constituição do mercado interno, mas também por possibilitar um ampliado processo de acumulação de capital¹.

De fato, esta rápida expansão econômica parece ter sido viabilizada por um igualmente elevado aumento populacional, como se observa

1. Em grande medida, o caso brasileiro, até a década de 1960, parece se aproximar do modelo da teoria da modernização proposto por Lewis (1954), que trata de uma economia inicialmente dual (isto é, com a coexistência de um setor de subsistência - e rural - e de um setor produtivo, moderno e industrial). Segundo este modelo, a pequena diferença salarial entre ambos os setores determinaria a transferência de pessoas do setor de subsistência e rural para o industrial. Com os salários impedidos de crescer pela oferta abundante de trabalhadores, devido ao afluxo de migrantes oriundos do campo, grande parte do produto do setor moderno seria apropriado pelo capital e reinvestido na produção, determinando grande crescimento deste setor, que seria concomitante ao esvaziamento do campo. Por fim a modernização do país se completaria com o setor industrial absorvendo os braços ociosos no setor tradicional.

na Tabela 1. Este fenômeno se explicou pela gradual redução da mortalidade², combinado com a manutenção de uma alta taxa de fecundidade³, até a década de 1960. Mas para que o elevado crescimento populacional se traduzisse em fornecimento abundante de força de trabalho para a indústria em crescimento, que, por sua vez, estava mais concentrada na cidade de São Paulo e nos municípios que compõem a atual região metropolitana, era necessário que as pessoas do interior afluíssem para estes centros incipientes, o que foi observado também pelos dados censitários⁴.

TABELA 1
Taxas de crescimento intercensitárias da população
Brasil - 1872-2000 (em % a.a.)

Posição	Períodos							
	1872/1890	1890/1940	1940/1950	1950/1960	1960/1970	1970/1980	1980/1991	1991/2000
Total	1,9	2,1	2,4	3,0	2,9	2,5	1,9	1,6
Urbana	-	-	3,9	5,2	5,2	4,4	3	2,4
- Não metropolitano	-	-	-	-	-	4,8	3,7	2,8
- Aglomerado								
Metropolitano ⁽¹⁾	-	-	-	-	-	4,1	2,1	1,9
São Paulo	-	-	-	-	-	4,5	1,9	1,6
Rural	-	-	1,6	1,6	0,6	0,6	-0,7	-1,3

Fonte: IBGE. Censos Demográficos, BRITO; MARQUES, 2004, p.5

Nota: 1) Abrange 12 aglomerados urbanos: São Paulo, Campinas, Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Curitiba, Porto Alegre, Goiânia e Brasília

Na década de 1970, contudo, algumas mudanças demográficas deram início a um lento processo de desaceleração do ritmo de crescimento da força de trabalho na Grande São Paulo e em outras metrópoles. Além da gradual redução da fecundidade, houve ligeira mudança no perfil migratório, com o crescente destaque das cidades médias como polos de atração populacional.

2. O processo de redução da mortalidade, na verdade, poderia ser identificado já na segunda metade do século XIX, segundo Merrick e Graham (1981, p. 59-60). No século XX, a retração da mortalidade faria a expectativa de vida aumentar de 41,2 para 61,6 anos, entre as décadas de 1940/1950 e as de 1970/1980, pelos dados dos censos demográficos (WOOD; CARVALHO, 1994, p. 103).

3. No Brasil, a taxa de fecundidade total apontava que as mulheres tinham, em média, 6,5 filhos ao final do período reprodutivo, em 1940 e 5,8, em 1970 (WOOD; CARVALHO, 1994, p. 179).

4. Além da saída das pessoas do campo para as grandes cidades, deve-se levar em consideração a migração internacional, que contribuiu ainda mais para a manutenção de elevadas taxas de crescimento populacional, em especial, nas primeiras décadas do século XX.

No âmbito da economia, constatou-se que o crescimento alcançado até ali havia proporcionado, diferente do esperado, ampliação da desigualdade social e regional. Tal contexto suscitou um debate sobre desigualdade de renda. Em linhas gerais, de um lado, havia a posição de que o rápido crescimento industrial e urbano havia aberto um grande número de postos de trabalho qualificados. Como a força de trabalho era constituída majoritariamente por indivíduos de baixa escolaridade, o excesso de demanda neste segmento do mercado de trabalho determinava grande crescimento dos maiores salários, ampliando, assim, o leque salarial e a desigualdade. De outro lado, havia a posição de que a desigualdade era intencionalmente promovida pelas políticas governamentais, o que fazia com que as diferenças de instrução mais refletissem do que propriamente causassem as disparidades de renda⁵.

A despeito da desigualdade crescente, havia um ambiente de otimismo, motivado pelo rápido crescimento, que garantia mobilidade social para um grande segmento populacional. Contudo, o cenário promissor subitamente deu lugar à estagnação econômica, nos inícios da década de 1980, devido aos ajustes macroeconômicos para conter o endividamento externo. A crise econômica repercutiu no mercado de trabalho, com a contração da demanda de trabalho resultando em aumento do desemprego e na precarização das condições de trabalho⁶.

A perda de dinamicidade da economia foi acompanhada de um duradouro período de inflação, que cobriu praticamente toda a década 1980 e início da seguinte. O quadro de estagflação, ou seja, de desaquecimento econômico e inflação, de certa forma, fez desaparecer o debate sobre as causas da crescente desigualdade social, iniciado nos anos 1970. De fato, a desigualdade passou a ser cada vez mais relacionada com a inflação, o que também legitimou as inúmeras tentativas de estabilização monetárias, tanto heterodoxas quanto ortodoxas. Em alguns casos, tal como no Plano Collor I, os efeitos sobre a produção eram muito negativos, o que fragilizava ainda mais a situação dos trabalhadores.

5. Para um estudo mais aprofundado sobre o tema, ver Gandra (2005).

6. Mais do que ser apenas um fenômeno decorrente do revés da conjuntura econômica, a estagnação do mercado de trabalho foi considerada por muitos pesquisadores como algo resultante de componentes estruturais da nossa economia, municiados por formulações teóricas menos otimistas que as de Lewis (1954). Um exemplo é Todaro (1969), que mostra os efeitos perversos da falta de sincronia entre oferta e demanda de trabalho, tendo, de um lado, um rápido crescimento da força de trabalho (pelo êxodo rural) e, de outro, o crescimento insuficiente da demanda de trabalho, pelo fato de o setor produtivo importar tecnologias poupadoras de mão de obra de países centrais.

O Plano Real que, enfim, conseguiu controlar a inflação, em 1994, teve êxito parcial, pois foi incapaz de gerar condições para o país crescer e, tampouco, reduzir as enormes disparidades sociais. Na verdade, o período em que vigorou a primeira versão do Real praticamente coincidiu com a fase em que o mercado de trabalho mais se deteriorou, com crescimento persistente da taxa de desemprego, ano a ano, e piora dos demais indicadores, como os de vulnerabilidade do trabalho e de renda.

Houve, então, dois fenômenos (nas esferas macro e microeconômicas) que, combinados, foram decisivos para intensificar a desestruturação do mercado de trabalho. No plano das políticas macroeconômicas, o Real estava condicionado à manutenção de um câmbio valorizado e enrijecido, o que diminuía a competitividade nacional. Com a consequente piora da balança comercial, o governo procurava garantir a solvibilidade do país com a entrada de capitais, vendendo estatais e elevando os juros, o que, por sua vez, aumentava a especulação, mas inibia ainda mais os investimentos produtivos. No âmbito micro, as empresas procuravam contornar os efeitos de tais políticas sobre as receitas, com planos de racionalização da produção e introdução de novas tecnologias. Tais fatores atuaram conjuntamente e determinaram contração da demanda de trabalho⁷ e o aumento da exigência de qualificação profissional para as poucas vagas que surgiam.

Deve-se considerar que a reorganização do trabalho atingia não somente o chão de fábrica das empresas, como também (e principalmente) os quadros mais especializados e altos das organizações, o que propiciou a queda da mobilidade social, tão comum antes, na década de 1970, e o desvio de função, o que vai ao encontro de estudos que mostraram que os segmentos assalariados de maior renda empobreceram na segunda metade da década de 1990, como apontou Quadros (2003). Tal fenômeno contribuiu ainda mais para o crescimento da disponibilidade de mão de obra qualificada, minando por completo a capacidade de barganha salarial de alguns segmentos de trabalhadores.

Os efeitos da contração do crescimento ocupacional só não foram mais negativos para o desemprego metropolitano porque o aumento da força de trabalho também havia deixado de ser o mesmo das décadas

7. Nesta época, o agravamento do desemprego chegou mesmo a ser vaticinado como um irreduzível desemprego tecnológico. Contudo, alguns estudos realizados no período não corroboravam esta afirmação, ao mostrarem crescimento da contratação e/ou aumento da qualidade dos postos de trabalho em setores que inovavam (MÖLLER; IRMÃO, 2001).

anteriores, sobretudo nas grandes metrópoles. Em que pese o aumento da participação das mulheres no mundo do trabalho, o ritmo de crescimento da população economicamente ativa (PEA) havia se arrefecido, em parte pela constante redução da fecundidade nas duas décadas anteriores e também pela diminuição do afluxo migratório para os polos mais populosos (RODARTE; FERNANDES; OJIMA, 2010).

A partir de 1999, as mudanças da política macroeconômica e cambial trouxeram novo alento ao setor produtivo, que passou a gerar postos de trabalho em ritmo mais acelerado, estancando o crescimento acelerado da população desempregada (SCHNEIDER; RODARTE, 2006). Depois do choque de austeridade monetária e fiscal de 2003, o ritmo de crescimento dos postos de trabalho aumentou ainda mais, com uma maior competitividade do mercado externo e o crescimento do mercado interno. O efeito sobre a redução do desemprego foi superior ao previsto, uma vez que a PEA passou a crescer mais lentamente, com o gradual adiamento à entrada no mercado de trabalho.

O texto a seguir busca examinar a evolução do crescimento das ocupações geradas e da oferta de trabalho, com ênfase nos diferenciais de instrução e qualificação. O aspecto mais importante a se tratar seria investigar em que medida a qualificação tem sido um elemento decisivo na evolução do mercado de trabalho e na condição dos trabalhadores.

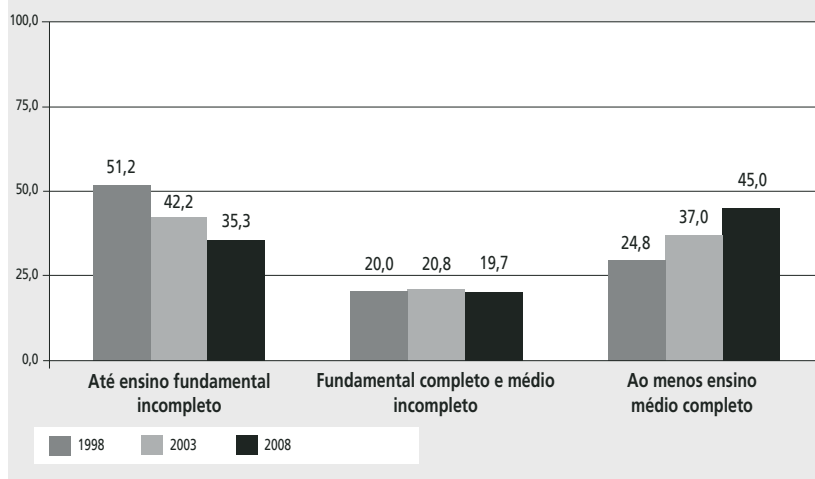
O CRESCIMENTO DA OFERTA QUALIFICADA DE TRABALHO ENTRE AS DÉCADAS DE 1990 E 2000

Um dos principais fenômenos ocorridos no mercado de trabalho refere-se à profunda mudança de perfil da população em idade ativa (PIA), que passou, ao longo dos últimos 10 anos, por um rápido movimento de escolarização, ainda em curso (Gráfico 1). A PIA é um importante indicador da oferta potencial de trabalho, pelo segmento de inativos, e da oferta efetivamente existente, pelo segmento da população economicamente ativa (PEA), que, por sua vez, é composta por ocupados e desempregados.

Em 1998, pouco mais da metade da PIA (51,2%) era formada por indivíduos com até o ensino fundamental incompleto. No decurso dos anos seguintes, este segmento foi, gradualmente, perdendo importância relativa para os estratos mais instruídos, formados por indivíduos com escolaridade igual ou superior ao ensino médio completo, que passou a responder por 45,0% da PIA, em 2008.

GRÁFICO 1

Distribuição da PIA de 14 anos e mais, segundo nível de instrução Regiões metropolitanas e Distrito Federal – 1998/2003/2008 (em %)



Fonte: DIEESE/Seade; MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego

Esta inversão de posições ocorrida em uma década estava relacionada ao elevado crescimento do segmento mais escolarizado, sobretudo, do ensino médio completo, que cresceu, anualmente, expressivos 7,5%, em todo o período (Tabela 2). Apesar de menos intenso, o crescimento do grupo de indivíduos com ensino superior contribuiu substancialmente para a formação deste quadro, uma vez que a taxa de crescimento anual foi duas vezes maior que o crescimento da PIA (4,4% contra 2,0%, respectivamente).

De outro lado, observou-se o decréscimo, inclusive em números absolutos, da PIA com baixa escolarização, tanto daqueles com ensino fundamental incompleto (1 milhão e 680 mil a menos) como dos analfabetos (menos 249 mil), ao longo do período.

Dois aspectos subjacentes e complementares à mudança do perfil da PIA em relação à escolarização devem ser considerados. Primeiramente, a redução da PIA menos escolarizada ocorre pelo adiamento da saída da vida escolar ou mesmo pela volta às salas de aula daqueles que haviam interrompido os estudos. Em segundo lugar, há o envelhecimento contínuo, e a concentração de indivíduos menos instruídos em segmento etário mais avançado.

Pelos dados do Gráfico 2, observa-se crescimento ou estabilidade do número de indivíduos que optam pela continuidade dos estudos em todos os níveis de instrução, entre 1998 e 2008. Vale ressaltar o aumento do número de pessoas que, depois de concluírem a graduação, passaram a fazer pós-graduação ou mesmo outra graduação, de 11,6% para 14,7%, entre 14 a 29 anos, e de 3,5% para 5,1%, entre aqueles com 30 anos e mais.

TABELA 2
Estimativa da PIA de 14 anos e mais, segundo o nível de instrução
Regiões metropolitanas e Distrito Federal - 1998/1999/2003/2005/2008 (em 1.000 pessoas)

Nível de instrução	Ano					Variação média anual (%) / Período			
	1998	1999	2003	2005	2008	1999/1998	2008/1999	Total (2008/1998)	
								% a.a.	acumulada
PIA	24.265	24.914	27.175	28.202	29.700	2,7	2,0	2,0	22,4
Até ensino fund.									
incompleto	12.418	12.221	11.478	10.947	10.489	-1,6	-1,7	-1,7	-15,5
Analfabeto	1.448	1.487	1.431	1.300	1.199	2,7	-2,4	-1,9	-17,2
Ensino fund. incompl.	10.970	10.734	10.047	9.647	9.290	-2,2	-1,6	-1,6	-15,3
Ens. fund. completo									
+ Ens. médio incompl.	4.854	5.148	5.642	5.718	5.855	6,1	1,4	1,9	20,6
Ens. médio completo +									
Ens. super. incompl.	4.979	5.437	7.708	8.904	10.257	9,2	7,3	7,5	106,0
Superior completo	2.014	2.108	2.347	2.633	3.099	4,7	4,4	4,4	53,9

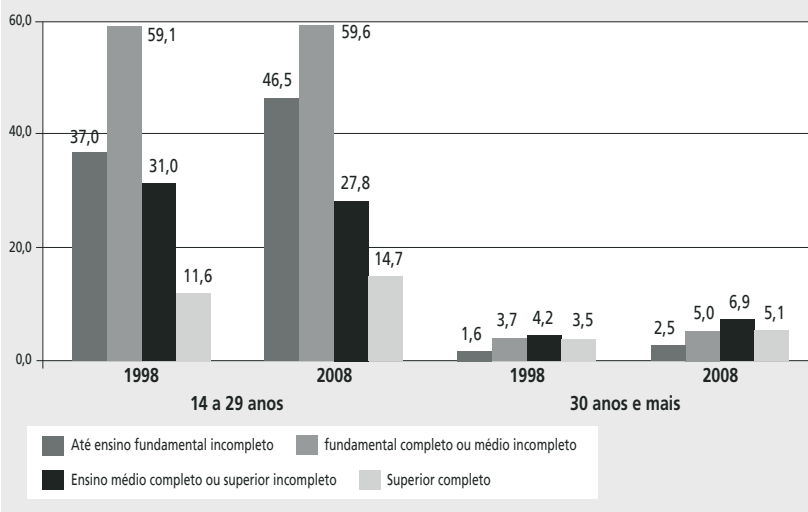
Fonte: DIEESE/Seade, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego

A evolução da frequência escolar total das pessoas de 10 anos e mais (de 25,8% para 23,8%, entre 1998 e 2008) encobre o movimento da taxa total, que ocorreu de forma generalizada (Tabela 3). É importante notar que este comportamento foi verificado mesmo nas faixas etárias mais avançadas, bem acima da idade escolar (de 40 anos e mais). Nessas idades, apesar de representar pequena proporção, a frequência escolar praticamente dobrou ao longo da década. Os dados apresentados também mostram elevação do tempo médio de estudo em todas as faixas etárias.

Conforme mostra o Gráfico 3, o crescimento mais acentuado da idade média da PIA por nível de instrução evidencia a existência de dois perfis mais evidentes desta população: de um lado, as pessoas que entram na idade adulta, com breve ou nenhuma vida escolar, e, de outro, um segmento mais jovem, formado por indivíduos que lograram atingir nível de escolaridade igual ou superior ao fundamental completo.

GRÁFICO 2

Proporção da PIA de 14 anos e mais que frequenta escola, segundo faixa etária, por nível de instrução - Regiões metropolitanas e Distrito Federal - 1998-2008 (em %)



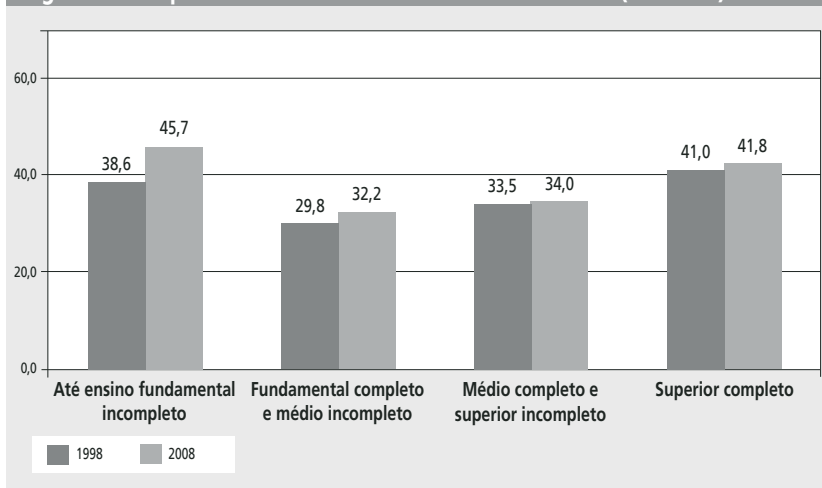
Fonte: DIEESE/Seade; MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego

TABELA 3

Frequência escolar e tempo médio de estudo dos indivíduos de 10 anos e mais, segundo faixa etária Regiões Metropolitanas e Distrito Federal (Anos selecionados)

Posição	Frequência Escolar (em %)					Tempo médio de anos de estudo				
	1998	1999	2003	2005	2008	1998	1999	2003	2005	2008
Total	25,8	26,0	25,3	24,5	23,8	6,9	7,1	7,6	7,9	8,2
10 a 19 anos	82,6	83,8	84,3	84,0	84,6	5,9	6,1	6,7	6,8	6,8
20 a 29 anos	18,5	19,8	21,5	21,2	21,2	8,1	8,3	9,3	9,8	10,3
30 a 39 anos	4,6	5,2	7,5	8,0	8,4	7,9	8,1	8,4	8,8	9,2
40 a 49 anos	2,4	2,6	3,6	4,3	4,5	7,3	7,5	7,9	8,2	8,5
50 a 59 anos	1,1	1,2	1,7	1,8	2,2	6,1	6,3	6,8	7,2	7,6
60 anos e mais	0,5	0,5	0,6	0,7	0,8	4,5	4,5	4,8	5	5,5

Fonte: DIEESE/SEADE, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego
Elaboração: DIEESE

GRÁFICO 3**Idade média da PIA de 14 anos e mais, segundo nível de instrução
Regiões metropolitanas e Distrito Federal – 1998 e 2008 (em anos)**

Fonte: DIEESE/Seade; MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego

A INTERAÇÃO ENTRE OFERTA E DEMANDA DE TRABALHO POR NÍVEL DE INSTRUÇÃO

Com a rápida mudança do perfil da escolarização da PIA, seria natural esperar um equivalente crescimento do nível de instrução dos ocupados. Pelos dados da Tabela 4, observa-se o aumento do nível de instrução da população ocupada. O fenômeno, entretanto, evoluiu em ritmo mais acelerado do que o ocorrido na PIA, com destaque para o crescimento das pessoas com ensino médio completo ou superior incompleto (115,7%) e a redução do percentual de ocupados analfabetos (32,1%) e com fundamental incompleto (17,3%), entre 1998 e 2008. Com isso, a parcela dos ocupados com pelo menos o ensino médio completo subiu de 37,9% para 56,0%, com a concomitante perda de representação dos indivíduos com até o fundamental incompleto (de 43,0% para 26,5%) ao longo do período (Gráfico 4).

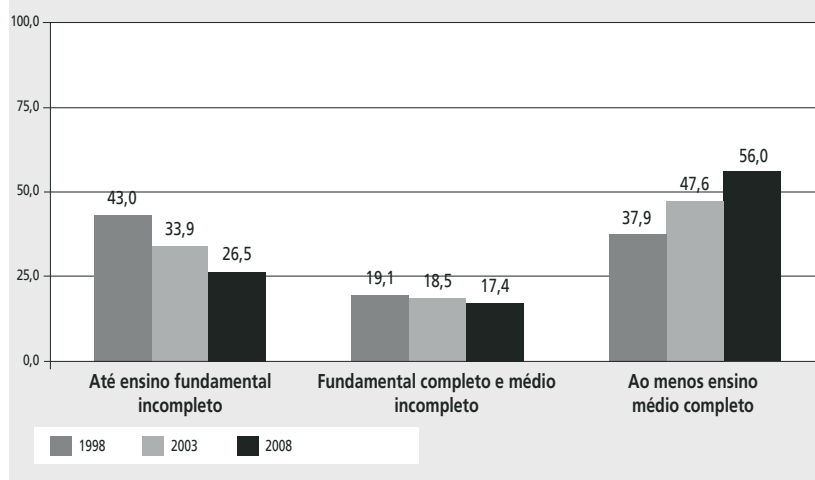
TABELA 4
Estimativa dos ocupados de 14 anos e mais, segundo o nível de instrução
Regiões metropolitanas e Distrito Federal - Anos selecionados

Nível de instrução	Ano					Variação média anual (%) / Período			
	1998	1999	2003	2005	2008	1999/1998	2008/1999	Total (2008/1998)	
	N. %	N. %	N. %	N. %	N. %			% a.a.	acumulada
Ocupados	12.885 100,0	13.057 100,0	14.298 100,0	15.254 100,0	16.984 100,0	1,3	3,0	2,8	31,8
Até Ens. fundamental incompleto	5.539 43,0	5.300 40,6	4.850 33,9	4.591 30,1	4.509 26,5	-4,3	-1,8	-2,0	-18,6
Analfabeto	473 3,7	461 3,5	416 2,9	337 2,2	321 1,9	-2,5	-3,9	-3,8	-32,1
Ensino fundamental incompleto	5.066 39,3	4.839 37,1	4.434 31,0	4.254 27,9	4.188 24,7	-4,5	-1,6	-1,9	-17,3
Ens. fund. completo + Ens. médio incompl.	2.464 19,1	2.549 19,5	2.648 18,5	2.747 18,0	2.963 17,4	3,4	1,7	1,9	20,3
Ens. médio completo + Ens. super. incompl.	3.267 25,4	3.531 27,0	4.951 34,6	5.849 38,3	7.047 41,5	8,1	8,0	8,0	115,7
Superior completo	1.615 12,5	1.677 12,8	1.849 12,9	2.067 13,6	2.465 14,5	3,8	4,4	4,3	52,6

Fonte: DIEESE/Seade, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego

GRÁFICO 4

Distribuição dos ocupados de 14 anos e mais, segundo nível de instrução
Regiões metropolitanas e Distrito Federal – Anos selecionados (em %)

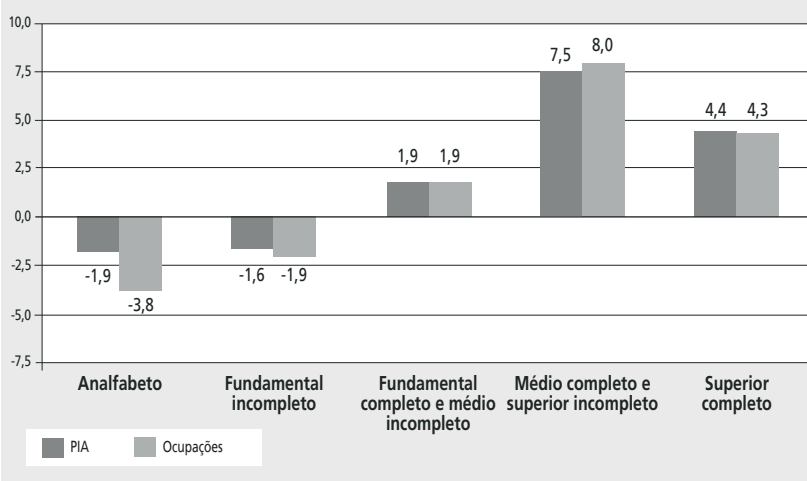


Fonte: DIEESE/Seade; MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego

O maior crescimento da ocupação entre os mais escolarizados do que entre a PIA com este perfil, de um lado, e a redução do contingente de ocupados menos escolarizados, de outro, são evidenciados no Gráfico 5. Os dados sugerem mais que um mero ajuste do perfil dos ocupados ao novo contorno da PIA, uma seletividade em prol dos mais qualificados.

GRÁFICO 5

Varições médias anuais da PIA e das ocupações, segundo nível de instrução - Regiões metropolitanas e Distrito Federal - 1998/2008 (em %)



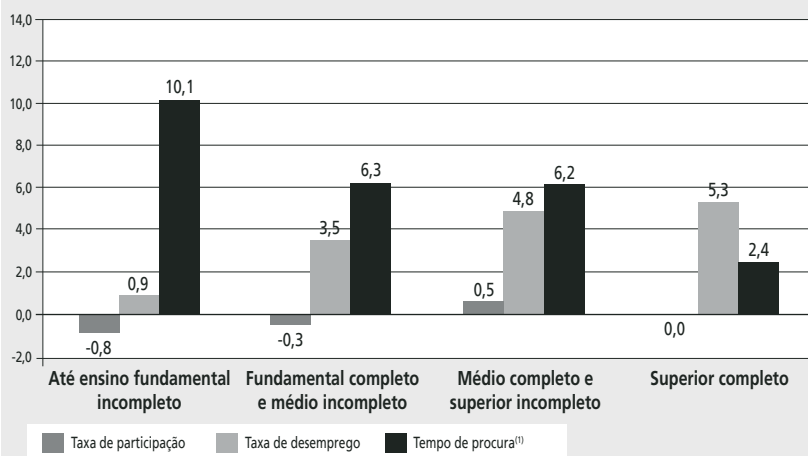
Fonte: DIEESE/Seade; MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego

A análise sobre os principais indicadores por nível de instrução corrobora a tese de haver, na história recente, um processo de saída dos menos instruídos do mercado de trabalho, resultado, ao menos em parte, da falta de oportunidades de trabalho para estes indivíduos (Gráfico 6). Entre 1998 e 2003, o fechamento do mercado de trabalho para as pessoas menos escolarizadas refletiu no aumento do tempo de procura por emprego dos desempregados com este perfil, em especial, aqueles com até o ensino fundamental incompleto (10,1% a. a.). Este aumento da demora em encontrar uma ocupação resultou, por sua vez, numa expulsão de pessoas com estas características, o que é mostrado pela redução da taxa de participação (0,8% a. a.).

No período mais recente, contudo, as condições do mercado de trabalho melhoraram expressivamente. Mas, a despeito disso, a taxa de participação dos menos instruídos seguiu diminuindo, principalmente entre as pessoas que tinham até o fundamental incompleto (1,6% a. a.). Neste contexto, a saída de pessoas com menor nível de instrução parece ser justificada não só pela seletividade do mercado de trabalho, mas também pela mudança do perfil etário deste segmento da PIA, cada vez mais identificado com pessoas muito jovens (que estão fora do mercado de trabalho para concluir os estudos) e os idosos, que têm saído do mercado de trabalho por motivo de aposentadoria.

GRÁFICO 6

Variações médias anuais das taxas de participação e desemprego e da média do tempo de procura, segundo nível de instrução dos indivíduos de 14 anos e mais - Regiões metropolitanas e Distrito Federal - 1998/2003 (em %)

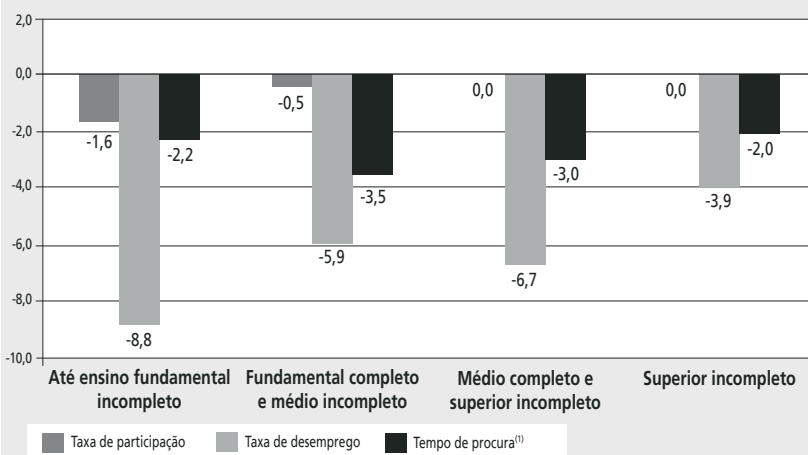


Fonte: DIEESE/Seade; MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego

Nota: 1) Todas as áreas metropolitanas, exceto a de Recife

GRÁFICO 7

Variações médias anuais das taxas de participação e desemprego e da média do tempo de procura, segundo nível de instrução dos indivíduos de 14 anos e mais - Regiões metropolitanas e Distrito Federal - 2003/2008 (em %)



Fonte: DIEESE/Seade; MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego

Nota: 1) Todas as áreas metropolitanas, exceto a de Recife

O CRESCIMENTO DA DEMANDA POR MAIOR ESCOLARIZAÇÃO

Observou-se anteriormente que, longe de ser um mero reflexo das transformações do perfil da PIA, o crescimento da proporção de ocupados mais escolarizados relacionou-se com uma seletividade do setor produtivo. Esta parte do texto propõe-se a analisar esta questão. Para tanto, pretende-se aferir a evolução da real necessidade da demanda de trabalho mais escolarizado, investigando a dinâmica de crescimento dos setores e ramos mais intensivos em mão de obra qualificada, *vis-à-vis* o comportamento dos demais setores.

A base usada para a construção dos grupos por nível de instrução foi a Pesquisa de Emprego e Desemprego nas seis áreas metropolitanas analisadas, no momento de estruturação do Sistema PED, em 1998. Naquela época, 62,3% dos ocupados tinham até o ensino fundamental completo⁸. Assim, consideraram-se como ramos de atividades componentes do grupo mais tradicional aqueles em que a proporção de pessoas ocupadas com fundamental completo seria igual ou superior a 65%. Os demais ramos foram classificados nos grupos 1 e 2, mais intensivos em mão de obra mais escolarizada. Nestes grupos, a proporção de ocupados menos escolarizados, com até o ensino médio incompleto, era menor que 67%.

No grupo 1 foram incluídos ramos de atividade em que a parcela de ocupados com ensino superior completo era maior do que a média global dos ocupados (12,5%). No grupo 2, de nível médio, foram inseridos aqueles ramos restantes, que tinham parcela de ocupados com ensino médio completo superior à respectiva média global dos ocupados (25%).

A década de análise, como já destacado anteriormente, foi marcada por uma gradual aceleração do crescimento ocupacional (Tabela 5). Com exceção da primeira parte deste período, (caracterizada pelo agravamento da crise do mercado de trabalho), os grupos 1 e 2 de ramos de atividades mais intensivos em trabalho escolarizado mantiveram taxas de crescimento maiores que o grupo 3. Tais desníveis de crescimento ajudam a explicar por que o mercado de trabalho prefere ocupados com mais escolaridade.

8. Inclui também os indivíduos com ensino médio incompleto.

TABELA 5
Estimativa dos ocupados de 14 anos e mais, segundo grupos de ramos de atividade categorizados pela prevalência do nível de instrução da força de trabalho
Regiões metropolitanas e Distrito Federal - Anos selecionados (em 1.000 pessoas)

Grupos de ramos de atividade ⁽¹⁾	Ano					Variação média anual (%) / Período				
	1998	1999	2003	2005	2008	1999 / 1998	2003 / 1999	2005 / 2003	2008 / 2005	Total 2008/1998
Ocupados (em 1.000 pessoas)	12.909	13.081	14.314	15.271	17.006	1,3	2,3	3,3	3,7	2,8
Grupos 1 e 2 - elevada escolarização	7.939	8.000	8.921	9.629	10.827	0,8	2,8	3,9	4,0	3,2
Grupo 1 - nível superior ⁽²⁾	3.514	3.556	3.954	4.226	4.729	1,2	2,7	3,4	3,8	3,0
Grupo 2 - nível médio ⁽³⁾	4.425	4.444	4.967	5.403	6.098	0,4	2,8	4,3	4,1	3,3
Grupo 3 - nível fundamental ⁽⁴⁾	4.964	5.074	5.386	5.636	6.170	2,2	1,5	2,3	3,1	2,2

Fonte: DIEESE/Seade, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego

Nota: 1) Foram incluídos no grupo de ramos de nível superior aqueles em que a parcela de ocupados com ensino superior completo é maior que a média global dos ocupados em 1998 (15%) e; no grupo de ramos de nível médio, aqueles com parcela de ocupados com ensino médio completo superior à respectiva média global dos ocupados (25%). No grupo de nível fundamental, foram agregados aqueles ramos que não atingiam os requisitos dos dois grupos anteriores. A base para classificação dos ramos refere-se aos dados do Distrito Federal e das regiões metropolitanas de Belo Horizonte, Porto Alegre, São Paulo, Salvador e Recife, em 1998.

2) Estão incluídas no setor industrial: química, farmacêutica e plásticos; setor de serviços: especializados, saúde, educação, utilidade pública, serviços de administração pública, Forças Armadas e polícia, creditícios e financeiros, serviços comunitários; em outros setores, embaixadas, consulados, representações oficiais e políticas

3) Estão incluídas no setor industrial: metalúrgica, mecânica, material elétrico-eletrônico, alimentação, artefatos de borracha, papel, papelão e cortiça, gráficas e editoras, outras indústrias; setor do comércio: comércio varejista e comércio atacadista; setor de serviços: serviços pessoais, serviços de comunicações, diversões, radiodifusão e teledifusão, comércio, administração de valores imobiliários e de imóveis, e serviços auxiliares

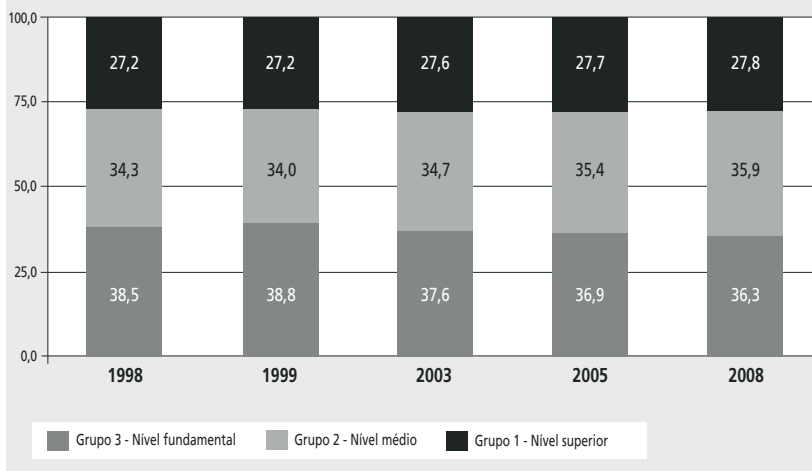
4) Estão incluídos agricultura, pecuária e extração vegetal, no setor industrial: têxtil, vestuário, calçados e artefatos de tecidos, mobiliário e produtos de madeira, vidros, cristais, espelhos, cerâmicas, materiais de construção, artesanato; setor da construção civil: construção, reformas e reparação; setor de serviços: oficinas de reparação mecânica, reparação e limpeza, alimentação, transporte e armazenagem, outros serviços; setor de serviços domésticos: mensalistas e diaristas

Dessa forma, as dinâmicas diferenciadas em cada grupo de ramos resultaram, como mostra o Gráfico 8, numa gradual perda de importância do grupo com maior número de ocupados e que exigia, em geral, menor qualificação para os grupos 1 e 2, os quais demandavam trabalhadores mais instruídos.

Em relação à disposição intrametropolitana dos ramos de atividade, nota-se que nos municípios sede das áreas metropolitanas, com mercado de trabalho mais estruturado, era mais elevada a proporção de ocupados no grupo 1 e menor a parcela no grupo 3, em relação às demais cidades (Gráfico 9). Contudo, a diminuição do peso do grupo 3 ocorreu nos dois tipos de município, sendo este movimento mais intenso nas demais cidades das regiões metropolitanas.

GRÁFICO 8

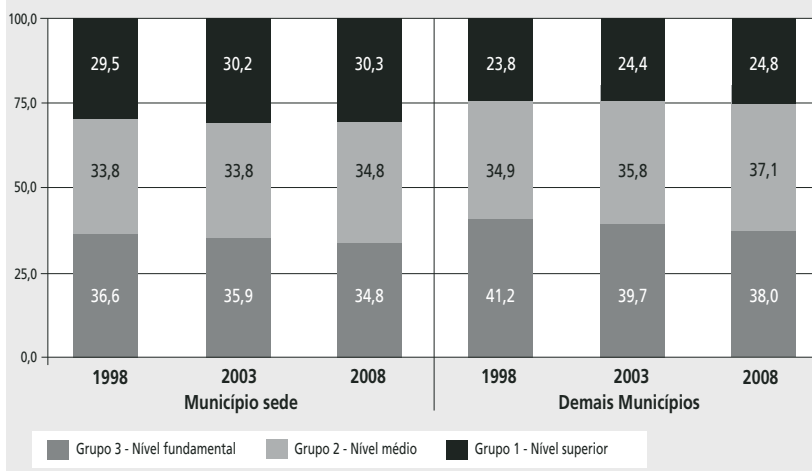
Distribuição dos ocupados de 14 anos e mais, segundo grupos de ramos de atividade categorizados pela prevalência do nível de instrução dos ocupados - Regiões metropolitanas e Distrito Federal - Anos selecionados (em %)



Fonte: DIEESE/Seade; MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego

GRÁFICO 9

Distribuição dos ocupados de 14 anos e mais, por área da região, segundo grupos de ramos de atividade categorizados pela prevalência do nível de instrução dos ocupados - Regiões metropolitanas e Distrito Federal - Anos selecionados (em %)



Fonte: DIEESE/Seade; MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego

Para uma breve caracterização do trabalho, em 2008, observou-se que o rendimento médio do grupo 2 era 37% maior que o do grupo 3 (Tabela 5). Os ocupados do grupo 1, por sua vez, detinham os maiores rendimentos, que eram, em média, 59% maiores que os do grupo 2. Os desníveis de qualidade da ocupação também eram expressivos em relação à cobertura pela Previdência Social (Tabela 6). Ao longo do período, mais de 80% dos ocupados do grupo 1 contribuía para a Previdência, enquanto, no grupo 2, este percentual se reduziu para 67,5%, em 2008. No grupo 3, apenas cerca de metade dos ocupados tinha esta cobertura.

TABELA 6
Rendimento real médio dos ocupados de 14 anos e mais, segundo grupos de ramos de atividade categorizados pela prevalência do nível de instrução da força de trabalho
Regiões metropolitanas e Distrito Federal - Anos selecionados (em R\$ de jan/2010)

Grupos de ramos de atividade ^{(1) (2) (3) (4)}	Ano					Variação média anual (%) / Período				
	1998	1999	2003	2005	2008	1999 / 1998	2003 / 1999	2005 / 2003	2008 / 2005	Total 2008/1998
Ocupados	1.557	1.484	1.152	1.166	1.234	-4,7	-6,1	0,6	1,9	-2,3
Grupo 1 - nível superior ⁽²⁾	2.268	2.219	1.746	1.761	1.850	-2,2	-5,8	0,4	1,7	-2,0
Grupo 2 - nível médio ⁽³⁾	1.584	1.492	1.125	1.146	1.163	-5,8	-6,8	0,9	0,5	-3,0
Grupo 3 - nível fundamental ⁽⁴⁾	1.030	966	750	755	852	-6,2	-6,1	0,3	4,1	-1,9

Fonte: DIEESE/Seade, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego

Nota: 1) Foram incluídos no grupo de ramos de nível superior aqueles em que a parcela de ocupados com ensino superior completo é maior que a média global dos ocupados em 1998 (15%) e; no grupo de ramos de nível médio, aqueles com parcela de ocupados com ensino médio completo superior à respectiva média global dos ocupados (25%). No grupo de nível fundamental, foram agregados aqueles ramos que não atingiam os requisitos dos dois grupos anteriores. A base para classificação dos ramos refere-se aos dados do Distrito Federal e das regiões metropolitanas de Belo Horizonte, Porto Alegre, São Paulo, Salvador e Recife, em 1998.

2) Estão incluídas no setor industrial: química, farmacêutica e plásticos; setor de serviços: especializados, saúde, educação, utilidade pública, serviços de administração pública, Forças Armadas e polícia, creditícios e financeiros, serviços comunitários; em outros setores, embaixadas, consulados, representações oficiais e políticas

3) Estão incluídas no setor industrial: metalúrgica, mecânica, material elétrico-eletrônico, alimentação, artefatos de borracha, papel, papelão e cortiça, gráficas e editoras, outras indústrias; setor do comércio: comércio varejista e comércio atacadista; setor de serviços: serviços pessoais, serviços de comunicações, diversões, radiodifusão e teledivisão, comércio, administração de valores imobiliários e de imóveis, e serviços auxiliares

4) Estão incluídos agricultura, pecuária e extração vegetal, no setor industrial: têxtil, vestuário, calçados e artefatos de tecidos, mobiliário e produtos de madeira, vidros, cristais, espelhos, cerâmicas, materiais de construção, artesanato; setor da construção civil: construção, reformas e reparação; setor de serviços: oficinas de reparação mecânica, reparação e limpeza, alimentação, transporte e armazenagem, outros serviços; setor de serviços domésticos: mensalistas e diaristas

Obs.: Inflatores utilizados: IPCA/BH/Ipead; IPC/pep/RS; INPC-RMR/IBGE/PE; IPC/SE/BA; ICV-DIEESE/SP; e INPC-DF/IBGE

Estas diferenças já eram, em alguma medida, esperadas. Em geral, o trabalho dos ocupados com maior escolaridade, tomado como *proxy* de maior qualificação, tende a agregar valor aos produtos e isto retorna para o trabalhador em forma de rendimentos maiores e melhores condições de trabalho.

TABELA 7
Proporção de ocupados com 14 anos ou mais que contribuem com a previdência,
segundo grupos de ramos de atividade categorizados pela prevalência do nível
de instrução da força de trabalho
Regiões metropolitanas e Distrito Federal - Anos selecionados (em %)

Grupos de ramos de atividade ^{(1) (2) (3) (4)}	Ano					Variação média anual (%) / Período				
	1998	1999	2003	2005	2008	1999 / 1998	2003 / 1999	2005 / 2003	2008 / 2005	Total 2008/1998
Ocupados	63,0	61,4	60,8	62,6	65,6	-2,5	-0,2	1,5	1,6	0,4
Grupo 1 - nível superior ⁽²⁾	83,2	82,5	80,4	81,4	82,0	-0,8	-0,6	0,6	0,2	-0,1
Grupo 2 - nível médio ⁽³⁾	64,6	62,8	61,7	64,4	67,5	-2,8	-0,4	2,2	1,6	0,4
Grupo 3 - nível fundamental ⁽⁴⁾	47,2	45,3	45,5	46,8	51,0	-4,0	0,1	1,4	2,9	0,8

Fonte: DIEESE/Seade/ MTE/FAT e convênios regionais. Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED.

Nota: 1) Foram incluídos no grupo de ramos de nível superior aqueles em que a parcela de ocupados com ensino superior completo é maior que a média global dos ocupados em 1998 (15%) e; no grupo de ramos de nível médio, aqueles com parcela de ocupados com ensino médio completo superior à respectiva média global dos ocupados (25%). No grupo de nível fundamental, foram agregados aqueles ramos que não atingiam os requisitos dos dois grupos anteriores. A base para classificação dos ramos refere-se aos dados do Distrito Federal e das regiões metropolitanas de Belo Horizonte, Porto Alegre, São Paulo, Salvador e Recife, em 1998.

2) Estão incluídas no setor industrial: química, farmacêutica e plásticos; setor de serviços: especializados, saúde, educação, utilidade pública, serviços de administração pública, Forças Armadas e polícia, creditícios e financeiros, serviços comunitários; em outros setores, embaixadas, consulados, representações oficiais e políticas

3) Estão incluídas no setor industrial: metalúrgica, mecânica, material elétrico-eletrônico, alimentação, artefatos de borracha, papel, papelão e cortiça, gráficas e editoras, outras indústrias; setor do comércio: comércio varejista e comércio atacadista; setor de serviços: serviços pessoais, serviços de comunicações, diversões, radiodifusão e teledifusão, comércio, administração de valores imobiliários e de imóveis, e serviços auxiliares

4) Estão incluídos agricultura, pecuária e extração vegetal, no setor industrial: têxtil, vestuário, calçados e artefatos de tecidos, mobiliário e produtos de madeira, vidros, cristais, espelhos, cerâmicas, materiais de construção, artesanato; setor da construção civil: construção, reformas e reparação; setor de serviços: oficinas de reparação mecânica, reparação e limpeza, alimentação, transporte e armazenagem, outros serviços; setor de serviços domésticos: mensalistas e diaristas

Uma análise mais atenta à evolução do período mostra que a recuperação das condições de trabalho (que tinham se agravado até 2003) foi mais rápida para o grupo 3. O que estaria por trás disso? Alguns fatores relacionados à condução da política econômica no período podem ter favorecido mais os trabalhadores destes ramos de atividade, em especial, a política de aumento real do salário mínimo. Contudo, outro aspecto que deve ser considerado é o contínuo crescimento da escolarização mesmo nos segmentos tradicionais da economia, o que deve ter contribuído, provavelmente, para a elevação da produtividade do trabalho (Tabela 8).

Sugere-se haver, então, um processo, em curso, de transmutação da natureza do trabalho, com a crescente complexidade das atividades desempenhadas e o conseqüente aumento da exigência de qualificação, mesmo nos segmentos mais tradicionais da economia. Ainda nesta questão, no Gráfico 10, ficam mais evidentes as rápidas mudanças de perfil dos ocupados segundo a escolarização, em cada grupo de ramos de atividade,

TABELA 8

**Anos médios de estudos dos ocupados de 14 anos e mais, segundo grupos de ramos de atividade categorizados pela prevalência do nível de instrução da força de trabalho
Regiões metropolitanas e Distrito Federal - Anos selecionados (em anos)**

Grupos de ramos de atividade ^{(1) (2) (3) (4)}	Ano					Variação média anual (%) / Período				
	1998	1999	2003	2005	2008	1999 / 1998	2003 / 1999	2005 / 2003	2008 / 2005	Total 2008/1998
Grupo 1 - nível superior ⁽²⁾	10,8	10,9	11,3	11,6	11,9	1,3	0,9	1,1	0,9	1,0
Grupo 2 - nível médio ⁽³⁾	8,2	8,4	8,9	9,3	9,6	2,5	1,6	2,1	0,9	1,6
Grupo 3 - nível fundamental ⁽⁴⁾	5,9	6,2	6,7	7,1	7,5	4,0	2,3	2,7	1,7	2,4

Fonte: DIEESE/Seade, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego

Nota: 1) Foram incluídos no grupo de ramos de nível superior aqueles em que a parcela de ocupados com ensino superior completo é maior que a média global dos ocupados em 1998 (15%) e; no grupo de ramos de nível médio, aqueles com parcela de ocupados com ensino médio completo superior à respectiva média global dos ocupados (25%). No grupo de nível fundamental, foram agregados aqueles ramos que não atingiam os requisitos dos dois grupos anteriores. A base para classificação dos ramos refere-se aos dados do Distrito Federal e das regiões metropolitanas de Belo Horizonte, Porto Alegre, São Paulo, Salvador e Recife, em 1998

2) Estão incluídas no setor industrial: química, farmacêutica e plásticos; setor de serviços: especializados, saúde, educação, utilidade pública, serviços de administração pública, Forças Armadas e polícia, creditícios e financeiros, serviços comunitários; em outros setores, embaixadas, consulados, representações oficiais e políticas

3) Estão incluídas no setor industrial: metalúrgica, mecânica, material elétrico-eletrônico, alimentação, artefatos de borracha, papel, papelão e cortiça, gráficas e editoras, outras indústrias; setor do comércio: comércio varejista e comércio atacadista; setor de serviços: serviços pessoais, serviços de comunicações, diversões, radiodifusão e teledifusão, comércio, administração de valores imobiliários e de imóveis, e serviços auxiliares

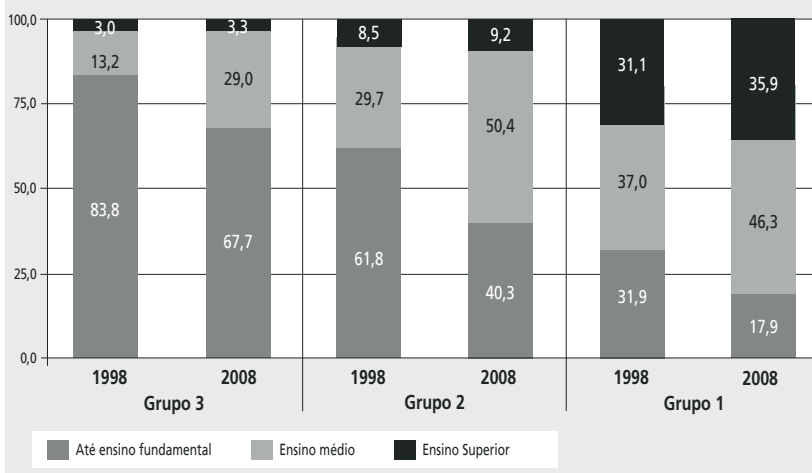
4) Estão incluídos agricultura, pecuária e extração vegetal, no setor industrial: têxtil, vestuário, calçados e artefatos de tecidos, mobiliário e produtos de madeira, vidros, cristais, espelhos, cerâmicas, materiais de construção, artesanato; setor da construção civil: construção, reformas e reparação; setor de serviços: oficinas de reparação mecânica, reparação e limpeza, alimentação, transporte e armazenagem, outros serviços; setor de serviços domésticos: mensalistas e diaristas

ao longo de uma década. No grupo 3, observou-se que o segmento dos ocupados com pelo menos o ensino médio completo havia saltado de 13,2%, em 1998, para 29,0%, em 2008. Por sua vez, no grupo 1, o percentual de pessoas com até o ensino fundamental havia passado de 31,9% para meros 17,9%, ao longo do período em análise.

A qualificação pela escolarização, em muitos casos, se completa quando as pessoas já se encontram inseridas no mercado de trabalho. Observa-se, pela Tabela 8, que 12,7% dos ocupados com 14 anos ou mais frequentavam escola, em 2008. Esta proporção era maior quanto mais intensivo em mão de obra qualificada fosse o setor, chegando a 12,5% no grupo 2 e 18,8% no grupo 1. Tais resultados sugerem um maior estímulo, mais facilidades e/ou o interesse dos trabalhadores em setores mais qualificados de prosseguirem com os estudos e, também, o fato de que quanto maior a representatividade destes setores, mais escolarizada deverá ser a população ocupada.

GRÁFICO 10

Distribuição dos ocupados por nível de instrução, segundo grupos de ramos de atividade categorizados pela prevalência do nível de instrução da força de trabalho - Regiões metropolitanas e Distrito Federal - 1998 e 2008 (em %)



Fonte: DIEESE/Seade; MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego

Entre os ocupados mais jovens, entre 14 e 29 anos, era maior o número dos que frequentavam escola (25,7%), embora não fosse desprezível esta parcela entre os demais adultos com 30 anos ou mais (5,6%). Deve-se considerar, também, a continuidade dos estudos de 7,4% daqueles que já haviam concluído o superior completo.

A qualificação do trabalhador - aqui inferida pelo nível de escolaridade - é, sabe-se, uma capacitação que é formada por uma combinação de fatores que une, por exemplo, experiência profissional, cursos de capacitação etc. além, é claro, da escolaridade. Mediante pesquisa complementar da PED, de 2008, foi possível observar outros elementos importantes para a qualificação e, também, a importância da escolarização, com mais detalhes. Nota-se, como esperado, que a taxa de qualificação (por ter feito algum curso, treinamento ou mesmo se qualificado na escola) foi muito mais elevada entre os ocupados nos segmentos mais intensivos em mão de obra qualificada, sobretudo no grupo 1. Neste segmento, 15,8% dos ocupados haviam se qualificado ao frequentar cursos de graduação ou de pós-graduação. A frequência a cursos rápidos e treinamentos foi observada em todos os grupos de ramos de atividade, embora esta taxa fosse também mais elevada no grupo 1 (Tabela 9).

TABELA 9

**Proporção dos ocupados de 14 anos e mais que frequentava escola, por faixa etária e nível de instrução, segundo grupos de ramos de atividade categorizados pela prevalência do nível de instrução da força de trabalho
Regiões metropolitanas e Distrito Federal - 1998/2008 (em %)**

Grupos de ramos de atividade ⁽¹⁾	Total	Faixa etária		Nível de instrução		
		14 a 29 anos	30 anos e mais	Até fundamental	Ensino médio completo	Superior completo
1998						
Ocupados	12,4	26,6	3,3	12,9	14,7	5,1
Grupo 1 - nível superior ⁽²⁾	15,5	34,4	5,6	18,1	21,3	5,9
Grupo 2 - nível médio ⁽³⁾	13,0	26,5	2,7	15,1	11,5	3,5
Grupo 3 - nível fundamental ⁽⁴⁾	9,5	21,7	2,0	10,1	7,8	2,7
2008						
Ocupados	12,7	25,7	5,6	11,1	16,3	7,4
Grupo 1 - nível superior ⁽²⁾	18,8	38,1	9,3	18,6	27,2	8,0
Grupo 2 - nível médio ⁽³⁾	12,5	22,9	4,9	13,1	13,3	5,9
Grupo 3 - nível fundamental ⁽⁴⁾	8,2	19,2	3,5	8,4	8,0	5,9

Fonte: DIEESE/Seade, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego

Nota: 1) Foram incluídos no grupo de ramos de nível superior aqueles em que a parcela de ocupados com ensino superior completo é maior que a média global dos ocupados em 1998 (15%) e; no grupo de ramos de nível médio, aqueles com parcela de ocupados com ensino médio completo superior à respectiva média global dos ocupados (25%). No grupo de nível fundamental, foram agregados aqueles ramos que não atingiam os requisitos dos dois grupos anteriores. A base para classificação dos ramos refere-se aos dados do Distrito Federal e das regiões metropolitanas de Belo Horizonte, Porto Alegre, São Paulo, Salvador e Recife, em 1998.

2) Estão incluídas no setor industrial: química, farmacêutica e plásticos; setor de serviços: especializados, saúde, educação, utilidade pública, serviços de administração pública, Forças Armadas e polícia, creditícios e financeiros, serviços comunitários; em outros setores, embaixadas, consulados, representações oficiais e políticos

3) Estão incluídas no setor industrial: metalúrgica, mecânica, material elétrico-eletrônico, alimentação, artefatos de borracha, papel, papelão e cortiça, gráficas e editoras, outras indústrias; setor do comércio: comércio varejista e comércio atacadista; setor de serviços: serviços pessoais, serviços de comunicações, diversões, radiodifusão e teledifusão, comércio, administração de valores imobiliários e de imóveis, e serviços auxiliares

4) Estão incluídos agricultura, pecuária e extração vegetal, no setor industrial: têxtil, vestuário, calçados e artefatos de tecidos, mobiliário e produtos de madeira, vidros, cristais, espelhos, cerâmicas, materiais de construção, artesanato; setor da construção civil: construção, reformas e reparação; setor de serviços: oficinas de reparação mecânica, reparação e limpeza, alimentação, transporte e armazenagem, outros serviços; setor de serviços domésticos: mensalistas e diaristas

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos anos 1970, a qualificação profissional protagonizou as discussões sobre os fatores determinantes da má distribuição de renda do país. Segundo alguns, a rápida industrialização gerava uma grande demanda de trabalho qualificado. Mas, como a oferta era escassa, os salários pagos neste segmento eram muito altos, o que ampliaria o leque salarial e a concentração de renda. Naquela época, a falta de democracia e o caráter autoritário do regime militar comprometiam um debate mais aberto sobre a questão. Passados 40 anos, estando num contexto oposto, em vários aspectos, com

TABELA 10
Distribuição dos ocupados de 14 anos ou mais, por grupo de setores de atividade,
segundo participação em curso ou treinamento
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal - Mai-Out/2008 (em %)

Frequência a cursos/treinamentos de qualificação (nos últimos 3 anos)	Grupos de ramos de atividade			Total
	G1	G2	G3	
Total	100,0	100,0	100,0	100,0
Participa e/ou egresso	45,6	30,7	18,6	30,5
Cursos/trein. de capacitação ⁽¹⁾	24,5	22,7	15,5	20,6
Ensino técnico ⁽²⁾	3,0	1,8	0,8	1,8
Graduação e pós-grad. ⁽³⁾	15,8	4,8	1,5	6,7
Demais ⁽⁴⁾	2,3	1,3	0,8	1,4
Não participou	54,3	69,3	81,4	69,5

Fonte: DIEESE/Seade, MTE/FAT e convênios regionais. PED-Pesquisa de Emprego e Desemprego e Pesquisa Suplementar para o Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda

Nota: 1) Estão incluídos cursos de capacitação por indicação do Sine ou postos públicos de atendimento ao trabalhador, de capacitação/especialização por iniciativa da empresa e de capacitação por iniciativa própria

2) Estão incluídos graduação com menos de 4 anos, médio integrado, educação profissional e técnico básico de ensino fundamental

3) Estão incluídos graduação de 4 anos ou mais, pós-graduação stricto e lato senso

4) Estão incluídos alfabetização de adultos, supletivo fundamental e de ensino médio e combinações de formas de qualificação.

crescimento econômico combinado a um lento, porém contínuo movimento de distribuição de renda, algumas reflexões daquele período talvez sirvam para analisar a situação atual do mercado de trabalho.

Os dados apresentados das seis áreas metropolitanas analisadas pela PED, entre 1998 e 2008, mostraram que os ramos de atividade mais dinâmicos (ou seja, que cresceram mais) correspondiam àqueles mais intensivos em trabalho com maior nível de instrução. Caso tal fenômeno persista, é de se esperar um crescente aumento da demanda de trabalho mais escolarizado e qualificado nos próximos anos.

Concomitantemente, foi observada uma mudança no perfil da força de trabalho mais escolarizada. Desta forma, pode-se concluir que oferta e demanda de trabalho caminharam no mesmo sentido, embora em ritmos diferentes. Os dados apontam uma crescente restrição à entrada ou permanência no mercado de trabalho dos segmentos menos instruídos, o que sugere a necessidade de políticas públicas orientadas para a qualificação profissional e intermediação de mão de obra neste segmento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRITO, Fausto, Marques, Denise H. F. As grandes metrópoles e as migrações internas: um ensaio sobre o seu significado recente. In: IV Encontro Nacional sobre Migrações. 2005. *Anais...* Rio de Janeiro: ABEP, 2005. p. 1-15.

GANDRA, Rodrigo M. O debate sobre a desigualdade de renda no Brasil: da controvérsia dos anos 70 ao pensamento hegemônico nos anos 90. **História Econômica & História de Empresas**. São Paulo, v. 8, n. 1, p. 139-162, jan./jun. 2005.

IBGE. **Estatísticas do Século XX**. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. 557 p.

LEWIS, William A. Economic development with unlimited supplies of labour. **The Manchester School of Economic and Social Studies**. Manchester, v. 22, p. 105-138, May 1954.

MERRICK, Thomas W., GRAHAM, Douglas H. **População e desenvolvimento econômico no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. 442 p.

MÖLLER, Horst D., IRMÃO, José F. Desemprego e precarização das relações de trabalho no Brasil. In: ARAÚJO, Tarcísio P., LIMA, Roberto A. (Orgs.). **Ensaio sobre mercado de trabalho e políticas de emprego**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2001. p. 29-64.

QUADROS, Waldir J. A evolução recente das classes sociais no Brasil. In: PRONI, Marcelo W., HENRIQUE, Wilnês (Orgs.). **Trabalho, mercado e sociedade: O Brasil dos anos 90**. São Paulo: Ed. UNESP; Campinas: Instituto de Economia da UNICAMP, 2003. p. 15-70.

RODARTE, Mario M. S., FERNANDES, Joseane de S., OJIMA, Ricardo. A remontagem de uma nação? Migração, estruturação e interiorização do mercado de trabalho no Brasil, década de 2000. In: BRAGA, Thaiz, VIDAL, Francisco, NEVES, Laumar (Orgs.). **Trabalho em questão** (Série estudos e pesquisas). Salvador: SEI, 2010. p. 131-164.

SCHNEIDER, Eduardo M.; RODARTE, Mario M. S. Evolução do mercado de trabalho metropolitano entre meados das décadas de 1990 e 2000. **São Paulo em Perspectiva**, v. 20, p. 74-102, 2006.

TODARO, Michael R. A model of labor migration and urban unemployment in less developed countries. **American Economic Review**. Nashville, v. 3, p. 138-148, Mar. 1969.

WOOD, Charles H., CARVALHO, José A. M. **A demografia da desigualdade no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 1994. 330 p.

Capítulo 2

Educação e qualificação para o trabalho: um breve diagnóstico da formação dos trabalhadores metropolitanos

INTRODUÇÃO

Este texto objetiva subsidiar a reflexão sobre a centralidade da qualificação profissional no atual contexto do mercado de trabalho. Para tanto, utiliza os resultados da Pesquisa Suplementar sobre Qualificação Profissional no Distrito Federal e em cinco regiões metropolitanas do país (Recife, Salvador, Belo Horizonte, São Paulo e Porto Alegre), realizada pelo Sistema PED, com metodologia desenvolvida pelo DIEESE e a Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados do Estado de São Paulo (Seade).

Nesta pesquisa, a qualificação profissional está situada como um dos programas do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda, objeto de levantamento aplicado em 129 municípios, entre maio e outubro de 2008.

A partir dos cruzamentos do questionário da pesquisa suplementar de 2008 com o questionário básico da PED, é possível tratar de aspectos como:

- a demanda social potencial por qualificação (presente no conjunto da população que não participa dos cursos);
- os desafios da qualificação (como os limites financeiros, a disponibilidade de tempo) e;
- as questões do acesso aos cursos e programas de qualificação profissional referentes aos motivos da não qualificação.

Deve-se, contudo, ressaltar que o presente estudo tem caráter mais exploratório acerca das informações levantadas e não pretende, portanto, esgotar o tratamento desses temas. Ao aportar informações sobre os possíveis impactos dos programas de qualificação sobre o mercado de trabalho, o texto concorre para a formulação de uma agenda de pesquisa de produção de subsídios no campo da formulação de políticas públicas para a qualificação da força de trabalho.

Para cumprir o seu propósito, este capítulo está estruturado em três partes, além desta introdução e das considerações finais. Na primeira parte, busca-se traçar os principais antecedentes que permitem referenciar e contextualizar teoricamente o tema da qualificação profissional em pesquisas domiciliares e no mercado de trabalho. Já a segunda dedica-se à apresentação da abordagem analítica da qualificação profissional a partir do recorte de renda familiar *per capita*. Por fim, a terceira seção realiza, em um primeiro momento, a análise de algumas das principais dimensões da qualificação profissional para, em seguida, debruçar-se sobre a relação da qualificação com os principais indicadores do mercado de trabalho.

QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL E MERCADO DE TRABALHO

A importância da qualificação profissional sobre a inserção no mercado de trabalho é reiterada e crescentemente confirmada em diversos estudos do mundo do trabalho¹. Inexiste, contudo, pesquisa permanente sobre o tema que permita analisar as diferentes estratégias de qualificação e suas possíveis implicações sobre a inserção dos indivíduos no mercado de trabalho brasileiro. Normalmente, os estudos que utilizam registros administrativos, pesquisas domiciliares e censos valem-se do atributo escolaridade dos indivíduos como a informação que mais se aproxima da noção do nível de qualificação profissional das pessoas, tal como em outros países. Exemplo mais conspícuo disso encontra-se no clássico estudo de Clogg e Shockey (1984), que apontou a crescente incompatibilidade entre escolaridade e ocupação no mercado de trabalho estadunidense, em estudo de décadas, realizado a partir dos censos demográficos.

As mudanças sofridas pelo mercado de trabalho nas últimas décadas tornam a necessidade de avaliar a importância da qualificação ainda

1. Ver, a propósito, Rosandiski (2006).

mais premente. Em fins da década de 1990, afirmava-se que havia em curso uma “mudança de paradigma do desenvolvimento brasileiro, que passa[va] de um padrão pouco exigente em escolaridade e qualificação profissional para um desenvolvimento com abertura comercial num mundo globalizado. Este novo paradigma demanda[ria] flexibilidade, qualidade e produtividade” (RIOS NETO et al., 1998).²

Em estudo elaborado por Rodarte, Garcia e Guerra (2007), que analisava a evolução do mercado de trabalho e o perfil escolar dos ocupados entre meados das décadas de 1990 e 2000, constatou-se que a escolaridade da População em Idade Ativa (PIA) crescia em ritmo acelerado. Contudo, a escolaridade dos ocupados crescia ainda em ritmo maior, o que refletia um processo de exclusão do segmento menos instruído da PIA, uma vez que a taxa de desemprego elevada coexistia com diminuição acentuada da taxa de participação nesse segmento social. O crescimento da preferência por ocupados mais qualificados explicava-se, em parte, pelo aumento das exigências de escolaridade em ocupações de setores tradicionais, mas também pelo fato de setores mais modernos, com postos de trabalho que exigiam mais qualificação, estarem crescendo em um ritmo maior que a média global. Apesar de as evidências empíricas se circunscreverem ao município de Belo Horizonte, pelos dados da PED, constatou-se que os fenômenos descritos refletiam o que acontecia no mercado de trabalho metropolitano brasileiro, de forma geral³.

Embora muitas evidências apontem ser lícito tratar a escolaridade como *proxy* de qualificação para o trabalho⁴, seja por serem complementares e mutuamente indutores, seja pelo fato de os cursos e treinamentos de qualificação profissional estarem condicionados a determinados níveis de instrução, entre outras razões, o contexto atual exige crescentemente que se trace um quadro mais detalhado sobre qualificação profissional. Nas últimas duas décadas, a PED tem buscado suprir a lacuna de dados estatísticos dessa natureza através da realização de pesquisas suplementa-

2. Dedecca (2005) lembra a historicidade das conexões entre a política educacional, forma de desenvolvimento e de regulação do mercado de trabalho brasileiro, terminando por problematizar esse “novo” paradigma.

3. Chahad (2003), por exemplo, aborda o processo de exclusão dos menos qualificados na Grande São Paulo, na década de 1990.

4. Em Magalhães (1998, p. 33), constatou-se a relação direta entre nível de instrução e demanda por cursos de qualificação profissional entre os desempregados no Vale do Aço, em Minas Gerais, na década de 1990.

res. Além da economia de custos que envolvem o levantamento de dados dessa forma, o cruzamento de questões do questionário básico e permanente da PED com questões suplementares permite que se tenha um painel bastante completo sobre esse tema do mercado de trabalho.

Entre dezembro de 1996 e março de 1997, a recém-instalada PED na Região Metropolitana de Belo Horizonte, sob demanda de um grupo de pesquisadores do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (Cedeplar/UFMG)⁵, introduziu um questionário suplementar sobre a participação dos adultos (de 15 anos e mais) em programas e cursos de qualificação profissional⁶, para servir de parâmetro para investigar, entre outras questões, a eficácia do Programa Estadual de Qualificação (PEQ) que, por sua vez, teria as informações extraídas do levantamento direto realizado com treinandos do PEQ, entre dezembro de 1996 e fevereiro de 1997. Uma das constatações era de que a participação em programas de qualificação era relativamente maior entre os indivíduos adultos, com características geralmente identificadas com o segmento menos vulnerável da população, e que o PEQ invertia, em parte, essa lógica, ao procurar atender, principalmente, pessoas de menor renda e de inserções ocupacionais mais precárias (RIOS NETO et al., 1998). De fato, estudo mais recente feito a partir deste questionário suplementar apontou várias dificuldades de acesso de segmentos populacionais de menor renda a cursos e treinamentos de qualificação, sendo o custo financeiro o mais determinante para afastá-los deste tipo de formação (RODARTE, 2009).

Quase simultaneamente à experiência mineira, a PED da Região Metropolitana de São Paulo propõe um questionário sobre qualificação que se notabilizou pelas inúmeras possibilidades de análise sobre diferentes formas de qualificação profissional. Ao cruzar essas informações do questionário suplementar com as da inserção ocupacional, contidas no questionário básico da PED, Watanabe e Montagner (1998) puderam perceber que, naquele período de crise e de precarização do mercado de trabalho, só os mais qualificados tendiam a ter mais chance de conseguir trabalhos compatíveis com a formação. Para os demais, o desvio de função era muito frequente.

5. A pesquisa *Metodologia de acompanhamento e avaliação do plano estadual de qualificação profissional* foi desenvolvida no Cedeplar/UFMG, com os professores Eduardo L. G. Rios Neto e Renato M. Assunção e os pesquisadores José T. L. Ribeiro e Ana Maria H. C. Oliveira.

6. As questões suplementares voltavam-se exclusivamente para aqueles indivíduos que tinham participado de algum treinamento ou curso de qualificação profissional nos últimos cinco anos.

Passados os primeiros anos da implantação do Plano Real, a elevação dos juros para estabilizar a economia diante das sucessivas crises internacionais, aliada a outros fatores, desencadeou um processo progressivo de retração nacional do crescimento da demanda de trabalho, em especial nas áreas metropolitanas mais industrializadas, levando as taxas de desemprego a níveis recordes. Na Região Metropolitana de Belo Horizonte, a taxa de desemprego total havia saltado de 12,7% da População Economicamente Ativa (PEA), em 1996, para elevados 17,9%, em 1999, ano em que o regime de âncora cambial havia finalmente entrado em colapso. Em contexto de muito desemprego, o segmento mais jovem da PEA é um dos mais afetados, nesse caso específico, pelo aumento da dificuldade para ingressar efetivamente no mercado de trabalho. Vale ressaltar que os jovens entre 15 e 17 anos enfrentavam taxa de desemprego que chegava a 44,4%, em 1999. A necessidade de se fazer um diagnóstico mais aprofundado sobre a inserção dos jovens no mercado de trabalho levou a equipe de analistas da PED-RMBH a fazer uma pesquisa que incluía o levantamento de um novo modelo de questionário suplementar da PED⁷, em 2000.

Os dados levantados sugeriram que a educação formal e a qualificação profissional não deveriam ser vistas como panaceias para a difícil situação do mercado de trabalho⁸. De fato, naquele período, identificava-se que a oferta de trabalho qualificado estava crescendo mais rápido que a demanda das empresas. Por isso, a população mais jovem passava a ter mais dificuldade de inserção no mercado de trabalho, mesmo que tivesse escolaridade média superior à de gerações mais velhas. “A educação é cada vez mais necessária, embora não seja mais suficiente para garantir ao jovem uma colocação no mercado de trabalho, mas permanece como requisito capaz de evitar o pior constrangimento imposto pela marginalização” (FJP, 2003, p. 8). Além disso, os dados da PED e do questionário suplementar mostravam que as experiências mais exitosas de inserção ocupacional de jovens, mesmo em tempos de crise, relacionavam-se com uma

7. Projeto de pesquisa *Aplicação de questionários suplementares à Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Belo Horizonte – PED/RMBH*, elaborado na Fundação João Pinheiro – Centro de Estatísticas e Informações (FJP/CEI), com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig), coordenada por Nícia Rais Moreira de Souza, com a equipe, Livia C. R. da Cruz, Maria Ramos de Souza e Plínio de Campos Souza.

8. Oliveira (2006) tece considerações sobre os devidos limites da qualificação profissional como “passaporte” para o mercado de trabalho.

qualificação multifacetada, constituída por um bom rendimento escolar no ensino médio técnico (em período diurno), combinado com a realização de estágios e cursos de qualificação (línguas e informática), seguida, eventualmente, de um curso superior (DIEESE, 2007, p. 45).

Até aqui, parece evidente e natural que as pesquisas suplementares que iam a campo, bem como os relatórios e artigos que delas derivavam, abordavam as questões mais cruciais da época. Assim como a mudança de paradigma sobre qualificação requerida para o mercado de trabalho e o desemprego haviam pautado a produção de dados na década de 1990, o crescimento ocupacional e o desejo de democratizar o acesso às novas oportunidades de trabalho e renda inspiraram a concepção de novas pesquisas suplementares da década seguinte.

O movimento de recuperação do mercado de trabalho nos anos 2000, lento a princípio, se intensificou depois do choque de estabilização macroeconômica de 2003. Já em 2005 e 2006, todas as áreas metropolitanas investigadas pela PED indicavam taxas de desemprego inferiores às dos piores anos da década de 1990, com exceção da Grande Recife. O crescimento do ritmo de geração de ocupações refletia, principalmente, a evolução positiva da abertura de vagas com carteira assinada. A formalização apontava que o mercado de trabalho se recuperava não só quantitativa como qualitativamente também. Dados do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) mostravam o crescimento do emprego formal ainda maior no interior (cidades médias e pequenas). Esse novo e instigante comportamento do mercado de trabalho motivou a realização de novas pesquisas orientadas para investigar as questões mais agudas do mundo do trabalho. A proposta não era, exatamente, lançar um questionário suplementar, mas uma PED inteira em áreas polarizadas por cidades médias. Concebeu-se, assim, um questionário da PED reformulado, para possibilitar a extração dos principais indicadores do mercado de trabalho e, além disso, a análise de novos temas do mundo do trabalho, entre eles, a qualificação profissional, o empreendedorismo e as políticas de renda mínima.

Foram escolhidos para tanto duas cidades médias e municípios do entorno que, em grande medida, retratavam situações bastante opostas. De um lado, Caruaru e entorno, no Agreste pernambucano, viviam um período de rápido crescimento do mercado de trabalho, embora pouco estruturado e muito incipiente. De outro lado, Pelotas e outros municípios circunvizinhos que conformavam o Aglomerado Sul, no estado gaúcho, passavam por uma longa fase de estagnação, apesar de apresentar um mercado de trabalho mais estruturado, com percentual elevado de assalariados com carteira assi-

nada. O questionário da PED reformulado foi aplicado nessas regiões entre setembro e novembro de 2006.

Em relação à qualificação, apesar de apresentar realidades bem divergentes, os dados de ambas as localidades foram unânimes ao mostrar que os ocupados que tinham se qualificado profissionalmente, através de algum curso ou treinamento, nos anos recentes, tinham inserções ocupacionais melhores que os demais trabalhadores, uma vez que estas significavam rendimentos maiores, com parcela maior de cobertura pela previdência social, entre outras características. Em relação à qualificação por meio do ensino regular, o mesmo estudo apontou que, nas famílias assistidas pelo Bolsa Família, a frequência escolar de crianças e adolescentes era maior que a encontrada nas famílias mais abastadas de ambas as regiões (RODARTE; SCHNEIDER; GARCIA, 2009, p. 10-11; 15).

Dez anos passados da consolidação do Sistema PED, novamente se aplicou outro questionário suplementar sobre qualificação profissional. Contudo, a iniciativa avançava em relação às experiências anteriores, uma vez que o mesmo questionário foi aplicado não em uma, mas simultaneamente em todas as seis regiões analisadas pela PED. Outra particularidade diz respeito ao fato de o questionário abordar temas inerentes ao Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda, e não apenas qualificação profissional, o que permite análises conjuntas dos efeitos das diversas políticas públicas no mercado de trabalho. O questionário, aplicado entre maio e outubro de 2008, constitui a fonte primária para o presente estudo.

A ABORDAGEM DA QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL PELA PERSPECTIVA DA RENDA FAMILIAR *PER CAPITA*

O texto a seguir objetiva caracterizar a população por estrato de renda familiar *per capita*⁹ em relação aos atributos pessoais e inserção no mercado de trabalho. Tais elementos são úteis para serem cotejados com os dados de qualificação profissional apresentados na sequência.

O grande hiato entre os extremos de renda por membro da família assume contornos tão desiguais não só devido às diferenças de renda

9. Nesse intuito, foram gerados grupos de famílias com base nos quartis de renda *per capita*. O grupo 1 corresponde a 25% do total das famílias com rendimentos *per capita* mais baixos; o grupo 2 corresponde a 25% do total das famílias com rendimentos *per capita* imediatamente inferiores ao mediano; o grupo 3 corresponde a 25% do total das famílias com rendimentos *per capita* imediatamente superiores ao mediano, e o grupo 4 corresponde a 25% do total das famílias com rendimentos *per capita* mais altos.

média total, de R\$ 526 e R\$ 8.411, respectivamente, entre os grupos 1 e 4, no Distrito Federal, mas também pelos distintos tamanhos das famílias, sendo estas mais numerosas entre os mais pobres (Tabela 1). Curiosamente, apesar de tão diferentes, havia grande semelhança em relação à participação da renda do chefe sobre a renda total, em torno de 50% em todos os grupos de renda. Foi, contudo, ligeiramente menor nos segmentos mais empobrecidos.

TABELA 1
Atributos de renda real ⁽¹⁾, de tamanho das famílias e de inserção no mercado de trabalho, por grupos de renda familiar *per capita* Regiões Metropolitanas e Distrito Federal - Mai-Out 2008

Características das famílias	Belo Horizonte					Distrito Federal				
	G1	G2	G3	G4	Total	G1	G2	G3	G4	Total
Tamanho médio (número de pessoas)	3,6	3,0	2,9	2,5	3,2	3,6	3,2	3,0	2,7	3,3
Renda familiar (em R\$ de jan/10)	624	1.196	1.979	5.317	2.279	526	1.261	2.617	8.411	3.206
Renda familiar <i>per capita</i> (em R\$ de jan/10)	173	399	682	2.127	712	146	394	872	3.115	971
Taxa de desemprego (em % da PEA)	23,3	8,5	5,6	4,0	9,3	37,0	15,9	10,9	6,4	15,9
Taxa de participação (em % da PIA)	47,3	57,5	65,0	67,7	60,9	55,2	65,2	68,4	67,2	65,5
Características das famílias	Porto Alegre					Recife				
	G1	G2	G3	G4	Total	G1	G2	G3	G4	Total
Tamanho médio (número de pessoas)	3,6	2,9	2,6	2,3	2,8	3,9	3,5	2,9	2,7	3,3
Renda familiar (em R\$ de jan/10)	627	1.210	1.878	4.527	2.061	236	664	1.035	2.667	1.151
Renda familiar <i>per capita</i> (em R\$ de jan/10)	174	424	722	2.012	726	61	190	353	995	346
Taxa de desemprego (em % da PEA)	29,5	11,4	6,4	3,2	11,2	45,7	26,0	14,6	8,0	20,2
Taxa de participação (em % da PIA)	48,0	57,3	64,9	66,7	59,1	42,1	50,0	55,0	62,8	53,9
Características das famílias	Salvador					São Paulo				
	G1	G2	G3	G4	Total	G1	G2	G3	G4	Total
Tamanho médio (número de pessoas)	3,7	3,4	2,6	2,5	3,2	3,7	3,2	2,9	2,5	3,2
Renda familiar (em R\$ de jan/10)	378	969	1.401	4.222	1.744	570	1.236	1.980	4.597	2.104
Renda familiar <i>per capita</i> (em R\$ de jan/10)	101	284	538	1.667	553	154	389	687	1.839	666
Taxa de desemprego (em % da PEA)	44,2	22,3	13,4	7,3	20,4	34,0	15,4	8,8	4,1	13,2
Taxa de participação (em % da PIA)	51,1	60,8	62,7	65,0	60,1	51,7	60,0	68,2	71,5	63,9

Fonte: DIEESE/Seade, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego

Nota: (1) Inflatores utilizados: IPCA/Ipead/BH; INPC-DF/IBGE; IPCIlepe/RS; INPC-RMR/IBGE/PE; IPC/SEI/BA; e ICV-DIEESE

A elevada iniquidade de renda familiar relaciona-se intimamente com as formas como as pessoas estão inseridas no mercado de trabalho, o que é aqui investigado. Em geral, quanto maior a renda familiar, maior a proporção de pessoas em idade ativa, inseridas na força de tra-

balho (ocupadas ou desempregadas). Comparando os extremos, observa-se que esta razão, denominada taxa de participação, atinge 71,5% no grupo referente a 25% das famílias de maior renda *per capita*, e apenas 51,7% entre o grupo de 25% das famílias mais pobres da Região Metropolitana de São Paulo, por exemplo (Tabela 1). Via de regra, a menor taxa de participação pode ser interpretada como um reflexo do alijamento do mercado de trabalho, dadas as exigências de maior qualificação profissional e discriminações relativas à raça/cor, ao sexo etc.

Este grau de exclusão do mercado de trabalho – mencionado como um dos principais elementos a determinar o nível de inserção da população na força de trabalho e a renda familiar – é também comprovado pela taxa de desemprego. Tomando-se a Região Metropolitana de Recife como exemplo, este indicador era elevado nas famílias de renda baixa, sobretudo nas do grupo 1 (45,7%), e expressivamente mais baixo nas famílias de renda alta, ficando em 8,0% entre os membros do grupo 4 (Tabela 1).

A QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL, SEGUNDO A PED

A dimensão da qualificação profissional

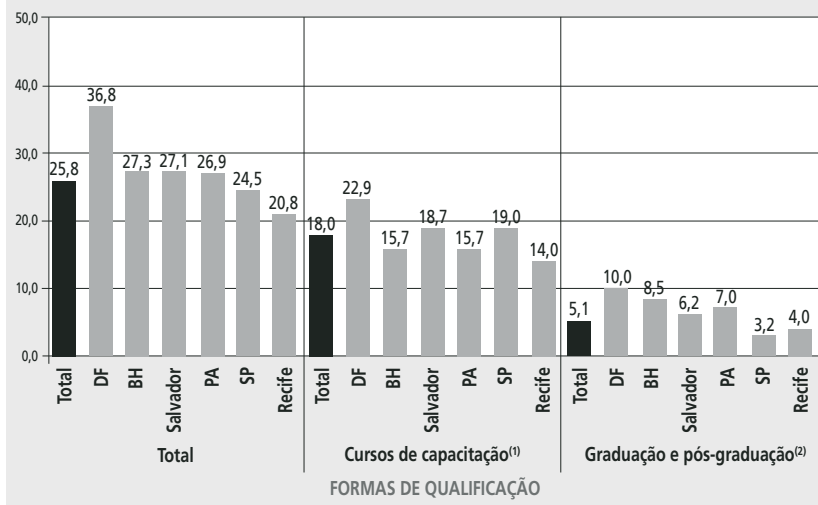
Nos três anos anteriores à pesquisa, a participação em algum curso ou treinamento destinado à qualificação profissional ficou próxima de $\frac{1}{4}$ da PIA, de 14 anos ou mais, nas regiões metropolitanas pesquisadas, ou 3,7 milhões em um universo de 15 milhões de pessoas. Esse percentual foi maior na região do Distrito Federal (36,8%) do que nas demais áreas metropolitanas (Gráfico 1). Na região de Recife, a participação foi de apenas 20,8%. A Grande São Paulo, centro econômico do Brasil, detinha a segunda maior taxa de qualificação por cursos e treinamentos de capacitação entre as regiões pesquisadas (19,0%), mas também possuía a menor taxa de qualificação por cursos de graduação e/ou pós-graduação (3,2%).

Em relação aos grupos de famílias gerados pelos quartis de renda *per capita*, é possível constatar a estreita relação entre qualificação e renda disponível por membro da família, na totalidade das regiões metropolitanas pesquisadas. Comparando os extremos, observou-se que a taxa de qualificação profissional chegava a representar 48,2% entre as pessoas do grupo 4, no Distrito Federal, mas apenas 15,1%, do grupo 1, em Recife (Tabela 2).

Por sua vez, a baixa incidência de participação em cursos de qualificação profissional define a dimensão de uma demanda social potencial por qualificação que, nas regiões metropolitanas analisadas, está concen-

GRÁFICO 1

Taxas de qualificação dos indivíduos de 14 anos e mais, total e segundo as duas formas mais frequentes de qualificação
Regiões metropolitanas e Distrito Federal – Maio a outubro 2008 (em %)



Fonte: DIEESE/Seade, MTE/FAT e convênios regionais. Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) e Pesquisa suplementar para o Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda

Nota: 1) Incluem cursos de capacitação por indicação do Sine ou postos públicos de atendimento ao trabalhador, de capacitação/especialização por iniciativa da empresa; e de capacitação por iniciativa própria

2) Incluem graduação de quatro anos ou mais, pós-graduação *stricto* e *lato sensu*

trada em mais de 2/3 dos grupos de menor renda familiar, abrangendo cerca de 80% dos moradores da Região Metropolitana do Recife.

A incidência de cursos e/ou treinamentos de capacitação na Região Metropolitana de Belo Horizonte era maior nos estratos de renda menor, chegando a responder por 84,5%, no grupo 1, e 84,2%, no grupo 2. Entre as pessoas de maior renda, contudo, a graduação e as diferentes formas de pós-graduação atingiam um segmento maior, chegando a representar 33,5%, no grupo 4. O ensino técnico era a forma de qualificação menos incidente e estava mais presente nos estratos médios de renda, em especial, no grupo 3 (Gráfico 2 - ver pag. 52).

É importante sublinhar que o indicador econômico de renda não explica, de forma isolada, todas as diferenças de qualificação. De fato, os vários recortes sociais, como cor e sexo, ajudam a compreender as disparidades do acesso à qualificação profissional, como se observa na Tabela 3, que retrata as diferentes taxas de qualificação por atributos pessoais. Na segmentação por cor, em todas as áreas pesquisadas, constatou-se que os não negros tinham mais acesso aos cursos e treinamentos do que os ne-

TABELA 2
Distribuição dos indivíduos de 14 anos ou mais, por grupos de renda familiar
per capita, segundo participação em curso ou treinamento
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal - Mai-Out 2008 (em %)

Frequência a cursos/treinamentos de qualificação (últimos três anos)	Belo Horizonte					Distrito Federal				
	G1	G2	G3	G4	Total	G1	G2	G3	G4	Total
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Participa e/ou egresso	21,2	22,6	30,0	37,8	27,3	29,1	30,8	39,9	48,2	36,8
Cursos/trein. de capacitação ⁽¹⁾	15,5	16,7	18,6	14,1	15,7	23,7	24,7	27,2	21,6	22,9
Ensino técnico ⁽²⁾	(5)	1,9	2,9	2,4	2,1	(5)	(5)	(5)	(5)	0,8
Graduação e pós-grad. ⁽³⁾	3,5	3,3	7,4	19,9	8,5	2,4	3,0	8,0	21,5	10,0
Demais ⁽⁴⁾	(5)	(5)	(5)	(5)	1,0	2,3	2,3	3,8	4,2	3,1
Não participou	78,8	77,4	70,0	62,2	72,7	70,9	69,2	60,1	51,8	63,2

Frequência a cursos/treinamentos de qualificação (últimos três anos)	Porto Alegre					Recife				
	G1	G2	G3	G4	Total	G1	G2	G3	G4	Total
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Participa e/ou egresso	19,5	21,1	29,3	38,9	26,9	15,1	17,1	18,0	29,9	20,8
Cursos/trein. de capacitação ⁽¹⁾	13,4	15,2	18,5	18,4	15,7	12,1	14,1	13,3	17,2	14,0
Ensino técnico ⁽²⁾	(5)	1,8	2,7	2,5	2,0	(5)	(5)	1,9	2,1	1,5
Graduação e pós-grad. ⁽³⁾	2,4	2,3	6,1	15,1	7,0	(5)	(5)	1,8	8,8	4,0
Demais ⁽⁴⁾	2,4	1,8	2,1	2,8	2,2	(5)	(5)	(5)	1,7	1,3
Não participou	80,5	78,9	70,7	61,1	73,1	84,9	82,9	82,0	70,1	79,2

Frequência a cursos/treinamentos de qualificação (últimos três anos)	Salvador					São Paulo				
	G1	G2	G3	G4	Total	G1	G2	G3	G4	Total
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Participa e/ou egresso	19,0	23,5	28,2	38,9	27,1	16,9	21,0	26,1	36,3	24,5
Cursos/trein. de capacitação ⁽¹⁾	16,1	19,7	20,6	19,5	18,7	15,1	18,4	21,1	25,0	19,0
Ensino técnico ⁽²⁾	(5)	(5)	(5)	(5)	0,7	(5)	(5)	1,8	2,4	1,4
Graduação e pós-grad. ⁽³⁾	2,0	2,1	5,2	15,4	6,2	(5)	(5)	2,2	7,6	3,2
Demais ⁽⁴⁾	(5)	(5)	(5)	3,1	1,5	(5)	(5)	(5)	(5)	0,9
Não participou	81,0	76,5	71,8	61,1	72,9	83,1	79,0	73,9	63,7	75,5

Fonte: DIEESE/Seade, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego

Nota: 1) Inclui cursos de capacitação por indicação do Sine ou postos públicos de atendimento ao trabalhador, de capacitação/especialização por iniciativa da empresa e; de capacitação por iniciativa própria.

2) Incluem graduação com menos de quatro anos, médio integrado, educação profissional e técnico básico de ensino fundamental

3) Incluem graduação de quatro anos ou mais, pós-graduação stricto e lato sensu

4) Incluem alfabetização de adultos, supletivo fundamental e de ensino médio e combinações de formas de qualificação

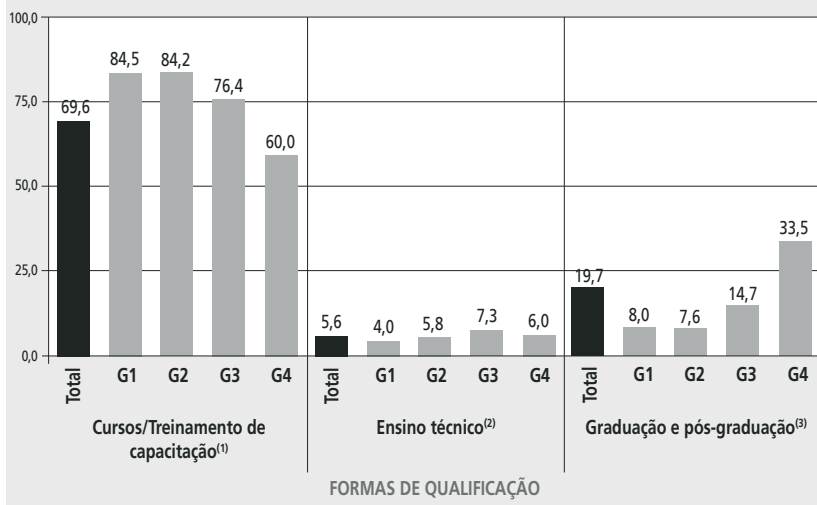
5) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria

gross, embora as taxas de formação em qualificação se elevassem para ambos os perfis, com aumento da renda familiar disponível por pessoa.

Em relação ao sexo, os números das áreas metropolitanas analisadas divergiram. Enquanto na RMSP, no DF e na RMPA, os homens possuíam

GRÁFICO 2

Distribuição dos indivíduos de 14 anos ou mais, por grupos de renda familiar *per capita*, segundo principal tipo de curso ou treinamento
Região Metropolitana de Belo Horizonte – Maio a outubro 2008 (em %)



Fonte: DIEESE/SEADE, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego e Pesquisa Suplementar para o Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda

Nota: 1) Incluem cursos de capacitação por indicação do Sine ou postos públicos de atendimento ao trabalhador, de capacitação/especialização por iniciativa da empresa; e de capacitação por iniciativa própria

2) Inclui graduação com menos de quatro anos, médio integrado, educação profissional e técnico básico de ensino fundamental

3) Incluem graduação de quatro anos ou mais, pós-graduação *stricto* e *lato sensu*

propensão à formação em qualificação profissional maior que as mulheres, nas outras três regiões, elas apresentavam maiores taxas de qualificação, sobretudo entre as famílias de menor renda (Tabela 3). No primeiro caso, o fato de os homens estarem mais bem posicionados nas empresas pode ter facilitado o acesso deles à qualificação. Já nas áreas metropolitanas de Belo Horizonte, Recife e Salvador, o fato de as mulheres terem mais escolaridade do que os homens eventualmente poderia ter sido determinante para as maiores taxas de qualificação profissional da população feminina.

Qualificação profissional era algo estreitamente relacionado com o perfil jovem, sendo, muitas vezes, importante instrumento para o ingresso no mercado de trabalho. Contudo, na medida em que a renda crescia, observava-se que, cada vez mais, cursos e treinamentos passavam a fazer parte da rotina para os demais adultos. No quarto de renda *per capita* mais elevada (grupo 4), mesmo as taxas de formação em qualificação profissional entre os indivíduos de 40 anos e mais eram elevadas, chegando a 31,9% no Distrito Federal.

TABELA 3
**Taxa de qualificação total dos indivíduos de 14 anos ou mais (nos últimos três anos),
por grupos de renda familiar per capita, segundo atributos pessoais**
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal - Mai-Out 2008 (em %)

Atributos pessoais	Belo Horizonte					Distrito Federal				
	G1	G2	G3	G4	Total	G1	G2	G3	G4	Total
Total	21,2	22,6	30,0	37,8	27,3	29,1	30,8	39,9	48,2	36,8
Sexo										
Masculino	20,3	21,6	29,4	39,9	27,0	29,5	30,9	39,8	48,7	37,1
Feminino	21,8	23,5	30,5	35,9	27,6	28,8	30,8	40,0	47,8	36,6
Cor⁽¹⁾										
Negra	19,1	22,6	28,6	37,9	24,8	29,3	31,6	40,4	49,1	36,3
Não negra	25,8	22,8	31,8	37,8	30,6	28,7	29,5	39,4	47,5	37,5
Faixa etária										
14 a 24 anos	33,5	40,7	54,5	61,1	44,4	45,6	51,3	59,8	67,1	55,0
25 a 39 anos	20,4	29,8	36,7	54,0	33,9	27,8	32,8	45,5	61,5	42,0
40 e mais	9,5	8,4	13,8	21,1	13,3	11,3	12,1	21,7	31,9	19,9
Atributos pessoais	Porto Alegre					Recife				
	G1	G2	G3	G4	Total	G1	G2	G3	G4	Total
Total	19,5	21,1	29,3	38,9	26,9	15,1	17,1	18,0	29,9	20,8
Sexo										
Masculino	20,4	23,1	32,0	39,8	28,5	13,1	16,3	18,9	29,7	20,3
Feminino	18,7	19,5	27,0	38,0	25,5	16,5	17,8	17,2	30,0	21,2
Cor⁽¹⁾										
Negra	19,6	18,7	27,7	29,8	22,3	14,3	16,9	17,9	29,2	19,6
Não negra	19,4	21,6	29,6	39,6	27,7	18,5	17,9	17,9	30,8	23,7
Faixa etária										
14 a 24 anos	33,2	41,1	55,7	68,1	45,9	26,2	30,4	36,1	50,5	35,8
25 a 39 anos	18,7	27,5	39,6	57,4	35,8	12,9	17,2	23,0	42,0	24,2
40 e mais	7,3	7,8	12,4	21,5	12,6	(2)	6,8	6,7	16,1	9,4
Atributos pessoais	Salvador					São Paulo				
	G1	G2	G3	G4	Total	G1	G2	G3	G4	Total
Total	19,0	23,5	28,2	38,9	27,1	16,9	21,0	26,1	36,3	24,5
Sexo										
Masculino	17,2	21,7	26,8	39,2	26,1	17,2	23,3	27,0	37,3	25,6
Feminino	20,3	24,8	29,3	38,5	27,9	16,7	19,1	25,3	35,3	23,5
Cor⁽¹⁾										
Negra	18,1	23,4	27,3	38,1	25,8	17,5	21,6	27,5	35,5	22,9
Não negra	30,5	24,9	33,6	40,6	35,2	16,4	20,6	25,4	36,4	25,3
Faixa etária										
14 a 24 anos	30,1	38,6	45,0	56,9	40,2	27,6	38,2	44,9	54,4	39,5
25 a 39 anos	18,6	27,5	40,1	52,0	34,0	16,0	23,1	31,9	48,1	28,5
40 e mais	6,4	9,1	13,0	25,1	14,0	7,5	8,2	11,9	23,0	12,7

Fonte: DIEESE/Seade, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego

Nota: 1) Cor negra inclui pretos e pardos; não negra: inclui brancos e amarelos

2) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria

As diferenças das taxas de formação em qualificação profissional, exclusivamente por cursos ou treinamentos por nível de instrução, reiteram a estreita relação entre qualificação e escolaridade mostradas em pesquisas anteriores. No Distrito Federal e nas áreas metropolitanas de Belo Horizonte e Porto Alegre, as taxas de qualificação dos indivíduos com pelo menos o ensino médio incompleto eram aproximadamente o dobro das encontradas entre as pessoas com até o fundamental completo (Tabela 4). No DF, esses percentuais eram de 31,6% e 15,2%, respectivamente. Nas demais áreas metropolitanas (São Paulo, Salvador e Recife), os mais escolarizados tinham taxas de qualificação cerca de três vezes maior que os menos instruídos. Na RMSP, entre as pessoas com até o ensino fundamental completo, a taxa de qualificação ficava pouco abaixo de 10%, ao passo que, entre aqueles com pelo menos o ensino médio incompleto, a taxa atingia quase 1/3 dos indivíduos. Em geral, as diferenças entre as taxas de qualificação por nível de escolaridade se acentuavam nas famílias de menor renda, o que permite supor a importância da universalização da educação de qualidade para a diminuição das desigualdades de acesso ao mercado de trabalho (Tabela 4).

TABELA 4

Taxa de qualificação por cursos e/ou treinamento de capacitação nos últimos três anos⁽¹⁾ dos indivíduos de 14 anos ou mais, por grupos de renda familiar *per capita*, segundo nível de instrução

Regiões Metropolitanas e Distrito Federal - Mai-Out 2008(em %)

Nível de instrução	Belo Horizonte					Distrito Federal				
	G1	G2	G3	G4	Total	G1	G2	G3	G4	Total
Total	15,8	17,0	19,3	15,2	16,2	24,8	26,1	30,1	25,4	25,1
Até fundamental completo	10,4	9,7	11,0	8,6	9,9	16,6	14,2	15,6	16,7	15,2
Médio incompleto e mais	26,7	27,7	25,8	16,8	21,8	38,1	39,7	38,1	26,9	31,6
Nível de instrução	Porto Alegre					Recife				
	G1	G2	G3	G4	Total	G1	G2	G3	G4	Total
Total	13,9	15,7	19,1	20,2	16,4	12,4	14,4	13,8	18,4	14,6
Até fundamental completo	9,8	9,3	11,0	8,0	9,4	25,4	7,0	6,0	7,6	7,2
Médio incompleto e mais	24,4	26,1	26,4	23,5	22,9	27,4	26,7	23,5	23,0	23,1
Nível de instrução	Salvador					São Paulo				
	G1	G2	G3	G4	Total	G1	G2	G3	G4	Total
Total	16,4	20,2	21,8	22,3	19,6	15,2	18,6	21,6	26,0	19,4
Até fundamental completo	8,5	9,9	8,1	9,1	8,9	10,0	10,3	9,9	11,2	9,7
Médio incompleto e mais	29,7	30,3	30,4	25,1	27,8	26,3	30,4	31,8	31,1	28,6

Fonte: DIEESE/Seade, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego

Nota: 1) Inclui cursos de capacitação por indicação do Sine ou postos públicos de atendimento ao trabalhador, de capacitação/especialização por iniciativa da empresa; e de capacitação por iniciativa própria

Em relação aos indivíduos que se qualificaram realizando cursos de capacitação, mais da metade teve acesso e se manteve nesses cursos com financiamento próprio (total ou parcialmente), em quase todas as áreas metropolitanas analisadas – com exceção da Região Metropolitana do Recife, na qual esse percentual situou-se em 48,7%. Na RMS, esse percentual chegou a representar 62,6%, ficando em 62,0% entre os membros de 25% das famílias de menor renda (Tabela 5).

TABELA 5
Taxa de qualificação por cursos e/ou treinamento de capacitação⁽¹⁾ dos indivíduos de 14 anos ou mais, por grupos de renda familiar *per capita*, segundo financiamento
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal - Mai-Out 2008 (em %)

Financiamento de cursos/ treinamentos de qualificação	Belo Horizonte					Distrito Federal				
	G1	G2	G3	G4	Total	G1	G2	G3	G4	Total
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Total ou parcialmente pago com recursos próprios	53,0	59,2	59,1	57,1	59,1	56,2	62,8	64,7	57,4	62,2
Com recursos da empresa	10,5	15,8	19,7	30,6	17,7	7,1	10,5	17,4	31,9	15,7
Totalmente gratuito	36,2	24,8	21,1	12,3	23,1	36,4	26,7	17,9	(2)	22,1
Outras	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)

Financiamento de cursos/ treinamentos de qualificação	Porto Alegre					Recife				
	G1	G2	G3	G4	Total	G1	G2	G3	G4	Total
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Total ou parcialmente pago com recursos próprios	51,3	59,2	60,1	58,0	58,7	40,4	46,6	49,8	49,9	48,7
Com recursos da empresa	14,2	21,5	23,8	31,3	23,0	(2)	10,2	17,3	29,7	16,3
Totalmente gratuito	34,0	18,8	15,8	10,2	17,8	56,1	42,8	32,7	20,1	34,7
Outras	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)

Financiamento de cursos/ treinamentos de qualificação	Salvador					São Paulo				
	G1	G2	G3	G4	Total	G1	G2	G3	G4	Total
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Total ou parcialmente pago com recursos próprios	62,0	63,7	64,4	58,4	62,6	54,4	59,4	61,8	57,5	59,3
Com recursos da empresa	(2)	13,1	20,7	30,4	17,6	11,6	15,5	21,0	30,8	20,4
Totalmente gratuito	32,1	22,8	14,9	10,6	19,5	33,8	25,0	17,2	11,5	20,0
Outras	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)

Fonte: DIEESE/Seade, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego

Nota: 1) Inclui cursos de capacitação por indicação do Sine ou postos públicos de atendimento ao trabalhador, de capacitação/especialização por iniciativa da empresa; e de capacitação por iniciativa própria.

Tal constatação reitera a percepção da carência de cursos de qualificação gratuitos e de que esta, na maioria dos casos, permanece como prática resultante do esforço dos indivíduos e de seus familiares, mesmo entre os mais pobres. Já entre os mais abastados, do grupo 4, cerca de 30% dos cursos e treinamentos eram fornecidos pelas próprias empresas, enquanto outros 10%, aproximadamente, eram gratuitos. Como aspecto positivo, cabe destacar a prevalência de indivíduos que compõem o grupo 1 nos cursos gratuitos, o que pode ser tomado como um indicador de que essas iniciativas estão logrando êxito em atingir o público-alvo, ou seja, estão beneficiando famílias de baixa renda.

Qualificação profissional e mercado de trabalho

Pelas evidências apresentadas na Tabela 6, é permitido supor que a demanda de qualificação profissional partia, sobretudo, dos indivíduos que desejavam se inserir ou se manter na força de trabalho. O conhecimento adquirido, como tratado antes, era um diferencial para os que ansiavam encontrar trabalho ou agregar a este maior valoração. De fato, as taxas mais elevadas de formação em qualificação profissional eram encontradas entre os desempregados e os ocupados, chegando a 52,0% e 40,1%, respectivamente, no Distrito Federal.

Nas faixas de renda familiar *per capita* mais elevadas, essas taxas eram maiores em todas as condições ocupacionais, como se observa na Tabela 6. Contudo, a superioridade da taxa de formação em qualificação profissional entre os desempregados, em relação à dos ocupados, diminuía nas rendas mais elevadas, o que sugere um papel distinto dos cursos e treinamentos de formação em cada nível de renda. Se, nas famílias mais pobres, a qualificação visava à inserção, nas famílias mais ricas, esse objetivo coexistia com a finalidade de agregar mais conhecimento (ou titulação) ao que já era adquirido pela prática da atividade que já exercia. Quanto aos inativos, grupo que menos se qualificava, notou-se que, assim como entre os desempregados e os ocupados, as taxas de formação em qualificação profissional eram levemente maiores nos estratos de renda mais elevados.

Em relação aos ocupados, a indústria e os serviços eram os setores com maior incidência de ocupados com qualificação, chegando a 46,4% no Distrito Federal (Tabela 7 - página 58). Os assalariados eram os ocupados com taxas de qualificação acima da média em todas as áreas pesquisadas. A experiência da qualificação entre os assalariados ocorria, sobretu-

TABELA 6
Taxa de qualificação total dos indivíduos de 14 anos ou mais, por grupos de renda familiar *per capita*, segundo situação no trabalho
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal - Mai-Out 2008 (em %)

Situação no trabalho	Belo Horizonte					Distrito Federal				
	G1	G2	G3	G4	Total	G1	G2	G3	G4	Total
Total	21,2	22,6	30,0	37,8	27,3	29,1	30,8	39,9	48,2	36,8
Ocupado	19,8	26,7	35,5	44,3	32,0	27,3	31,8	42,3	55,0	40,1
Desempregado	36,9	46,9	55,4	71,0	43,5	43,1	54,1	66,8	72,3	52,0
Inativo	18,0	13,3	15,7	20,3	16,4	22,0	19,9	26,1	29,0	24,1

Situação no trabalho	Porto Alegre					Recife				
	G1	G2	G3	G4	Total	G1	G2	G3	G4	Total
Total	19,5	21,1	29,3	38,9	26,9	15,1	17,1	18,0	29,9	20,8
Ocupado	19,8	26,3	35,1	47,3	33,5	12,8	19,0	23,0	36,1	25,2
Desempregado	31,7	38,4	56,6	64,8	38,8	25,7	33,7	41,3	54,3	35,4
Inativo	14,7	10,6	14,2	18,9	14,3	11,5	10,2	7,4	15,4	11,7

Situação no trabalho	Salvador					São Paulo				
	G1	G2	G3	G4	Total	G1	G2	G3	G4	Total
Total	19,0	23,5	28,2	38,9	27,1	16,9	21,0	26,1	36,3	24,5
Ocupado	16,1	24,8	34,3	47,2	32,3	16,3	23,6	29,6	43,5	28,9
Desempregado	30,7	41,7	53,2	63,3	40,1	26,1	35,0	46,6	48,1	33,5
Inativo	14,0	13,6	12,0	19,2	14,8	12,8	12,6	13,0	14,5	13,2

Fonte: DIEESE/Seade, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego

do, no primeiro ano de atividade exercido à época da realização da pesquisa, ou nos dois imediatamente anteriores a este. No setor privado, como esperado, os empregados de empresas maiores eram os que apresentavam maiores taxas de qualificação e chegavam a atingir quase a metade do contingente (49,2%) no Distrito Federal.

Os benefícios, de qualquer natureza, em se qualificar foram sentidos pela quase totalidade dos egressos de cursos e demais formas de capacitação profissional, chegando a atingir 96,8% na RMPA. A proporção de egressos insatisfeitos com a qualificação (por terem achado que o esforço não havia servido para nada) atingiu a maior frequência no grupo de menor renda e, mesmo assim, essa parcela não chegava a atingir 15% dos egressos das diversas regiões pesquisadas (Tabela 8 - pág. 59).

Observou-se que os benefícios da qualificação se diferenciavam conforme o nível de renda familiar *per capita* a que o egresso pertencia. A partir dos dados extraídos do questionário suplementar, que permitia

TABELA 7
Taxa de qualificação total dos ocupados de 14 anos ou mais, por grupos de renda familiar *per capita*, segundo atributos ocupacionais
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal - Mai-Out/2008 (em %)

Atributos ocupacionais	Belo Horizonte					Distrito Federal				
	G1	G2	G3	G4	Total	G1	G2	G3	G4	Total
Ocupados	19,8	26,7	35,5	44,3	32,0	27,3	31,8	42,3	55,0	40,1
Indústria e serviços	24,5	32,2	40,3	47,4	37,5	33,9	36,6	47,9	58,6	46,4
Assalariados ⁽¹⁾	23,7	33,2	41,7	51,7	38,2	33,5	37,2	48,6	60,1	47,5
Até 1 ano de permanência ⁽²⁾	25,7	33,9	43,2	58,3	38,8	37,0	41,7	52,0	71,7	50,4
Empresa de 100 ou mais empregados ⁽³⁾	26,1	39,7	42,1	54,5	41,9	38,2	40,2	50,4	68,6	49,2

Atributos ocupacionais	Porto Alegre					Recife				
	G1	G2	G3	G4	Total	G1	G2	G3	G4	Total
Total	19,8	26,3	35,1	47,3	33,5	12,8	19,0	23,0	36,1	25,2
Indústria e serviços	24,3	29,8	40,0	51,1	38,7	16,8	23,1	27,0	41,0	30,7
Assalariados ⁽¹⁾	25,0	30,2	40,9	55,1	39,5	16,1	22,9	27,4	43,3	31,9
Até 1 ano de permanência ⁽²⁾	28,0	35,0	47,1	66,5	42,7	(4)	26,0	31,4	46,3	33,9
Empresa de 100 ou mais empregados ⁽³⁾	32,4	32,5	44,9	59,4	44,2	(4)	26,2	28,7	48,1	35,2

Atributos ocupacionais	Salvador					São Paulo				
	G1	G2	G3	G4	Total	G1	G2	G3	G4	Total
Total	16,1	24,8	34,3	47,2	32,3	16,3	23,6	29,6	43,5	28,9
Indústria e serviços	19,9	28,4	37,4	50,4	36,8	20,3	27,5	33,8	46,8	33,8
Assalariados ⁽¹⁾	21,0	30,4	39,6	53,9	39,4	20,8	27,4	34,3	49,5	34,6
Até 1 ano de permanência ⁽²⁾	23,8	31,8	45,3	59,2	40,4	20,6	28,9	35,0	49,4	32,9
Empresa de 100 ou mais empregados ⁽³⁾	(4)	32,3	44,9	56,9	43,2	24,0	31,6	40,2	54,0	40,7

Fonte: DIEESE/Seade, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego

Nota: 1) Incluem assalariados com carteira e sem carteira no setor privado, assalariados no setor público

2) Tempo de permanência no trabalho principal (apenas para assalariados)

3) Tamanho da empresa no trabalho principal (apenas para assalariados do setor privado)

4) A amostra não comporta desagregação para esta categoria

apontar vários benefícios proporcionados pela qualificação (e não apenas o principal), constatou-se que cerca da metade dos egressos no grupo 4 tinha reconhecido que a qualificação havia proporcionado crescimento profissional e/ou do negócio. Nas famílias de renda menor, esses percentuais eram expressivamente menores.

Contudo, a relação entre renda e benefício da qualificação é inversa ao caso anterior quando se referia ao fato de o curso ter servido para adquirir nova profissão e/ou ampliar as possibilidades de obter trabalho. Entre os egressos de renda familiar mais baixa (grupo 1), 63,5% apontaram esse tipo de benefício, contra 29,8% no segmento de maior renda (grupo 4), na RMR.

TABELA 8
Distribuição dos indivíduos de 14 anos ou mais, egressos de cursos de capacitação, por grupos de renda familiar *per capita*, segundo resultados do curso
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal - Mai-Out 2008 (em %)

Resultados do curso de qualificação/capacitação profissional (nos últimos três anos)	Belo Horizonte					Distrito Federal				
	G1	G2	G3	G4	Total	G1	G2	G3	G4	Total
Total de egressos	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Foi útil de alguma forma ⁽¹⁾	89,5	90,9	94,8	95,6	93,1	91,7	93,5	95,5	98,2	95,2
Obteve/mudou de trabalho	16,4	18,9	16,4	13,2	16,3	8,4	10,6	11,5	9,0	9,9
Teve crescimento profissional ⁽²⁾	15,3	29,0	44,3	55,1	38,3	9,2	18,2	29,7	54,0	30,2
Conheceu nova profissão ⁽³⁾	42,7	34,0	35,9	29,1	34,1	48,7	44,1	36,6	22,8	35,8
Obter conhecimento de interesse pessoal	51,7	52,4	50,8	42,5	47,4	58,8	59,1	54,6	50,1	54,4
Não serviu para nada	10,5	(4)	(4)	(4)	6,9	8,3	(4)	(4)	(4)	4,8
Resultados do curso de qualificação/capacitação profissional (nos últimos três anos)	Porto Alegre					Recife				
	G1	G2	G3	G4	Total	G1	G2	G3	G4	Total
Total de egressos	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Foi útil de alguma forma ⁽¹⁾	93,9	97,0	96,8	98,1	96,8	92,7	94,2	94,9	97,2	95,5
Obteve/mudou de trabalho	12,0	16,8	16,2	13,7	14,8	(4)	13,4	(4)	12,6	12,2
Teve crescimento profissional ⁽²⁾	13,7	31,2	40,4	57,6	39,7	(4)	15,5	29,0	49,7	29,7
Conheceu nova profissão ⁽³⁾	53,7	38,0	34,4	24,1	34,9	63,5	54,7	47,3	29,8	46,0
Obter conhecimento de interesse pessoal	42,4	41,0	38,8	41,6	40,2	43,4	46,9	43,7	43,5	44,1
Não serviu para nada	(4)	(4)	(4)	(4)	3,2	(4)	(4)	(4)	(4)	4,5
Resultados do curso de qualificação/capacitação profissional (nos últimos três anos)	Salvador					São Paulo				
	G1	G2	G3	G4	Total	G1	G2	G3	G4	Total
Total de egressos	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Foi útil de alguma forma ⁽¹⁾	86,9	88,9	93,0	97,2	91,9	88,6	91,0	92,2	96,4	93,0
Obteve/mudou de trabalho	(4)	13,5	13,4	12,8	12,8	13,1	14,7	18,6	15,1	15,9
Teve crescimento profissional ⁽²⁾	(4)	20,1	33,7	50,2	30,6	(4)	25,4	36,4	58,4	37,8
Conheceu nova profissão ⁽³⁾	43,9	36,0	33,9	24,8	32,6	44,0	33,3	28,7	19,6	28,1
Obter conhecimento de interesse pessoal	56,9	55,6	52,0	57,8	56,1	48,1	45,2	40,2	34,6	39,7
Não serviu para nada	13,1	11,1	(4)	(4)	8,1	11,4	9,0	7,8	(4)	7,0

Fonte: DIEESE/Seade, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego

Nota: 1) Múltiplas respostas

2) Inclui afirmativa de ter obtido melhora no desempenho do negócio/ empresa própria

3) Inclui afirmativa de ter uma profissão; e de ampliar as possibilidades de encontrar trabalho

4) A amostra não comporta desagregação para esta categoria

Em todas as áreas metropolitanas estudadas, a oportunidade de encontrar novo trabalho e/ou mudar de atividade em decorrência do curso de qualificação foi apontada por um número ligeiramente maior de egressos pertencentes a famílias de renda intermediária (grupos 2 e 3).

A obtenção de conhecimento de interesse pessoal com a qualificação foi um benefício apontado por quase metade dos egressos (47,4%)

e foi mais percebido entre os do grupo 1 (51,7%) do que entre aqueles provenientes das famílias mais ricas (42,4%).

Em síntese, isso traz à tona a importante questão do significado efetivo da qualificação para indivíduos de cada nível socioeconômico. Alguns elementos apresentados nesse estudo permitem afirmar que a qualificação para os segmentos de renda mediana quase sempre se apresentava como uma estratégia de (nova) inserção em alguma atividade produtiva. Entre os segmentos de maior renda, por sua vez, a qualificação aparece não só como estratégia de busca de trabalho, mas também como parte da rotina profissional dos indivíduos já ocupados. Assim, a ação de se qualificar para os segmentos médios da população assumia um significado maior, de ultrapassar o estado em que se encontravam, enquanto, para os membros de famílias mais abastadas, a qualificação era quase uma afirmação do *status quo*. Ao que tudo indica, também havia maior expectativa de melhora de inserção no mercado de trabalho como resultado prático da qualificação nos segmentos mais vulneráveis da população (grupo 1). Por isso, eram maiores as decepções quando essas expectativas não se materializam. Contudo, a qualificação também cumpria o importante papel de diminuir o desalento em relação ao mercado de trabalho nos segmentos mais pobres da população.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo sobre a qualificação profissional, com base no uso combinado de informações do questionário básico da PED e de bloco suplementar de 2008, reitera algumas afirmações, como a estreita relação entre educação regular e procura por qualificação, presentes em outras pesquisas realizadas sobre o tema. Contudo, buscou-se, neste estudo, desvendar mais as relações entre as condições socioeconômicas – mostradas pelos diferenciais de renda familiar *per capita* – e a qualificação profissional, o que foi pouco explorado em trabalhos anteriores.

Mostrou-se aqui que a menor renda familiar *per capita* associa-se à menor taxa de formação em qualificação, seja por cursos ou treinamentos. Os dados apresentados sugerem duas razões de maior relevância para que isso ocorra. De um lado, a menor exigência de qualificação das ocupações e profissões desempenhadas pelo segmento de menor renda pode justificar menor demanda de qualificação nesse segmento. De outro lado, a não gratuidade da maior parte das formas de qualificação pode explicar as menores taxas de formação em qualificação entre os mais pobres. Em

relação a isso, verificou-se que as bolsas (parciais ou integrais), bem como os financiamentos por empresas, estavam mais disponíveis para os segmentos de renda familiar maior. Com isso, diferentes níveis de anseio e condições de se qualificar parecem determinar as expressivas diferenças de taxas de qualificação por nível de renda.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CHAHAD, José P. Z. Tendências recentes no mercado de trabalho: Pesquisa de Emprego e Desemprego. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 17, n. 3-4, p. 205-217, 2003.

CLOGG, Clifford. C.; SHOCKEY, James W. Mismatch between occupation and schooling: a prevalence measure, recent trends and demographic analysis. **Demography**, v. 21, n. 2, p. 235-257, may, 1984.

DEDECCA, Cláudio S. Qualificação, estrutura produtiva e mercado de trabalho. In: COSTA, H.; CONCEIÇÃO, M. (Orgs.) **Educação integral e sistema de reconhecimento e certificação educacional e profissional**. São Paulo: CUT, 2005.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. **Diagnóstico da qualificação para o trabalho e estratégias frutíferas na busca de ocupação no mercado de trabalho do município de Belo Horizonte**. Belo Horizonte: DIEESE, 2007. 89 p. Parte I. Mimeografado.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **A inserção dos jovens no mercado de trabalho**. 2. ed. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro; CEI, 2003. 62 p.

MAGALHÃES, Edgar P. **Trajetória dos desempregados do Vale do Aço**: relatório de pesquisa. Belo Horizonte: PUC/IRT, 1998. 101 p. Mimeografado.

OLIVEIRA, Roberto Veras de. Qualificação profissional: um campo em disputa. In: OLIVEIRA, Roberto Veras de. **Qualificar para quê? qualificação para quem? do global ao local**: o que se espera da qualificação profissional hoje. São Paulo: Fundação Unitrabalho; Campina Grande: EDUFCEG, 2006. p. 12-26.

RIOS NETO, Eduardo L. G. et al. Análise comparativa da qualificação profissional na RMBH. In: SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEI-

RA, 8., 1988, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 1998, v. 2. p. 235-261.

RODARTE, Mario M. S.; SCHNEIDER, Eduardo M.; GARCIA, Lúcia S. Políticas de emprego e renda em cidades médias e em aglomerados não-metropolitanos: os casos do Aglomerado Sul (RS) e de Caruaru e entorno (PE) - 2006. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM URBANIZAÇÃO, 13., 2009, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis, 2009.

RODARTE, Mario M. S.; GARCIA, Lúcia S.; GUERRA, Maria de F. L. A escolarização em marcha forçada: o aumento da qualificação na demanda e oferta de trabalho em Belo Horizonte. **Pensar BH, Política Social**, Belo Horizonte, v. 18, p. 32-37, 2007.

RODARTE, Mario M. S. Qualificação e segmentação do mercado de trabalho: o caso da RMBH na década de 1990. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS DO TRABALHO, 11., 2009, Campinas-SP. **Anais...** Campinas: Unicamp, 2009.

ROSANDISKI, Eliane. A qualificação como elemento dinâmico do mercado de trabalho. In: DEDECCA, Cláudio S.; PRONI, Marcelo W. (Orgs.) **Políticas públicas e trabalho: textos para estudo dirigido**. Campinas-SP: CESIT/UNICAMP; Brasília-DF: Ministério do Trabalho e Emprego; Uni-trabalho, 2006.

SCHNEIDER, Eduardo M.; RODARTE, Mario M. S. Evolução do mercado de trabalho metropolitano entre meados das décadas de 1990 e 2000. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 20, p. 74-102, 2006.

WATANABE, Margareth I.; MONTAGNER, Paula. Compatibilidade entre formação profissional e atual ocupação: a experiência recente da população ocupada na Região Metropolitana de São Paulo. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS DA ABEP, 11, 1998, Caxambu-MG.. **Anais...** Caxambu, 1998. p. 2405-2425.

Capítulo 3

Dinâmica ocupacional, requisitos de contratação e uma proposta de tipologia de ramos de atividade segundo a qualificação profissional

INTRODUÇÃO

Este capítulo do livro tratará, inicialmente, de caracterizar a estrutura e a dinâmica ocupacional na área de cobertura do Sistema PED, de 2003 a 2008. Uma vez compreendidas as generalidades e especificidades da estrutura produtiva de cada região, parte-se para a análise dos requisitos de qualificação no momento da contratação do trabalhador. Considera-se que essas exigências sejam uma aproximação razoável dos requerimentos de três dimensões constituintes da qualificação profissional – escolaridade, realização de cursos de qualificação e experiência profissional – nos diversos setores e ramos de atividade que constituem cada economia local. Em seguida, faz-se uma análise da predominância dos requisitos por setores e ramos de atividade. Essa análise introduz, já na última seção do capítulo, uma proposta de tipologia de ramos de atividade por qualificação profissional.

Inicialmente, cabe referir que o período de análise é conformado pelo tempo de aplicação do bloco suplementar da PED para levantamento de informações para o Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda, pesquisa que permaneceu em campo entre maio e outubro de 2008. Nas análises dinâmicas foram utilizados os mesmos meses de 2003. Além de fornecer um referencial recente, esse período está indexado a um contex-

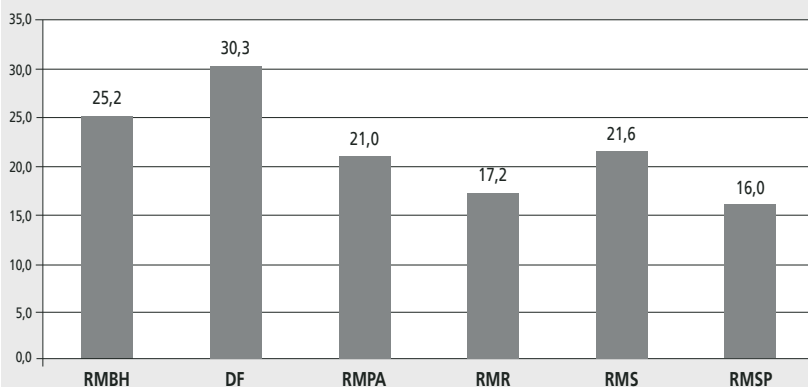
to de crescimento da economia brasileira. A constituição dos agrupamentos de ramos de atividades usada neste capítulo se apoia em estudo realizado pela Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade) para constituição de um núcleo de ramos de atividade comuns às classificações de atividades utilizadas nas regiões de cobertura do Sistema PED que permita comparabilidade da estrutura econômica produtiva das regiões - Anexos A e B.

ESTRUTURA E DINÂMICA DA OCUPAÇÃO POR SETORES E RAMOS DE ATIVIDADE ECONÔMICA

Entre o semestre maio-outubro de 2003 e igual período de 2008, o contingente de ocupados com 14 anos e mais cresceu em todas as seis áreas investigadas pela Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) - Gráfico 1. Tal desempenho ocupacional positivo para esse período foi determinado pelo expressivo e contínuo aumento da produção: o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro cresceu, em média, 4,8% ao ano entre 2003 e 2008 (IPEA, 2010). Entre as regiões, o maior crescimento relativo do nível ocupacional ocorreu no Distrito Federal (30,3%) e o menor, na Região Metropolitana de São Paulo (16,0%), sinalizando o esboço de um movimento de desconcentração da estrutura produtiva e, por conseguinte, do emprego, em torno da Grande São Paulo.

GRÁFICO 1

Varição relativa da estimativa de ocupados com 14 anos e mais
Regiões metropolitanas e Distrito Federal
Maio a outubro de 2003 e 2008 (em %)

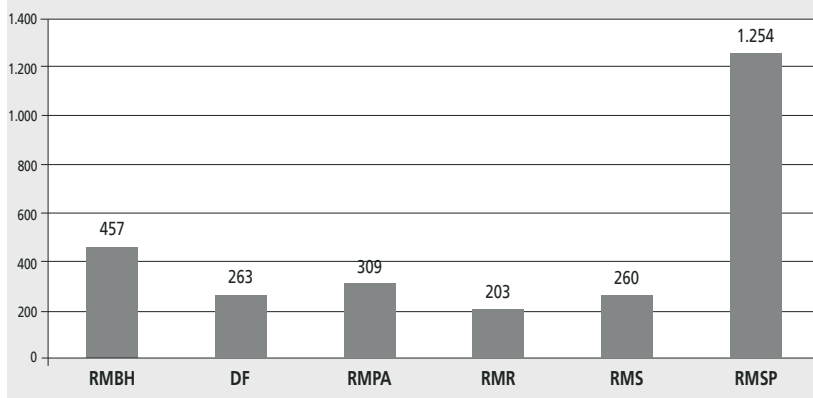


Fonte: DIEESE/Seade, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego

Contudo, a disseminação regional do desenvolvimento brasileiro, da faixa litorânea em direção ao Centro-Oeste, ainda não deslocou São Paulo do posto de maior centro produtivo e ocupacional do país. Devido ao elevado número de trabalhadores e levando em conta a variação absoluta, a Região Metropolitana de São Paulo ainda foi aquela em que o número de ocupados no período considerado mais cresceu (1.254 mil trabalhadores) - Gráfico 2. Por outro lado, a Região Metropolitana de Recife (RMR) apresentou a menor expansão do número de ocupados (203 mil trabalhadores).

GRÁFICO 2

**Varição absoluta da estimativa de ocupados com 14 anos e mais
Regiões metropolitanas e Distrito Federal
Maio a outubro de 2003 e 2008 (em mil pessoas)**



Fonte: DIEESE/Seade, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego

Setorialmente, o desempenho favorável da ocupação no período em análise foi impulsionado, em termos relativos, pelo crescimento da construção civil e, em termos absolutos, pela expansão nos serviços (Tabela 1).

Em todas as seis regiões, a variação relativa da ocupação na construção civil foi superior à registrada para o conjunto dos ocupados. Em quatro delas, inclusive, a construção civil foi o setor que evidenciou maior crescimento relativo¹.

1. Somente na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) e na RMR, os serviços e a indústria, respectivamente, registraram os melhores desempenhos relativos entre os setores.

Dada a representatividade dos serviços no emprego metropolitano, esse setor apresentou, em todas as seis regiões pesquisadas, a principal contribuição na expansão geral da ocupação registrada no período.

TABELA 1
Evolução da estimativa de ocupados por setor de atividade
Regiões metropolitanas e Distrito Federal - Maio a outubro de 2003 e 2008

Regiões Metropolitanas e Distrito Federal e Setores	2003 (mil pessoas)	2008 (mil pessoas)	Var. absoluta (mil pessoas)	Varição %
Total de Ocupados⁽¹⁾	1.816	2.273	457	25,2
RMBH				
Indústria	256	348	92	35,9
Construção civil	116	164	48	41,4
Comércio	283	350	67	23,7
Serviços	1.148	1.400	252	22,0
Total de Ocupados⁽¹⁾	868	1.131	263	30,3
DF				
Indústria	30	44	14	46,7
Construção civil	29	50	21	72,4
Comércio	135	182	47	34,8
Serviços	666	841	175	26,3
Total de Ocupados⁽¹⁾	1.468	1.777	309	21,0
RMPA				
Indústria	267	320	53	19,9
Construção civil	79	96	17	21,5
Comércio	241	288	47	19,5
Serviços	875	1.070	195	22,3
Total de Ocupados⁽¹⁾	1.182	1.385	203	17,2
RMR				
Indústria	111	141	30	27,0
Construção civil	50	62	12	24,0
Comércio	229	262	33	14,4
Serviços	745	874	129	17,3
Total de Ocupados⁽¹⁾	1.201	1.461	260	21,6
RMS				
Indústria	106	127	21	6,7
Construção civil	59	89	30	50,8
Comércio	190	222	32	16,8
Serviços	833	1.008	175	21,0
Total de Ocupados⁽¹⁾	7.822	9.076	1.254	16,0
RMSF				
Indústria	1.478	1.715	237	16,0
Construção civil	422	490	68	16,1
Comércio	1.267	1.461	194	15,3
Serviços	4.631	5.364	733	15,8

Fonte: DIEESE/Seade, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego

Nota: 1) Incluem ocupados em outros setores

Contudo, os ritmos diferenciados de crescimento ocupacional dos setores não foram suficientes para promover uma mudança substantiva na

estrutura ocupacional setorial das regiões investigadas entre maio a outubro de 2003 e 2008. As alterações ligeiramente mais pronunciadas foram evidenciadas na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) e no Distrito Federal. Nas duas regiões, a participação do emprego no setor de serviços declinou em dois pontos percentuais. Na RMBH, houve aumento de apenas um ponto percentual na parcela de ocupados na indústria e de um ponto na da construção civil. Já no Distrito Federal, a redução foi compensada pelo aumento de um ponto percentual na parcela de trabalhadores da construção civil e de um ponto na parcela de ocupados no comércio. Desse modo, a estrutura ocupacional setorial permaneceu praticamente a mesma ao longo do período e, ao final dele, consolidava-se com a distribuição exposta na Tabela 2.

TABELA 2
Participação dos setores de atividade no total de ocupados
Regiões metropolitanas e Distrito Federal – Maio a outubro de 2008 (em %)

Discriminação	RMBH	DF	RMPA	RMR	RMS	RMSP
Total de Ocupados ⁽¹⁾	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Indústria	15,3	3,9	18,0	10,2	8,7	18,9
Construção civil	7,2	4,4	5,4	4,5	6,1	5,4
Comércio	15,4	16,1	16,2	18,9	15,2	16,1
Serviços	61,6	74,4	60,2	63,1	69,0	59,1

Fonte: DIEESE/Seade, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego
Nota: 1) Incluem ocupados em outros setores

Como se pode perceber, o setor de serviços concedeu oportunidades de trabalho à absoluta maioria dos trabalhadores nas seis áreas investigadas. No Distrito Federal, a parcela de ocupados nesse setor atingiu a maior proporção entre as regiões investigadas: 74,4% – ou seja, nessa área, para cada quatro ocupados, três estavam trabalhando no setor de serviços.

A importância do trabalho na indústria ou no comércio é reveladora de diferenças na estrutura produtiva das regiões investigadas, com claras repercussões nas características do mercado de trabalho destas áreas. Em duas regiões metropolitanas, a proporção de ocupados na indústria aparece em segundo lugar entre os setores que mais empregam: RMSP e RMPA. Na RMBH, a indústria detinha praticamente a mesma participação de trabalhadores do comércio. Já nas demais áreas, o setor de comércio detinha a segunda maior parcela na estrutura de emprego - Distrito Federal, RMR e Região Metropolitana de Salvador (RMS).

Já o trabalho na construção civil, em que pese o forte crescimento relativo no período recente, ainda emprega a menor parcela de trabalhadores entre os setores das regiões investigadas, variando entre 7,2%, na RMBH, e 4,4%, no Distrito Federal.

Portanto, não obstante a característica principal das regiões pesquisadas seja a do trabalho no terciário, o emprego no setor secundário tem importância relativa diferenciada em algumas regiões, permitindo assim denominá-las aqui como mais industrializadas.

Em termos de ramos de atividade, percebe-se que a pronunciada presença do trabalho industrial nas regiões metropolitanas mais industrializadas (RMPA, RMSP e RMBH) está alicerçada no dinamismo e, por conseguinte, na expressão conquistada pelo ramo metalmeccânico (Tabela 1 do Apêndice - página 98). Este ramo concentrou a maior parcela de trabalhadores industriais das três regiões entre maio e outubro de 2008. Diante do mesmo período de 2003, o metalmeccânico também foi o segmento industrial com maior crescimento absoluto de ocupados, o que mostra a preponderância deste ramo entre os demais ligados às atividades industriais nessas regiões.

Nas outras regiões menos industrializadas, a importância da indústria de alimentação destacou-se no emprego do Distrito Federal e na RMR, enquanto na RMS, o ramo de química, plásticos e artefatos de borracha foi o que apresentou o maior número de trabalhadores, entre maio e outubro de 2008. Quanto à *variação* absoluta e relativa entre maio e outubro de 2003 e de 2008, o ramo da indústria de alimentação também foi o que mais cresceu nas duas primeiras regiões. Na RMS, o melhor desempenho ficou por conta do ramo metalmeccânico. Esse resultado remete à construção da hipótese de que, talvez, na RMS se esteja perseguindo uma estratégia de industrialização que coloca grande peso no ramo metalmeccânico, o que também tem sido feito nas regiões metropolitanas mais industrializadas.

Ademais, para concluir a análise dos ramos industriais, cabe sublinhar a forte dinâmica de crescimento do nível ocupacional no segmento de química e plástico nas regiões metropolitanas de Belo Horizonte, Porto Alegre e Salvador. Ao mesmo tempo, merece destaque a expansão do emprego no ramo de calçados e vestuário na RMSP.

Dada a importância do emprego no setor de serviços da área metropolitana brasileira, a análise dos ramos de atividades confere importantes elementos para a compreensão da dinâmica do trabalho nessa territorialidade e, principalmente, permite identificar em pormenores as diferenças na matriz produtiva e de emprego entre as áreas metropolitanas investigadas.

Na RMBH, entre maio e outubro de 2008, destacou-se o trabalho no ramo de serviços de transporte e oficinas mecânicas e no de serviços domésticos - ambos empregando 170 mil trabalhadores. Diante do mesmo período de 2003, evidenciou-se maior crescimento absoluto nos ramos de serviços de transporte e oficinas mecânicas e de serviços de administração pública - ambos com 39 mil ocupados a mais. Já em termos da expansão relativa entre os mesmos meses de 2003 e de 2008, os destaques ficaram por conta dos ramos de serviços auxiliares, de serviços de administração pública e de serviços creditícios e financeiros.

No Distrito Federal, onde os serviços ocupam a maior proporção de trabalhadores entre as seis áreas metropolitanas, o destaque ficou por conta do trabalho nos serviços de administração pública - com 192 mil ocupados em 2008. Já entre 2003 e 2008, o ramo de serviços auxiliares foi aquele que mais cresceu, tanto em termos absolutos quanto em relativos.

Na RMPA, três ramos de atividade destacaram-se no setor de serviços em 2008: serviços de administração pública (123 mil ocupados); de transporte e oficinas mecânicas (114 mil ocupados) e serviços especializados (112 mil ocupados). Em relação à dinâmica, entre 2003 e 2008, sobressai, em termos absolutos e relativos, o ramo de serviços especializados. Em segundo plano aparecem, com crescimento absoluto, serviços de saúde e de educação e, em termos relativos, os serviços pessoais.

Na RMR, entre maio e outubro de 2008, os ramos de atividades de serviços de administração pública e os domésticos concentraram os maiores contingentes de ocupados dos serviços - ambos com 122 mil ocupados. Já os ramos desse setor que mais cresceram no mesmo período de 2003 e de 2008 foram outros. Em números absolutos, destacou-se o crescimento do ramo de serviços especializados, seguido de perto pelo de serviços de educação e de serviços auxiliares. Por sua vez, em termos relativos, evidencia-se maior expansão dos ramos de serviços pessoais e de serviços de comunicação.

Na RMS, os ramos de atividade com maior nível de ocupação em 2008 foram os de serviços de administração pública (134 mil ocupados) e de serviços domésticos (123 mil). O ramo de administração pública também registrou o maior crescimento entre aqueles do setor serviços, entre 2003 e 2008. Por sua vez, as maiores expansões relativas foram observadas pelos ramos de serviços pessoais e de serviços de saúde.

Por fim, na RMSP, os ramos de serviços domésticos e os de transporte e oficinas mecânicas foram aqueles com maior número de ocupados em 2008, reunindo, respectivamente, 717 mil e 635 mil trabalhadores.

Em termos de crescimento relativo, entre maio e outubro de 2003 e de 2008, destacou-se o aumento do número de trabalhadores nos ramos de serviços auxiliares e no de serviços de transporte e oficinas mecânicas. Também merece consideração o desempenho do emprego no ramo de serviços pessoais.

Sintetizando, evidencia-se a expressiva presença do trabalho no ramo de atividade de serviços de administração pública em todas as áreas metropolitanas investigadas - com óbvio destaque para o Distrito Federal - em consonância com a concentração espacial dessa atividade nas regiões metropolitanas, que englobam as capitais das respectivas unidades federadas. A forte presença do ramo de serviços de transporte e oficinas mecânicas mostrou-se uma característica das regiões metropolitanas mais industrializadas. Já a significativa parcela de ocupados nos serviços domésticos foi um traço que permeou todas as áreas metropolitanas investigadas. Especificamente quanto a esse ramo de atividade, é reveladora a constatação de que o crescimento no período em questão não tenha sido destacado em nenhuma das regiões investigadas, indicando pífio dinamismo recente dele. Em sentido oposto, vale sublinhar a expressiva evolução atual, em mais de uma das regiões pesquisadas, dos ramos de atividades de serviços de saúde, de educação, de serviços auxiliares e de especializados. O crescimento desses ramos, intensivos na demanda por trabalhadores qualificados, é indicativo importante de uma possível transformação na estrutura produtiva, com fortes rebatimentos no mercado de trabalho e no delineamento das políticas públicas para o trabalho no espaço metropolitano.

REQUISITOS DE QUALIFICAÇÃO NO MOMENTO DA CONTRATAÇÃO

Uma vez apreendido como evoluiu a estrutura ocupacional do mercado de trabalho metropolitano brasileiro em termos setoriais e de ramos de atividades no período recente, objetiva-se, nessa seção, identificar como os trabalhadores dos diferentes setores e ramos perceberam a importância dos requisitos exigidos para lograr um posto de trabalho. Os três requisitos aqui investigados em pormenores dizem respeito a três dimensões constituintes da qualificação profissional: escolaridade, realização de cursos de capacitação profissional e experiência profissional. Além de propiciar uma caracterização dos requerimentos de qualificação do ponto de vista do trabalhador metropolitano, as informações analisadas revelarão também as diferenças setoriais e regionais entre os requisitos.

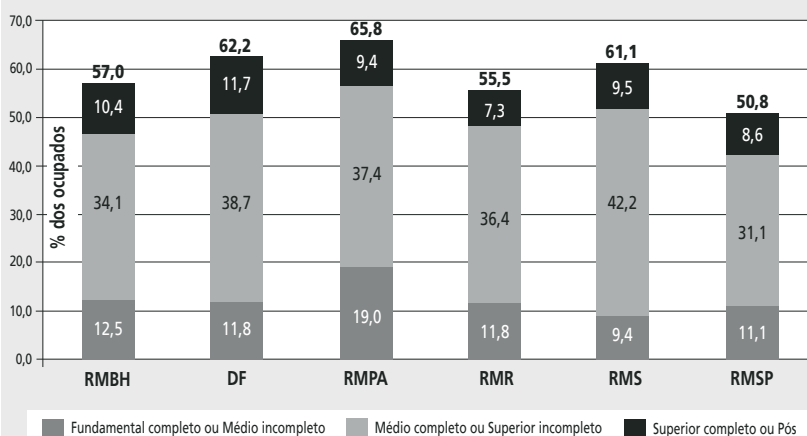
É importante dizer, preliminarmente, que a análise que segue tem como fonte estatística a Pesquisa Suplementar da PED de Informações para o Sistema Público de Emprego, em campo entre maio e outubro de 2008. Assim, ao abordar e inquirir aqueles trabalhadores ocupados², a análise estará relacionando o atendimento a determinado(s) requisito(s) para contratação com as estratégias de sucesso na busca por um trabalho, ou seja, aquelas que efetivamente permitiram ao trabalhador conseguir um posto. Essa perspectiva analítica tem rico potencial para informar a formulação de políticas públicas de intermediação e qualificação profissional no mercado de trabalho metropolitano brasileiro.

Escolaridade

Quanto ao requisito escolaridade, a maioria dos ocupados de todas as regiões afirmou que esta havia sido exigida para o trabalho (Gráfico 3). Entre as regiões investigadas, a maior proporção de trabalhadores que indicaram o requerimento de algum nível de escolaridade no momento da contratação foi registrada na RMPA (65,8%) e a menor, na RMSP (50,8%).

GRÁFICO 3

Proporção dos trabalhadores ocupados com exigência de escolaridade no momento da contratação, por nível de instrução requerido
Regiões metropolitanas e Distrito Federal - Maio a outubro de 2008



Fonte: DIEESE/Seade, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego e Pesquisa suplementar para o Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda

2. Ocupados: empregado e trabalhador familiar.

O nível de escolaridade mais requerido na contratação dos ocupados, entre maio e outubro de 2008, foi o ensino médio completo ou superior incompleto – que chegou a ser indicado por 42,2% dos trabalhadores da RMS. Em segundo lugar, apareceu o nível de ensino fundamental completo ou médio incompleto, que chegou a ser percebido por 19,0% dos respondentes na RMPA – justamente a região metropolitana onde a indicação de alguma exigência de escolaridade foi maior³. Já o grau de instrução superior completo e/ou a pós-graduação foram apontados por menor parcela dos ocupados em quase todas as regiões; não obstante, no Distrito Federal e em Salvador, a proporção de trabalhadores com esse nível de escolaridade tenha se situado nos mesmos patamares daqueles que afirmaram ter o ensino fundamental completo ou médio incompleto. A maior exigência de curso superior foi identificada no Distrito Federal, onde 11,7% dos ocupados revelaram a exigência desse requisito no momento da contratação, resultado que pode estar relacionado à expressiva presença do serviço público nessa região, que deve estar exigindo maior nível de escolaridade para os cargos públicos.

Setorialmente, entre os trabalhadores da indústria metropolitana, a exigência de algum grau de instrução formal na contratação foi percebida pela maioria dos ocupados em quase todas as regiões investigadas, denotando a importância desse requisito. Somente no Distrito Federal, essa proporção situou-se em patamares um pouco inferiores (48,5%). Entre as regiões, a maior exigência de escolaridade foi registrada na RMS, onde 68,7% dos ocupados na indústria revelaram a exigência de algum grau de escolaridade no momento da contratação. Entre os níveis de instrução, o ensino médio completo ou superior incompleto foi o mais requerido dos ocupados na indústria metropolitana e chegou a ser citado pela metade dos trabalhadores da RMS.

Observou-se que os ocupados dos ramos de atividades industriais com maior exigência de algum nível de escolaridade no momento da contratação nas seis regiões metropolitanas investigadas foram os de química e plásticos e de metalmeccânica. Na RMS⁴, a exigência de comprovação de escolaridade alcançou 84,7% dos ocupados no pri-

3. Uma hipótese para esse resultado pode ser a baixa taxa de desemprego nessa região. Um menor estoque de desempregados pode conduzir a redução das exigências quanto ao nível de escolaridade no momento da contratação.

4. Aqui, uma hipótese explicativa para o elevado grau de exigência de escolaridade na RMS pode ser o oposto da digressão feita anteriormente para a RMPA. O elevado desemprego na RMS poderia determinar que a maior exigência de escolaridade funcionasse como um mecanismo de triagem prévia à seleção.

meiro segmento. Em seguida, surgem os ramos da indústria gráfica e de alimentos. Já os ramos com menor exigência de escolaridade foram: calçados e vestuário; mobiliário e produtos de madeira, e outras indústrias. No primeiro desses últimos ramos analisados, o requisito escolaridade foi apontado por apenas 24,6% dos ocupados na RMBH. Ademais, merece sublinhar a importância específica do ensino médio completo ou superior incompleto para os trabalhadores do ramo de química e plásticos da RMS: 61,8% dos ocupados nesse ramo de atividade indicaram a exigência desse nível de escolaridade na contratação - provavelmente associado a algum requerimento de formação técnica mais especializada.

Para os trabalhadores metropolitanos da construção civil, a exigência do requisito de escolaridade foi muito reduzida em todas as regiões investigadas. A maior parcela de trabalhadores que afirmou haver sido requerido algum nível de escolaridade no momento da contratação foi identificada na RMS (34,8%) e a menor na RMSP (21,5%)⁵.

O requerimento de escolaridade na contratação dos trabalhadores no setor de comércio atingiu proporção semelhante ao experimentado pelo total de ocupados nas áreas metropolitanas em análise. Desse modo, também a maior proporção de trabalhadores do setor que apontou a comprovação de algum grau de ensino como requisito para contratação foi observado na RMPA (72,3%) e, o menor, também, na RMSP (50,4%). Por faixas de escolaridade, a maior frequência observada no setor foi o ensino médio completo ou superior incompleto, que chegou a ser requerido de mais da metade dos trabalhadores (51,8%) na RMS.

Já nos serviços, em todas as regiões, a proporção de trabalhadores dos quais foi exigido algum nível de escolarização, no momento da contratação, ficou superior ao registrado pelo total de ocupados. Desse modo, a importância da escolaridade nos serviços foi muito semelhante à observada na indústria. A maior exigência do requisito de grau de instrução foi identificada entre os trabalhadores da RMPA, onde 69,0% afirmaram que houve solicitação de comprovação na hora da contratação. Já a menor proporção foi constatada na RMSP (52,1%). Em todas as regiões, o nível de escolaridade mais requerido foi o ensino médio completo ou superior incompleto e na RMS, o percentual de ocupados do setor que indicou a exigência desse nível de instrução foi o mais elevado (40,9%). A exigência

5. Devido à raridade do fenômeno, não houve amostra para desagregar a análise por nível de instrução.

do ensino superior completo ou de pós-graduação foi superior no Distrito Federal (14,0% dos ocupados).

Entretanto, o setor de serviços, de elevada exigência de instrução, é heterogêneo na medida em que comporta requisitos de escolaridade muito diferenciados entre os trabalhadores dos ramos de atividade que o constituem. Nesse sentido, os ramos de serviços domésticos e de serviços pessoais destacam-se pela reduzida incidência da exigência de escolaridade no momento da contratação. Em outros ramos, identificou-se uma pequena indicação desse requisito: transportes e oficinas mecânicas, outros serviços de reparação e limpeza, serviços auxiliares e outros serviços. Em sentido oposto, evidenciam-se ramos de atividades dos serviços que corroboram e contribuem para a grande valorização do requisito de escolaridade no setor⁶: serviços de saúde, de educação, serviços creditícios e financeiros, serviços da administração pública e serviços especializados.

Quanto ao nível de escolaridade exigido na contratação dos trabalhadores nos ramos de atividades do setor serviços, mais uma vez, destaca-se a importância do ensino médio completo ou superior incompleto, expressa no maior número de ramos com elevada proporção de ocupados que apontaram esse nível de ensino como requerido. O ramo de serviços creditícios e financeiros foi aquele em que os trabalhadores mais apontaram a exigência daquele nível de ensino, em quase todas as áreas investigadas⁷. A maior proporção de trabalhadores que revelou a exigência de nível superior completo ou pós-graduação entre os ramos de atividade neste setor foi identificada no ramo de serviços de educação.

Cursos de capacitação profissional

Distintamente da exigência de escolaridade, a exigência de cursos de capacitação profissional ou de outros conhecimentos no momento da contratação foi um evento muito mais raro nas áreas metropolitanas investigadas, indicando menor importância relativa diante do primeiro quesito analisado (Gráfico 4). Na RMS, a exigência de cursos de capacitação ou

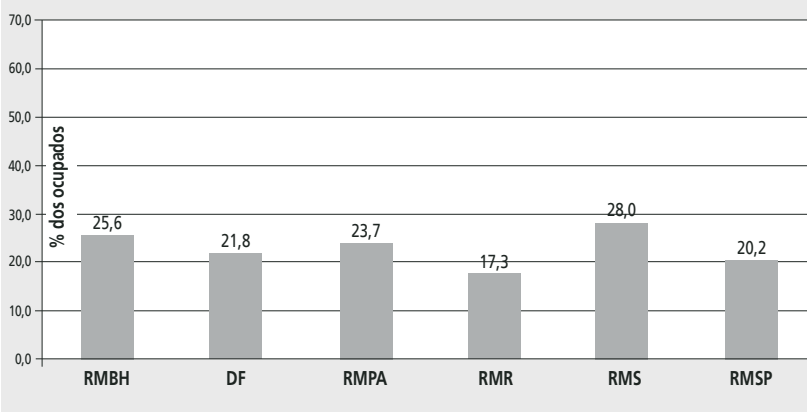
6. É interessante notar que, para algumas atividades há, inclusive, exigência legal de profissionais com formação adequada, como é o caso dos serviços médicos e de parte importante das atividades de educação.

7. Com exceção da RMS, onde esse resultado foi compartilhado pelos ramos de serviços de comunicação e diversão e serviços de saúde.

outros conhecimentos foi maior: 28,0% dos ocupados identificaram essa exigência no momento da contratação. Por sua vez, a RMR foi aquela com menor solicitação deste nível (17,3%).

GRÁFICO 4

Proporção dos trabalhadores ocupados com exigência de cursos de capacitação profissional ou de conhecimentos acessórios no momento da contratação - Regiões metropolitanas e Distrito Federal
Maio a outubro de 2008



Fonte: DIEESE/Seade, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego e Pesquisa Suplementar para o Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda

Em todas as regiões pesquisadas, a exigência de curso de capacitação profissional na área pretendida foi muito mais frequente que a de conhecimentos acessórios (idiomas estrangeiros, informática e outros). A maior proporção de trabalhadores que informaram sobre a exigência de cursos de capacitação na área pretendida foi identificada na RMS (21,7%). Já a exigência de conhecimentos acessórios esteve mais presente na contratação dos ocupados na RMSP (7,3%). Em todas as regiões, os conhecimentos em informática foram os mais requisitados.

Setorialmente, a reivindicação de cursos de capacitação ou de conhecimentos acessórios na contratação foi mais citada pelos trabalhadores do setor de serviços, em quase todas as regiões⁸ (Tabela 3). Por sua vez, a indústria foi outro setor onde a presença desse requisito foi também importante. A proporção de trabalhadores que respondeu que houve alguma exigência de cursos de capacitação ou de conhecimentos acessórios

8. Exceto na RMS, onde a proporção de trabalhadores na indústria registrou índices mais elevados.

na contratação foi, em todas as áreas metropolitanas investigadas, superior entre os ocupados na indústria em relação aos ocupados do comércio. Por fim, quanto à construção civil, a julgar pelos resultados das duas regiões onde foi possível divulgar as estatísticas, a realização de cursos de capacitação ou conhecimentos acessórios foi requerida para cerca de um quinto dos trabalhadores.

TABELA 3
Proporção dos trabalhadores ocupados com exigência de cursos de capacitação profissional ou de conhecimentos acessórios no momento da contratação, por setor
Regiões metropolitanas e Distrito Federal - Maio a outubro de 2008 (em%)

Discriminação	RMBH	DF	RMPA	RMR	RMS	RMSP
Total de Ocupados ⁽¹⁾	25,6	21,8	23,7	17,3	28,0	20,2
Indústria	24,5	20,0	22,0	16,5	37,5	19,5
Construção civil	21,0	18,2	(1)	(1)	(1)	(1)
Comércio	16,6	15,2	13,6	11,7	19,2	13,5
Serviços	28,5	23,2	27,5	19,2	28,6	22,6

Fonte: DIEESE/Seade, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego e Pesquisa Suplementar para o Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda

Nota: 1) Incluem ocupados em outros setores

A raridade do evento prejudica a análise desagregada desse requisito no nível dos ramos de atividades, principalmente daqueles industriais. Entre os ocupados nos serviços, os trabalhadores da saúde, proporcionalmente, foram os que mais informaram sobre a exigência de cursos e conhecimentos para a contratação, em quase todas as regiões investigadas, alcançando mais da metade dos ocupados da RMPA (53,9%). Somente na RMBH, a parcela de ocupados no ramo de serviços especializados que mencionou a exigência de cursos de capacitação e conhecimentos acessórios superou ligeiramente a parcela que o fez no segmento de serviços de saúde. Além deste, outros ramos se destacaram na análise pormenorizada das exigências de cursos de capacitação profissional na área pretendida. São eles: serviços de educação e outros serviços de reparação e limpeza.

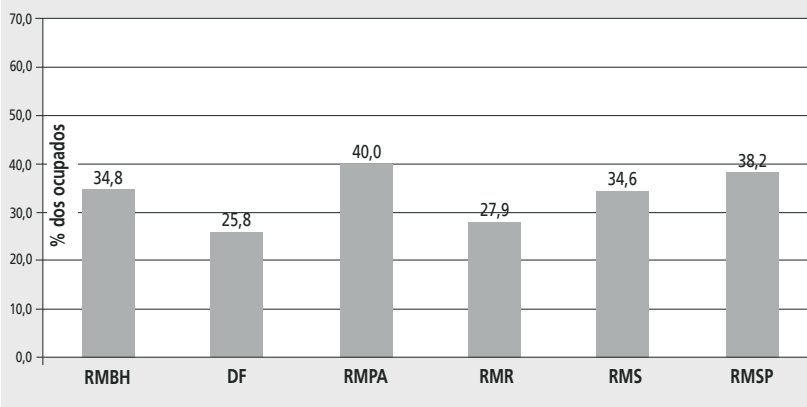
Experiência profissional

A experiência profissional foi o terceiro requisito para contratação investigado. Em comparação aos dois requisitos analisados anteriormente, apareceu em patamares intermediários: escolaridade (alta) e realização de

curso de capacitação (baixa). Entre as seis áreas metropolitanas pesquisadas, a exigência de experiência no momento da contratação foi maior na RMPA, região em que chegou a ser apontada por 40,0% dos ocupados (Gráfico 5). Interessante constatar que foi nessa região onde se verificou, proporcionalmente, maior exigência do nível fundamental completo. Em posição oposta, este requisito foi menos solicitado no DF, onde foi indicado por apenas 25,8% dos trabalhadores - região onde a contratação por concursos públicos deve influenciar os resultados.

GRÁFICO 5

Proporção dos trabalhadores ocupados com exigência de experiência profissional no momento da contratação
Regiões metropolitanas e Distrito Federal
Maio a outubro de 2008



Fonte: DIEESE/Seade, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego e Pesquisa suplementar para o Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda

Como esperado, a experiência profissional requerida na contratação foi principalmente na área pretendida pelo postulante ao emprego. Esse tipo de saber prático específico foi exigido de 37,6% dos trabalhadores ocupados na RMPA. Por outro lado, a região metropolitana onde a exigência de experiência foi menos rígida, portanto, onde foi admitido qualquer tipo de experiência de trabalho no momento da contratação, havia sido a RMSP: 4,4% dos ocupados afirmaram que lhes foi requerida qualquer experiência.

Em relação aos setores de atividade, a exigência de experiência profissional foi mais solicitada para aqueles trabalhadores ocupados na

construção civil, em todas as seis regiões consideradas (Tabela 4). Na RMPA, a postulação do saber empírico para alcançar um posto de trabalho alcançou 60,0% dos trabalhadores na construção civil. Note-se que a valorização da experiência profissional por esse setor contrasta com o seu baixo requerimento nos quesitos de escolaridade e de realização de cursos de qualificação. Essa constatação evidencia a forte heterogeneidade setorial na abordagem da qualificação profissional e comprova o acerto da atual perspectiva analítica. Ademais, a indústria e o comércio também apresentaram proporção considerável de trabalhadores para os quais foi exigida, no momento da contratação, alguma vivência de trabalho anteriormente. Por fim, o setor de serviços foi aquele onde a demanda de experiência foi menor. No DF, chegou a ser requerida de apenas 23,3% dos ocupados.

TABELA 4
Proporção dos trabalhadores ocupados com exigência de experiência profissional no momento da contratação, por setor
Regiões metropolitanas e Distrito Federal - Maio a outubro de 2008 (em%)

Discriminação	RMBH	DF	RMPA	RMR	RMS	RMSP
Total de Ocupados⁽¹⁾	34,8	25,8	40,0	27,9	34,6	38,2
Indústria	39,7	31,6	46,0	34,1	45,4	46,5
Construção civil	52,1	49,8	60,0	50,0	57,4	49,0
Comércio	36,4	34,7	45,5	31,1	37,0	38,2
Serviços	32,0	23,3	35,5	25,5	31,5	34,9

Fonte: DIEESE/Seade, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego e Pesquisa suplementar para o Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda

Nota: 1) Incluem ocupados em outros setores

A análise por ramos de atividade revela forte heterogeneidade entre as regiões na exigência da experiência profissional. No setor industrial, cabe ressaltar a importância da prática profissional no ramo de calçados e vestuário na RMSP, onde chegou a ser exigida de mais da metade dos ocupados para conquista do posto de trabalho (51,6%). Ademais, destacam-se também os ramos de metalmeccânica na RMPA (48,6%) e de alimentação na RMBH (45,5%). Já entre os ramos do setor de serviços, merece atenção a forte exigência de experiência verificada no ramo de transporte e oficinas mecânicas. Em quatro das seis regiões metropolitanas investigadas, este ramo foi o que mais requisitou experiência entre os segmentos de serviços, atingindo 57,3% dos ocupados na RMPA. Na RMBH, destacou-se o ramo de outros serviços de reparação e limpeza (47,8%) e, no DF, o de serviços pessoais (48,5%).

PREDOMINÂNCIA DOS REQUISITOS POR SETORES E RAMOS DE ATIVIDADES

Primeiras evidências

Após a análise por requisito, busca-se um novo olhar com o objetivo de aprofundar o conhecimento do fenômeno da qualificação profissional. Esse outro ponto de vista almeja identificar a predominância ou a importância relativa de cada um dos três requisitos, mas a partir de cada setor e ramo de atividade.

O padrão geral de seleção no mercado de trabalho, como se observou, valoriza sobremaneira a escolaridade, medianamente a experiência profissional e, em menor intensidade, a realização de cursos de capacitação profissional. Essa importância relativa dos requerimentos é reflexo do que se verifica nos setores e ramos de atividades, com algumas saliências que cabem ser aqui sublinhadas. Os valores médios estimados para a proporção em que cada requisito foi exigido para o total de empregados nas regiões metropolitanas investigadas servirão de referência para essa análise.

Os trabalhadores da indústria informaram o mesmo padrão geral de importância relativa dos requisitos em todas as seis áreas metropolitanas, tal como referido acima. De maneira geral, observa-se que nos quesitos escolaridade e cursos de capacitação, a exigência é menor na indústria do que para o total de empregados. Por sua vez, no quesito experiência profissional, a exigência é maior na indústria do que para o cômputo total de trabalhadores, denotando a predominância ou a maior importância relativa desse requisito para os trabalhadores que buscam um posto de trabalho nesse setor.

Merecem destaque, contudo, algumas exceções nesse quadro mais geral da indústria. Nas regiões metropolitanas de São Paulo e de Salvador, o requerimento de escolaridade foi maior na indústria do que na média dos demais setores⁹. Ao se analisar novamente a Tabela 1 deste Capítulo, percebe-se uma coincidência entre essas exceções aqui expostas e o fraco dinamismo na geração de postos no setor industrial. Esse fato possivelmente está relacionado a um expediente denominado de 'corta fila', que ainda pode estar sendo utilizado nos processos de recrutamento e seleção

9. Na RMS também a importância da realização de cursos de capacitação foi maior na indústria do que para o total de ocupados.

das indústrias das regiões onde a geração de novos postos no setor cresce a um ritmo mais lento.

Entre os ramos de atividades industriais, de maneira geral, entre as regiões investigadas, observa-se menor exigência de escolaridade na indústria de calçados e vestuário (indústria tradicional) e maior exigência deste requisito na indústria química, de plásticos e farmacêuticos (indústria moderna). O primeiro ramo valoriza, relativamente ao total de trabalhadores industriais, menos a realização de cursos e mais a experiência profissional. Já o segundo valoriza mais a realização de cursos de capacitação e menos a experiência profissional¹⁰. Com características muito próximas ao ramo de atividade de química, plásticos e farmacêuticos, está o ramo de atividades da indústria metalmeccânica - onde se valoriza também, consideravelmente, a experiência profissional. De fato, no que tange aos requisitos de contratação, a indústria metalmeccânica parece situar-se entre os exemplos de ramos das indústrias tradicionais e modernas anteriormente analisadas, mais próxima, contudo, das últimas.

A construção civil é o setor que difere mais substancialmente do padrão geral experimentado pelos trabalhadores metropolitanos brasileiros anteriormente definido. Para os ocupados nesse setor, a comprovação de experiência profissional passa a ser o requisito mais importante no momento da contratação. Também, em todas as seis regiões investigadas, foi o setor em que maior proporção dos trabalhadores relatou a exigência desse requisito. Cabe destacar que a natureza descontínua do processo produtivo na construção civil, que implica na descontinuidade do vínculo, não favorece o acúmulo de experiência profissional, fato que pode explicar, em parte, a extrema valorização desse requisito no momento da contratação.

No setor em questão, a realização de cursos de capacitação foi mais apontada por uma proporção menor de trabalhadores do que pela média total, revelando a menor importância desse requisito para a contratação. Em termos da exigência do requisito escolaridade na construção civil, além de muito abaixo da média geral, também foi o setor em que, de longe, uma menor proporção de trabalhadores informou sobre o requerimento da escolaridade em todas as seis áreas metropolitanas investigadas.

Contudo, a sobrevalorização do quesito experiência profissional em detrimento do quesito escolaridade demonstra a importância do “saber

10. É bom lembrar que aqui trata-se sempre dos requisitos exigidos “no momento da contratação”, o que não significa que uma menor exigência de determinado quesito nesse momento significa que seja menos importante para o desempenho profissional cotidiano do trabalhador.

fazer pela prática” na construção civil. Essa informação pode trazer importantes subsídios para a política de qualificação profissional nesse setor em relação às condições de infraestrutura dos cursos (disponibilidade de equipamentos suficientes e com tecnologia compatível) para realização de exercícios práticos, carga horária dedicada às atividades e o tipo de supervisão e orientação permanente oferecida ao aluno, por exemplo. De outro lado, a pequena importância da escolaridade na construção civil como um todo não significa que ela não seja importante para determinadas funções, cada vez mais frequentes nos canteiros de obras, dado o desenvolvimento tecnológico do setor.

Já a percepção dos trabalhadores no comércio, tal como a daqueles da indústria, reflete também o padrão mais geral observado para o conjunto dos setores: a de que é dada maior relevância na seleção ao requisito de escolaridade, uma importância moderada ao quesito experiência profissional e de que há uma baixa demanda no requisito que remete à realização de cursos de capacitação.

Verificou-se que a proporção de trabalhadores que identificaram a exigência da escolaridade no momento da contratação no setor comércio tangenciou a média de todos os setores entre as regiões pesquisadas. Em duas das seis regiões (RMBH e DF), no comércio, o número de trabalhadores que informaram sobre o requerimento da escolaridade foi menor do que a média dos empregados de todos os setores que fizeram a mesma afirmação. Ao comparar essa informação com as da Tabela 1, novamente se evidenciam que essas foram as duas regiões onde o emprego no comércio mais cresceu recentemente, fazendo, talvez, com que as organizações sejam compelidas a reduzir as exigências de escolaridade – em outras conjunturas utilizadas como “corta fila”.

Contudo, no comércio, como ocorre na construção civil, ainda que não nas mesmas proporções, também se evidenciou a marcante valorização da experiência profissional. Em todas as seis regiões investigadas, a proporção de empregados na construção civil que identificou o requisito de comprovação de experiência profissional nos processos de contratação foi maior do que a média para todos os setores reunidos. Ademais, os setores de comércio e de construção civil também compartilham a pouca relevância dada à dimensão formativa dos cursos de capacitação.

Para concluir, cabe afirmar que, nos serviços, predominam requisitos muito próximos daqueles registrados pelo conjunto dos trabalhadores, dado o peso do setor na estrutura de emprego metropolitana (Tabela 2). Ou seja, por ordem decrescente de predominância, os requisitos mais

solicitados aos postulantes a um posto de trabalho foram: escolaridade, experiência profissional e cursos de capacitação.

Merece destaque o fato de que, em todas as seis regiões investigadas, os trabalhadores dos serviços foram aqueles que revelaram a exigência de escolaridade e de cursos de capacitação em proporções acima da média do total dos empregados e, de experiência profissional, abaixo da média.

Dada a existência de distintas atividades que compõem o heterogêneo setor genericamente denominado por serviços nas regiões metropolitanas, cabem alguns destaques quanto à predominância dos requisitos nos 14 ramos de atividades que constituem esse setor.

Para oito desses ramos, de praticamente todas as seis áreas investigadas, a escolaridade foi predominantemente apontada como requisito para a contratação, aliás, como era esperado. Esses ramos foram: transportes, armazenagem e oficinas de reparação mecânica, serviços de administração pública, serviços especializados, serviços creditícios e financeiros, educação, saúde, diversões, radiodifusão, teledifusão e serviços de comunicação, serviços comunitários, serviços auxiliares e outros serviços de reparação e limpeza. As três exceções já começam a informar particularidades e, portanto, mais heterogeneidade, mesmo entre esses oito ramos, conduzindo a análise por esse campo. Na RMR, a escolaridade também predominou nos serviços de alimentação, mas em patamares muito baixos, o que relativiza a importância dessa exceção. As outras duas ocorreram na RMSP e dizem respeito à predominância, não da escolaridade, mas da experiência profissional para os ramos de transporte, armazenagem e oficinas de reparação mecânica e de outros serviços de reparação e limpeza. É nesses ramos onde também se registram importantes proporções de trabalhadores que indicam a exigência da experiência profissional nas outras áreas investigadas.

Contudo, o requisito escolaridade predominou na maioria dos ramos de atividade do setor serviços e chegou a ser requerido para 94,5% dos empregados no ramo creditícios e financeiros da RMPA. Ademais, o ramo de serviços especializados merece destaque por apresentar, nas seis áreas metropolitanas, expressivas proporções de trabalhadores que afirmaram terem sido exigidos escolaridade e também os outros dois requisitos. A natureza do trabalho nesse ramo deve justificar o elevado requerimento de qualificação profissional.

No setor serviços, a exemplo do ocorrido somente na construção civil, pelo menos dois ramos registraram recorrência, nas seis regiões investigadas, do predomínio no requisito experiência profissional sobre os

demais. Foram eles: serviços de alimentação e serviços domésticos. Outros três ramos também registraram, em algumas regiões, predomínio no requerimento de experiência. São eles: serviços pessoais, outros serviços de reparação e limpeza e transporte, armazenagem e oficinas de reparação mecânica. Ou seja, mesmo o setor de serviços como um todo não valorizando tão fortemente o quesito experiência profissional, alguns de seus ramos atestam a forte heterogeneidade desse setor e revelam-se fortes demandantes dessa dimensão constitutiva da qualificação profissional.

Ainda que nenhum ramo de atividade dos serviços tenha registrado predomínio do requerimento de comprovação de cursos de capacitação, a proporção de trabalhadores empregados que revelaram a exigência desse requisito, como dito, foi relativamente mais elevada para segmentos de atividade desse setor. Entre esses, destacam-se dois: serviços especializados e saúde. Este último ramo chegou, em mais de uma região, a requerer cursos de capacitação de mais da metade dos trabalhadores contratados. Também se constatou importância relativa elevada do requisito cursos de capacitação nos ramos de educação e de outros serviços de reparação.

A formulação da curva de predominância dos requisitos de qualificação profissional dos ramos de atividade

Curioso observar que na medida em que se desloca o foco para o ordenamento dos ramos de atividade por frequência cumulativa dos requisitos na contratação – desde aqueles em que a proporção de trabalhadores que identificam algum requisito é menor para aqueles onde é maior – se percebe, nas seis áreas metropolitanas, um padrão de distribuição da importância dos requisitos muito peculiar, com algumas características claramente visíveis: a) a escolaridade, ainda que predominante, não apresenta uma tendência de crescimento muito nítida; b) ocorre uma perda de importância relativa do requisito experiência profissional; e c) ocorre aumento da relevância dos cursos de capacitação. Os Gráficos 1 a 6 do Apêndice (páginas 101 a 106) ilustram muito bem esse fenômeno. Note-se que a elaboração dos gráficos é meramente ilustrativa e não apresenta validade estatística, uma vez que se adotou o procedimento de zerar os valores com amostra insuficiente para a divulgação dos resultados e não se fixou o painel de distribuição dos ramos de atividades - foram ordenados, em cada região, sempre pelo somatório máximo da proporção dos três requisitos. Avalia-se que esses procedimentos podem ter influenciado

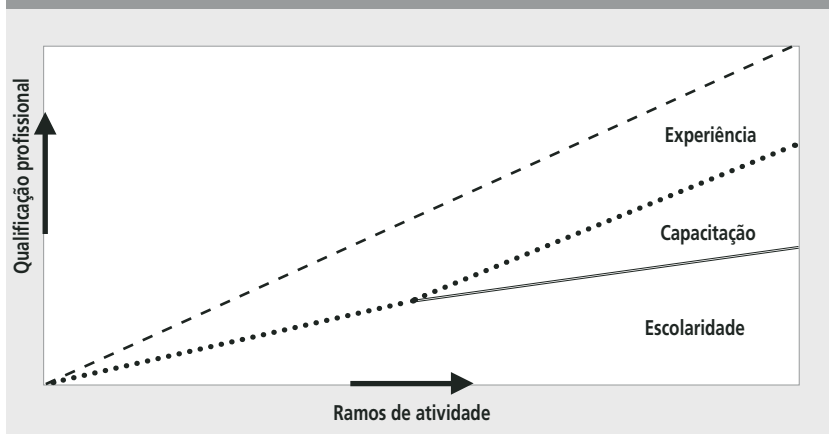
a análise no sentido de promover maior saliência dos movimentos - expediente de pesquisa perfeitamente justificável em uma experimentação científica exploratória. Por conseguinte, uma agenda futura de pesquisa deverá considerar e tratar esses pontos.

Mesmo se respeitando os limites a que a atual abordagem está sujeita, explorou-se um pouco mais em pormenores as relações envolvidas. Essa motivação emana do potencial teórico e analítico que essas relações parecem sinalizar em termos da importância relativa dos principais requisitos de qualificação profissional no momento da contratação através dos ramos de atividades econômicas, informando, inclusive, a construção da tipologia de ramos por qualificação profissional - assunto da próxima seção.

Os Gráficos 1 a 6 do Apêndice parecem indicar um padrão de distribuição conforme o visualizado na Figura 1. Explorar as tantas digressões teóricas e empíricas que essa abstração propicia foge ao escopo da atual investigação, mas cabe tratar de um aspecto importante no que tange a políticas de qualificação profissional. Parece que a realização de cursos de qualificação importa mais entre os ramos de maior exigência de qualificação de atividades, notadamente, para aqueles nos quais são necessárias maior escolaridade e menos experiência profissional. Por exemplo, note-se que o setor da construção civil se situaria na parte da curva em que a capacitação por cursos seria um requisito muito pouco demandado pelo mercado, ou seja, isso permitiria afirmar que a realização de cursos de qualificação, para a construção civil, poderia ter efeitos reduzidos como

FIGURA 1

Curva de predominância dos requisitos dos ramos de atividade



Fonte: DIEESE

parte de uma política de inserção laboral. Nesse sentido, um programa que valorizasse a formação pela experiência profissional, no sentido de um “primeiro emprego na construção civil”, poderia ter muito mais eficácia junto aos trabalhadores desse ramo de atividade específico.

PROPOSTA DE TIPOLOGIA DE RAMOS DE ATIVIDADE POR QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

As limitações e as potencialidades das estatísticas até então exploradas conduziram, no atual momento da investigação – qual seja, de construção de uma tipologia de ramos de atividades por qualificação profissional – a uma redefinição de variáveis, períodos e universo de indivíduos da amostra de referência.

Em primeiro lugar, identificou-se que havia muitos ramos de atividades com amostra insuficiente para divulgação do nível de exigência dos requisitos em diferentes regiões, fato que reduziria mais do que inicialmente idealizado o número de ramos com estatísticas comparáveis. Assim, seria necessário, em poucas palavras, acumular mais amostra para estudo do fenômeno. Porém o bloco suplementar de questões que permitiria informar sobre os requisitos de contratação ficou em campo pelo período limitado de seis meses, o que impede a ampliação da amostra para além do já explorado. A primeira solução pensada foi construir uma média única para o conjunto das regiões metropolitanas, o que se revelou inviável pela complexidade desse processamento no caso das informações do bloco suplementar.

A solução foi buscar variáveis que servissem como uma aproximação dos requisitos de contratação até então investigados no bloco básico de questões regularmente investigadas pela PED. Para contemplar a dimensão da qualificação profissional, expressa pela escolaridade, encontrou-se, na base de dados da PED, a *proxy* anos de estudo. Para computar a dimensão experiência profissional, utilizou-se a *proxy* tempo de permanência no posto de trabalho¹¹. Contudo, não se encontrou uma *proxy* para a capacitação por cursos de qualificação profissional. Considerando que

11. Como variáveis *proxy*, há sempre a possibilidade de que haja resultados que podem decorrer de outras razões que não aquelas estritamente relacionadas com a variável que se quer inferir. Por exemplo, as ocupações da administração pública, segundo lugar no *ranking*, estão na posição devido ao peso do tempo de permanência o que, provavelmente, tem mais a ver com a estabilidade do emprego público e menos com a necessidade de experiência profissional.

esse foi o requisito de menor importância relativa (por ter sido menos demandado no mercado de trabalho, como visto) e que outros estudos apontam uma forte correlação entre essa dimensão formativa e as outras duas dimensões constituintes da qualificação profissional, julgou-se que sua exclusão não traria maior prejuízo à tipologia. As informações sobre os requisitos exigidos na contratação, do bloco complementar da PED, e de atributos dos ocupados, do bloco básico, são diferentes, pois o primeiro inclina-se a refletir os requerimentos mais recentes no mercado de trabalho, enquanto o segundo tende a indicar uma situação mais estrutural desse mercado – já reflexo de diversas interações processadas entre oferta e demanda de trabalhadores, mobilidade ocupacional etc.

Para evitar efeitos de composição devido à sazonalidade das atividades, foram considerados os microdados das variáveis em estudo durante todo o ano de 2008. Esse ano foi escolhido, apesar de haver estatísticas mais recentes disponíveis, pela maior aderência temporal às análises já empreendidas nas seções precedentes desse artigo. Cabe mencionar, também, que as variáveis do bloco básico de questões regularmente investigadas pela PED são passíveis de serem reunidas em um indicador médio do conjunto das seis regiões metropolitanas. Isso ampliou expressivamente a amostra a ser trabalhada.

Como recomendado pela literatura especializada no estudo da qualificação profissional, também foi empreendido um corte etário na população ocupada, que referencia o cálculo dos indicadores de escolaridade e de tempo de serviço, para aqueles com 21 anos ou mais. Essa melhor delimitação se justifica pelo viés que poderia ser imputado pelo efeito de composição potencialmente proveniente da amostra de indivíduos até essa idade, dado que o jovem ainda se encontra concluindo os estudos e, somente a partir dessa idade, estraria mais afeito ao mundo do trabalho.

Feitos estes ajustes da base de dados, foram processados, para o conjunto das seis áreas metropolitanas investigadas, as variáveis de anos de estudo e de tempo de serviço no posto dos ocupados, segundo os ramos de atividade. Para a construção de um equivalente de qualificação que subsidie a construção da tipologia, as variáveis de anos de estudo e de tempo no posto, por ramos de atividade, necessitavam estar em uma mesma escala de grandeza, mantendo, contudo, as posições relativas no ordenamento original. Deve-se sublinhar que os valores assumidos por essas variáveis não se distribuem simetricamente entre os indivíduos posicionados por setores de atividade. Considerando

essas informações, o tratamento estatístico inicial exigiu a padronização das duas séries de dados¹².

Cabe mencionar que seria adequado que a ponderação das duas dimensões (escolaridade e experiência profissional) no indicador global fosse extraída do coeficiente resultante da proporção de cada um dos dois respectivos requisitos no total dos próprios somados. Mas essa informação somente poderia ser extraída do bloco suplementar que, por outro lado, não permite o cálculo dessas participações para o conjunto das seis áreas metropolitanas. Também admitir pesos iguais para as duas variáveis parece demasiadamente incoerente, ainda mais diante da constatação de que o requisito escolaridade obteve, aproximadamente, o dobro da frequência apontada para a experiência profissional nas seis regiões investigadas. Valendo-se dessas informações, assumiu-se a hipótese de que a escolaridade determina 60% do valor do indicador de qualificação por ramos e a experiência, os outros 40%. Desse modo, o indicador final global de qualificação profissional (por escolaridade e experiência profissional) dos ocupados nos ramos de atividades é apresentado na Tabela 5 (página 88).

A construção do indicador global de qualificação profissional padronizado simplificou a tarefa de reunir os ramos de atividade conforme o nível global de qualificação. A análise da Tabela 5 permite identificar, basicamente, três agrupamentos de ramos de atividades segundo a qualificação dos trabalhadores. Os limiares para a definição dos cortes na distribuição padronizada dos ramos de atividades foram estabelecidos após estudo da distribuição, arbitrariamente, em 0,15 desvio padrão em relação à média zero. Nesse sentido, os ramos com qualificação abaixo da média menos 0,15 desvio padrão, ou seja, aqueles com menor nível de qualificação, foram denominados de baixa qualificação profissional. Aqueles compreendidos entre menos 0,15 desvio padrão e mais 0,15 desvio padrão em relação à média padronizada foram denominados como de média qualificação profissional. E, por fim, os ramos de atividades com indicador global padronizado acima de 0,15 desvio padrão foram denominados como de alta qualificação.

12. Essa padronização foi realizada em algumas etapas. Primeiro, tomando-se em conta as distribuições das variáveis anos de estudo e tempo trabalho no posto dos ocupados, foram criadas na base de dados duas variáveis padronizadas para cada indivíduo. Com base nessas variáveis padronizadas, foi criada uma terceira variável (indicador global de qualificação profissional), resultado da ponderação entre as variáveis padronizadas para anos de estudo e para tempo de trabalho no posto dos indivíduos ocupados. Por fim, num terceiro momento, foi calculada a média do indicador global de qualificação para cada setor, ramo de atividade e consolidado para o total dos ocupados.

TABELA 5
Proposta de Tipologia Ocupacional

Tipo	Ramos de atividade	Tempo de permanência	Anos de estudo	Indicador Global de Qualificação profissional	Distribuição em %	
ALTA QUALIFICAÇÃO	Educação	9,3	12,8	0,681	5,0	
	Serviços de administração pública, forças armadas, polícia e utilidade pública	11,9	11,7	0,643	6,2	
	Serviços creditícios e financeiros, comércio, administração de valores imobiliários e de imóveis	7,2	12,6	0,530	2,8	
	Serviços especializados	6,0	12,6	0,469	5,5	
	Saúde	7,8	11,9	0,458	4,8	
	Serviços comunitários	6,4	10,9	0,232	1,8	
	Diversões, radiofusão, teledifusão e serviços de comunicações	5,8	11,1	0,231	2,0	
	Química, plásticos, farmacêutica e artefatos de borracha	6,0	10,7	0,183	2,0	
	MÉDIA QUALIFICAÇÃO	Gráfica, papel, papelão e cortiça	5,7	10,2	0,085	1,3
		Metalurgia, mecânica, material eletroeletrônico e de transporte	6,1	9,9	0,061	5,7
Serviços auxiliares		4,2	10,3	0,034	4,4	
Total de ocupados		6,1	9,5	0,000	100,0	
Alimentação		5,1	9,6	-0,035	1,3	
Serviços pessoais		5,9	9,3	-0,039	2,4	
Outras indústrias		5,0	9,3	-0,088	1,3	
Comércio		5,3	9,0	-0,102	15,7	
Transportes e armazenagem e oficinas de reparação mecânica		6,1	8,5	-0,144	6,8	
BAIXA QUALIFICAÇÃO		Mobiliário e produtos de madeira, materiais de construção, vidros, cristais, espelhos, cerâmicas	6,3	8,3	-0,161	1,1
	Calçados, vestuário, artefatos de tecidos, têxtil e artesanato	5,0	8,4	-0,224	3,1	
	Outros serviços de reparação e limpeza	5,5	7,9	-0,272	4,6	
	Serviços de alimentação	4,5	7,9	-0,313	5,0	
	Outros serviços	5,0	7,7	-0,321	2,6	
	Outros	7,2	6,9	-0,329	0,7	
	Serviços domésticos	4,7	6,2	-0,572	8,1	
	Construção civil	4,2	6,2	-0,583	5,7	

Fonte: DIEESE/Seade, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego e Pesquisa suplementar para o Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda

Constata-se que o tipo de alta qualificação reuniu oito ramos de atividades que representaram 30,1% dos ocupados em 2008. O grupo de média qualificação reuniu também oito ramos e 38,9% dos trabalhadores. Os oito ramos caracterizados como de baixa qualificação agregaram outros 30,9% dos ocupados. Pesou na maior proporção identificada no tipo de média qualificação o fato de compreender o ramo de comércio, que é aquele com maior contingente de ocupados.

O setor de serviços é destaque entre os ramos de atividade de alta qualificação: sete dos oito ramos de atividades pertencem a esse setor. O ramo da indústria química, de plásticos, farmacêutica e de artefatos de borracha complementou a relação de segmentos com maior nível de qualificação profissional. Logo, esse pode ser considerado o ramo industrial de maior qualificação. Contudo, em termos gerais, o ramo de atividade de maior qualificação foi identificado como o de serviços de educação. Seria interessante que uma agenda futura de pesquisa se debruçasse na investigação da relação entre o nível de qualificação e rendimentos por ramos de atividades.

Já o tipo de média qualificação é mais heterogêneo em termos de composição por setores de atividades. Nesse tipo, prevalecem os ramos de atividades industriais. Em termos de número de ocupados, merece destaque o comércio.

No grupo de baixa qualificação, os ramos mais bem posicionados são do setor industrial: mobiliário e indústrias da madeira e de calçados e vestuário. Na sequência seguem alguns ramos dos serviços, com destaque para os serviços domésticos, penúltimo ramo no ordenamento pelo indicador global de qualificação profissional. A última posição ficou com o segmento da construção civil, no qual a baixa escolaridade e o reduzido tempo de permanência repercutiram cumulativamente para rebaixar o indicador.

ANEXOS

A - DESCRIÇÃO DA COMPOSIÇÃO DOS SETORES E DOS RAMOS DE ATIVIDADES NA PED

100 - agricultura, pecuária e extração vegetal

Compõem este setor as atividades agrícolas, as de reflorestamento, as pecuárias e outras que envolvem criação de animais (apicultura, avicultura etc.), além das atividades extrativas de vegetais e pesca.

Exemplos:

a) agricultura: as culturas (plantio e colheita) de arroz, feijão, cana-de-açúcar, milho, café, frutas e verduras (horticultura) e flores (floricultura);

b) reflorestamento e extração vegetal: plantio de árvores e sua extração, inclusive em florestas naturais;

c) pecuária: criação de gado bovino, equino e outros de menor porte (porcos, ovelhas etc.);

d) criação de outros animais: abelhas (apicultura), galinhas (avicultura), peixes (piscicultura) etc.

Observação: as empresas agro-industriais estão incluídas nas indústrias de transformação.

Indústria de transformação

São todas as atividades cujo produto passa por um processo de transformação ou beneficiamento, de forma a adaptá-lo para o consumo direto ou indireto, ou seja, para sua utilização por outras atividades produtivas. Esta transformação pode ser feita tanto por processos industriais como artesanais. Além destas, foram também incluídas neste setor as atividades relativas à extração mineral.

201 - Metalúrgica, Mecânica, Material Eletroeletrônico e Material de Transporte

Neste subsetor estão incluídas as atividades das indústrias siderúrgicas; de fundição; de artefatos de ferro e metais em geral; de serralheria; de mecânica; de galvanoplastia e niquelação; de máquinas; de cutelaria; de balanças, pesos e medidas; de funilaria; de estamparia e equipamentos rodoviários e ferroviários; de artefatos de materiais não ferrosos; de caldeiras e acessórios; de lâmpadas e aparelhos elétricos de iluminação; de condutores elétricos; de aparelhos elétricos, eletrônicos e similares; de aparelhos de rádio transmissão; de autopeças; de tratores, caminhões, ônibus, automóveis e veículos similares; de parafusos, porcas, rebites e

similares; de artigos e equipamentos odontológicos, médicos e hospitalares; de forjaria; de refrigeração, aquecimento e tratamento de ar.

202 - Química, Farmacêutica e Plásticos

Neste subsetor estão incluídas as atividades das indústrias de produtos químicos para fins industriais; de produtos farmacêuticos; de preparação de óleos vegetais e animais; de perfumaria e artigos de tocador; de resinas sintéticas; de sabão e velas; de fabricação de álcool; de explosivos; de tintas e vernizes; de fósforos, de adubos e colas; de defensivos agrícolas; da destilação e refinação de petróleo; de material plástico; de matérias-primas para inseticidas e fertilizantes; de abrasivos; de álcalis; de petroquímica; de lápis, canetas, tintas de escrever e similares; de defensivos animais.

203 - Têxtil

Neste subsetor estão incluídas as atividades das indústrias de fiação e tecelagem, em geral, e de especialidades têxteis.

204 - Vestuário, Calçados e Artefatos de Tecidos

Neste subsetor estão incluídas as atividades das indústrias de calçados; de confecção de roupas e chapéus; de guarda-chuvas e bengalas; de luvas, bolsas e peles; de pentes, botões e similares; de material de segurança e proteção ao trabalho.

205 - Alimentação

Neste subsetor estão incluídas as atividades das indústrias do trigo; do milho; da soja; da mandioca; do arroz; da aveia; de refinação de açúcar; de torrefação e moagem de café; de refinação do sal; de panificação; de confeitos; de produtos de cacau e balas; do mate; de laticínios e produtos derivados; de massas alimentícias e biscoitos; de cervejas e bebidas em geral; de azeite e óleos alimentícios; de doces e conservas; de carnes e derivados; de frios; do fumo; da imunização e do tratamento de frutas; do beneficiamento do café; de rações balanceadas; do café solúvel; da pesca; de congelados, supercongelados, sorvetes, concentrados e liofilizados.

206 - Mobiliário e Produtos de Madeira

Neste subsetor estão incluídas as atividades das indústrias de serriaria; de carpintaria; de tanoaria; de madeiras compensadas e laminadas; de aglomerados e chapas de fibras de madeira; de marcenaria; de móveis de junco e vime; de vassouras.

207 - Artefatos de Borracha

Neste subsetor estão incluídas as atividades das indústrias de artefatos de borracha e de pneumáticos e câmaras de ar para veículos.

208 - Papel, Papelão e Cortiça

Neste subsetor estão incluídas as atividades das indústrias do papelão; da cortiça; de papel, celulose e pasta de madeira para papel e de artefatos de papel, papelão e cortiça.

209 - Gráficas e Editoras

Neste subsetor estão incluídas as atividades de edição de livros, jornais e revistas; das indústrias da tipografia; da gravura e da encadernação.

210 - Vidros, Cristais, Espelhos e Cerâmicas

Neste subsetor estão incluídas as atividades das indústrias de vidros e cristais planos; de vidros e cristais ocios; de espelhos e lapidação de vidros; de cerâmica de louça e porcelana e da ótica.

211 - Materiais de Construção

Neste subsetor estão incluídas as atividades das indústrias de olaria; do cal e gesso; do cimento; de ladrilhos hidráulicos e produtos de cimento; de cerâmica para construção; de escovas e pincéis e de artefatos de cimento armado.

213 - Artesanato

Neste subsetor estão incluídas as atividades artesanais em couro, madeira, pedras, metais, produção de bijuterias artesanais etc. (Não estão incluídas as atividades de tecelagem, tricô, crochê, produção de artefatos de tecidos e outras assemelhadas.)

299 - Outras Indústrias de Transformação

Estão incluídas neste subsetor todas as atividades das indústrias não classificadas anteriormente, como, por exemplo: indústria extrativa mineral; indústria de artefatos de couro e plástico; indústria de joalheria e lapidação de pedras preciosas, indústria de instrumentos musicais e brinquedos; indústria cinematográficas; etc.

Construção civil

Inclui as atividades de construção e reforma de edificações e de obras de infra-estrutura.

301 - Construção de Edificações e Obras de Infra-Estrutura

Neste subsetor estão incluídas a construção de casas e edifícios públicos ou privados, monumentos, rodovias, barragens, pontes, viadutos, construção de ferrovias e metrô, pavimentação e aberturas de ruas, obras de urbanização em geral (esgoto e canalização de água), terraplanagem etc.

302 - Reforma e Reparação de Edificações

Incluem-se neste subsetor as atividades de reforma e reparação de prédios e edificações na área da Construção Civil.

400 - Comércio de Mercadorias

São as atividades de vendas de mercadorias realizadas diretamente ao consumidor (vendas a varejo) ou para as empresas (vendas por atacado). Estas atividades podem ser realizadas tanto em estabelecimentos como na via pública ou diretamente em visita ao cliente.

Exemplos:

a) vendas a varejo: comercialização de sapatos, roupas, eletrodomésticos, móveis, medicamentos, livros, automóveis, alimentos, bebidas, combustíveis e lubrificantes e todos os produtos de consumo geral, inclusive o comércio de ambulantes e nas feiras livres;

b) vendas por atacado e para empresas de comercialização de peças e acessórios, combustíveis, equipamentos, aço, papel, materiais de construção e, em geral, os equipamentos, matérias-primas e insumos necessários ao funcionamento das empresas.

Serviços

502 - Transportes e Armazenagem

Estão incluídas neste subsetor atividades como transporte rodoviário, ferroviário, aéreo e outros, assim como armazenagem de mercadorias etc.

Exemplos: empresa de ônibus, aviação etc.; entrepostos de armazenagem (silos etc.).

503 - Serviços de Utilidade Pública

Estão incluídas neste subsetor as atividades como produção e distribuição de energia elétrica e gás encanado; água e esgoto; limpeza pública e remoção de lixo.

Exemplo: Comgás, Eletropaulo etc.

504 - Serviços Especializados

Estão incluídas neste subsetor as atividades dos escritórios de engenharia e arquitetura, assessoria técnica, consultoria, pesquisa, análise e processamento de dados, publicidade, jurídicos, despachantes etc.; serviços de reprodução (xerox); decoração; pintura, desenho, escultura; e outros serviços técnicos profissionais não especificados.

505 - Serviços de Administração Pública, Forças Armadas e Polícia

Estão incluídas neste subsetor as atividades como Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo; serviços administrativos federais, estaduais, municipais e autárquicos; Exército, Marinha e Aeronáutica; Polícia Militar e Civil; Corpo de Bombeiros; e outras organizações governamentais.

506 - Serviços Creditícios e Financeiros

Estão incluídas neste subsetor as atividades dos bancos comerciais, de investimento, de seguros; do comércio de títulos e ações (Bolsa de Valores); organizações de cartões de crédito, sorteios, concessionárias de loterias (exclusive agências lotéricas).

507 - Serviços Pessoais

Estão incluídas neste subsetor as atividades de embelezamento pessoal; higiene; academias de dança, ginástica e luta; sauna e massagem e outros serviços pessoais.

508 - Serviços de Alimentação

Neste subsetor estão incluídos os restaurantes, bares, lanchonetes, cafés, padarias, confeitarias, vendedores de rua (acarajé, café, bolinho, doces etc., quando não se tratar de simples comércio), pipoqueiros etc.

509 - Educação

Estão incluídas neste subsetor todas as atividades ligadas a todos os tipos de escola, pública ou particular, e as atividades dos professores particulares.

510 - Saúde

Estão incluídas neste subsetor todas as atividades ligadas aos hospitais, clínicas, consultórios, prontos-socorros, maternidades, posto de saúde, dispensários etc.

511 - Domésticos

São os serviços prestados à família, no domicílio, e realizados no âmbito dos afazeres domésticos, distinguindo-se destes porque são remunerados.

Exemplo: serviços de copa e/ou de cozinha (copeiras e cozinheiras), de atendimento a crianças (babás), de jardinagem, de segurança e de guarda no domicílio, de condução de veículos particulares, serviços de limpeza ou de faxina.

513 - Serviços de Comunicações

São os serviços de correios, telégrafos, telefonia e assemelhados.

514 - Diversões, Radiodifusão e Teledifusão

Inclui as rádios, televisões, os parques de diversão, cinemas, teatros, a promoção de espetáculos e similares.

515 - Serviços Comunitários

Inclui sindicatos, associações comunitárias, igrejas, cultos e atividades similares, previdência social (pública ou privada) etc.

516 - Comércio e Administração de Valores Imobiliários e de Imóveis

Inclui as imobiliárias, administradoras de imóveis etc.

517 - Serviços Auxiliares

São serviços auxiliares:

- a) da agricultura: aluguel de máquinas agrícolas
 - assistência técnica rural
 - serviços de combate a pragas
 - serviços de drenagem e irrigação
 - serviços de inseminação artificial
 - serviços de planejamento e reflorestamento
 - escritórios de desenvolvimento de projetos agropecuários
 - Emater/Embrates
- b) do comércio: comissários de mercadorias sem especificações
 - escritórios de representação comercial
 - Bolsa de Mercadorias
 - escritórios de comissão e consignação
- c) comércio e indústria em geral: serviço de proteção ao crédito
 - agência de informações
 - locação de máquinas e equipamentos industriais
- d) seguros, finanças e valores: administração de bens móveis
 - lotéricas oficiais
 - escritórios de títulos de investimento
 - corretagem de seguros
- e) transporte: aeroportos
 - agentes de cargas
 - agentes de vendas de passagens
 - agentes de turismo
 - locação de veículos
 - estacionamentos
 - guardadores de carros
 - agenciadores de navios
 - cais e docas
 - carga/descarga de navios e barcos
 - estiva
 - polícia portuária
 - escafandria
 - agentes de emprego

- f) atividades econômicas: locação de mão de obra
treinamento de pessoal
escritórios de cobrança

518 - Oficinas de Reparação Mecânica

Estão incluídas neste subsetor as atividades de reparação, reforma e conservação de máquinas e veículos.

519 – Outros Serviços de Reparação e Limpeza

Estão incluídas neste subsetor as atividades de reparação, reforma e conservação de mobiliário, instalações elétricas e sanitárias, artigos de uso pessoal e doméstico, inclusive eletrodomésticos; alfaiates e costureiras sob medida; tinturarias e lavanderias, além das de limpeza e vigilância, exclusive serviços domésticos.

599 - Outros Serviços

Estão incluídas as atividades ligadas a serviços que não estão compreendidos nos subsetores anteriores, tais como serviços de alojamento (hotéis, pensões etc.) e outros não classificados.

Outros

Inclui todas as atividades econômicas não especificadas ou não-classificadas nos setores anteriores.

601 - Embaixadas, Consulados, Representações Oficiais e Políticas

699 - Outras Atividades Não Classificadas

B - AGREGAÇÃO DE RAMOS DE ATIVIDADES REALIZADA PARA ESTE ESTUDO

Setor	Ramos de atividade construídos	Ramos de atividade originais da PED
Indústria	Calçados, vestuário, artefatos de tecidos, têxtil e artesanato Alimentação Mobiliário, produtos de madeira, materiais de construção, vidros, cristais, espelhos e cerâmicas Química, plásticos, farmacêutica e artefatos de borracha Gráfica, papel, papelão e cortiça Metalúrgica, mecânica, material eletroeletrônico e material de transporte Outras indústrias	Vestuário, calçados e artefatos de tecidos Têxtil Artesanato Alimentação Mobiliário e produtos de madeira Materiais de construção Vidros, cristais, espelhos e cerâmicas Química, farmacêutica e plásticos Artefatos de borracha Gráficas e editoras Papel, papelão e cortiça Metalúrgica, mecânica, material eletroeletrônico e material de transporte Outras indústrias de transformação
Serviços	Transportes e armazenagem e oficinas de reparação mecânica Serviços de administração pública, forças armadas, polícia e utilidade pública Serviços especializados Serviços creditícios e financeiros, comércio, administração de valores imobiliários e de imóveis Serviços pessoais Serviços de alimentação Educação Saúde Serviços domésticos Diversões, radiodifusão, teledifusão e serviços de comunicações Serviços comunitários Serviços auxiliares Outros serviços de reparação e limpeza Outros serviços	Transportes e armazenagem Oficinas de reparação mecânica Serviços de administração pública, forças armadas e polícia Serviços de utilidade pública Serviços especializados Serviços creditícios e financeiros Comércio e administração de valores imobiliários e de imóveis Serviços pessoais Serviços de alimentação Educação Saúde Domésticos Diversões, radiodifusão e teledifusão Serviços de comunicações Serviços comunitários Serviços auxiliares Outros serviços de reparação e limpeza Outros serviços
Comércio		Comércio de mercadorias
Construção civil		Construção de edificações e obras de infraestrutura Reforma e reparação de edificações
Outros		Agricultura, pecuária e extração vegetal Embaixadas, consulados, representações oficiais e políticas Outras atividades não classificadas

APÊNDICE

TABELA 1
Estimativa dos ocupados, segundo setores e ramos de atividade
RM de Belo Horizonte e Distrito Federal - Maio a Outubro de 2003 e 2008

Descrições	RMBH				DF			
	2003 (mil pessoas)	2008 (mil pessoas)	Var. abs. (mil pessoas)	Var. (em %)	2003 (mil pessoas)	2008 (mil pessoas)	Var. abs. (mil pessoas)	Var. (em %)
Total de Ocupados	1.816	2.273	457	25,2	868	1.131	263	30,3
Indústria	256	348	92	35,9	30	44	14	46,7
Calçados, vestuário, artefatos de tecidos, têxtil e artesanato	56	59	3	5,4	5	7	2	40,0
Alimentação	24	32	8	33,3	6	10	4	66,7
Mobiliário e produtos de madeira, materiais de construção, vidros, cristais, espelhos, cerâmicas	25	32	7	28,0	5	7	2	40,0
Química, plásticos, farmacêutica e artefatos de borracha	29	39	10	34,5	(1)	7	-	-
Gráfica, papel, papelão e cortiça	16	20	4	25,0	5	6	1	20,0
Met., mec., mat. eletroeletrônico e mat. transp.	85	136	51	60,0	5	7	2	40,0
Outras indústrias	22	27	5	22,7	(1)	(1)	-	-
Construção civil	116	164	48	41,4	29	50	21	72,4
Comércio	283	350	67	23,7	135	182	47	34,8
Serviços	1.148	1.400	252	22,0	666	841	175	26,3
Transportes e armazenagem e oficinas de reparação mecânica	131	170	39	29,8	43	53	10	23,3
Serviços de administração pública, forças armadas, polícia e utilidade pública	113	152	39	34,5	174	192	18	10,3
Serviços especializados	91	118	27	29,7	37	45	8	21,6
Serviços creditícios e financeiros, comércio, administração de valores imobiliários e de imóveis	36	48	12	33,3	31	37	6	19,4
Serviços pessoais	45	55	10	22,2	22	34	12	54,5
Serviços de alimentação	98	116	18	18,4	43	61	18	41,9
Educação	104	134	30	28,8	62	77	15	24,2
Saúde	93	118	25	26,9	42	57	15	35,7
Serviços domésticos	165	170	5	3,0	88	102	14	15,9
Diversões, radiodifusão, teledifusão e serviços de comunicações	47	50	3	6,4	23	31	8	34,8
Serviços comunitários	36	39	3	8,3	17	25	8	47,1
Serviços auxiliares	58	80	22	37,9	31	63	32	103,2
Outros serviços de reparação e limpeza	69	84	15	21,7	36	41	5	13,9
Outros serviços	60	66	6	10,0	16	23	7	43,8
Outros	13	(1)	-14	-	8	12	4	50,0

Fonte: DIEESE/Seade, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego e Pesquisa suplementar para o Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda

Nota: 1) A amostra não comporta desagregação para esta categoria

TABELA 1
Estimativa dos ocupados, segundo setores e ramos de atividade
RM de Porto Alegre e Recife - Maio a Outubro de 2003 e 2008

Descrições	RMPA				RMR			
	2003 (mil pessoas)	2008 (mil pessoas)	Var. abs. (mil pessoas)	Var. (em %)	2003 (mil pessoas)	2008 (mil pessoas)	Var. abs. (mil pessoas)	Var. (em %)
Total de Ocupados	1.468	1.777	309	21,0	1.182	1.385	203	17,2
Indústria	267	320	53	19,9	111	141	30	27,0
Calçados, vestuário, artefatos de tecidos, têxtil e artesanato	85	91	6	7,1	17	21	4	23,5
Alimentação	21	21	0	0,0	21	36	15	71,4
Mobiliário e produtos de madeira, materiais de construção, vidros, cristais, espelhos, cerâmicas	16	20	4	25,0	18	18	0	0,0
Química, plásticos, farmacêutica e artefatos de borracha	26	39	13	50,0	19	21	2	10,5
Gráfica, papel, papelão e cortiça	19	23	4	21,1	9	12	3	33,3
Met., mec., mat. eletroeletrônico e mat. transp.	76	101	25	32,9	24	28	4	16,7
Outras indústrias	25	21	-4	-16,0	(1)	(1)	-	-
Construção civil	79	96	17	21,5	50	62	12	24,0
Comércio	241	288	47	19,5	229	262	33	14,4
Serviços	875	1.070	195	22,3	745	874	129	17,3
Transportes e armazenagem e oficinas de reparação mecânica	100	114	14	14,0	80	91	11	13,8
Serviços de administração pública, forças armadas, polícia e utilidade pública	104	123	19	18,3	99	112	13	13,1
Serviços especializados	75	112	37	49,3	56	71	15	26,8
Serviços creditícios e financeiros, comércio, administração de valores imobiliários e de imóveis	31	43	12	38,7	18	22	4	22,2
Serviços pessoais	26	37	11	42,3	24	32	8	33,3
Serviços de alimentação	59	73	14	23,7	76	82	6	7,9
Educação	73	101	28	38,4	80	94	14	17,5
Saúde	68	94	26	38,2	52	64	12	23,1
Serviços domésticos	107	105	-2	-1,9	109	122	13	11,9
Diversões, radiodifusão, teledifusão e serviços de comunicações	32	43	11	34,4	22	29	7	31,8
Serviços comunitários	28	25	-3	-10,7	14	15	1	7,1
Serviços auxiliares	57	59	2	3,5	52	66	14	26,9
Outros serviços de reparação e limpeza	72	87	15	20,8	35	44	9	25,7
Outros serviços	43	55	12	27,9	27	28	1	3,7
Outros	7	(1)	-8	-	47	46	-1	-2,1

Fonte: DIEESE/Seade, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego e Pesquisa suplementar para o Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda

Nota: 1) A amostra não comporta desagregação para esta categoria

TABELA 1
Estimativa dos ocupados, segundo setores e ramos de atividade
RM de Salvador e São Paulo - Maio a Outubro de 2003 e 2008

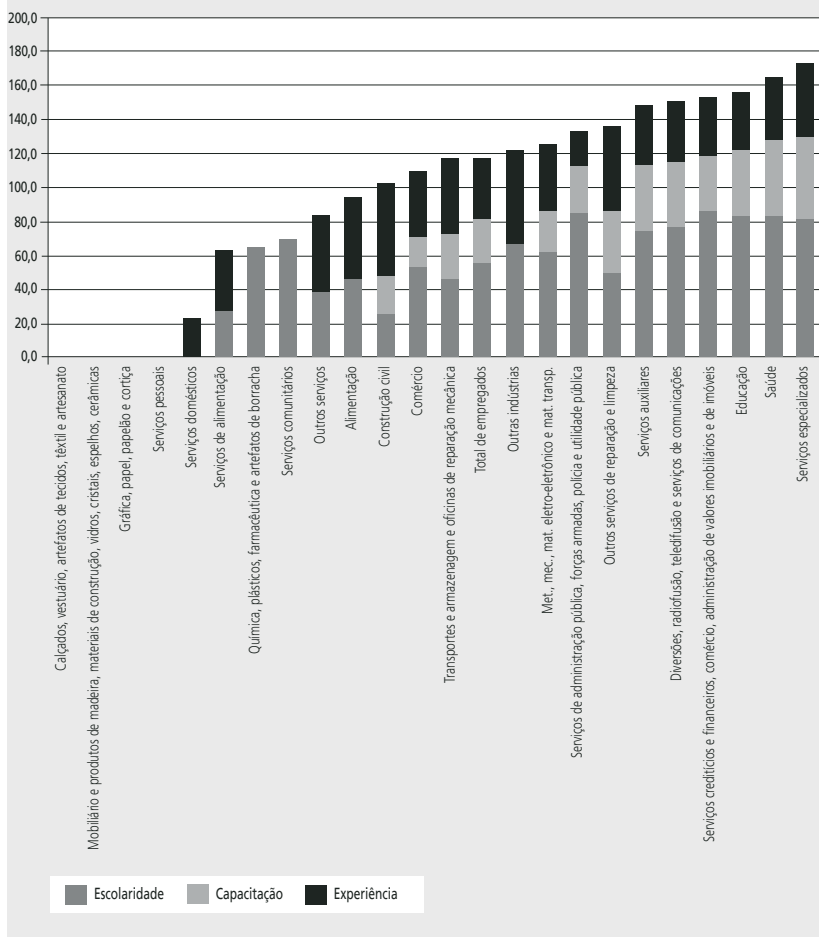
Descrições	RMS				RMSP			
	2003 (mil pessoas)	2008 (mil pessoas)	Var. abs. (mil pessoas)	Var. (em %)	2003 (mil pessoas)	2008 (mil pessoas)	Var. abs. (mil pessoas)	Var. (em %)
Total de Ocupados	1.201	1.461	260	21,6	7.822	9.076	1.254	16,0
Indústria	106	127	21	6,7	1.478	1.715	237	16,0
Calçados, vestuário, artefatos de tecidos, têxtil e artesanato	17	19	2	11,8	266	336	70	26,3
Alimentação	17	18	1	5,9	86	100	14	16,3
Mobiliário e produtos de madeira, materiais de construção, vidros, cristais, espelhos, cerâmicas	12	(1)	-	-	110	109	-1	-0,9
Química, plásticos, farmacêutica e artefatos de borracha	28	35	7	25,0	180	191	11	6,1
Gráfica, papel, papelão e cortiça	(1)	(1)	-	-	141	163	22	15,6
Met., mec., mat. eletroeletrônico e mat. transp.	19	26	7	36,8	548	672	124	22,6
Outras indústrias	(1)	(1)	-	-	147	144	-3	15,6
Construção civil	59	89	30	50,8	422	490	68	16,1
Comércio	190	222	32	16,8	1.267	1.461	194	15,3
Serviços	833	1.008	175	21,0	4.631	5.364	733	15,8
Transportes e armazenagem e oficinas de reparação mecânica	77	91	14	18,2	508	635	127	25,0
Serviços de administração pública, forças armadas, polícia e utilidade pública	103	134	31	30,1	289	345	56	19,4
Serviços especializados	53	70	17	32,1	493	535	42	8,5
Serviços creditícios e financeiros, comércio, administração de valores imobiliários e de imóveis	34	44	10	29,4	250	290	40	16,0
Serviços pessoais	28	44	16	57,1	149	200	51	34,2
Serviços de alimentação	84	85	1	1,2	399	472	73	18,3
Educação	82	105	23	28,0	305	318	13	4,3
Saúde	56	79	23	41,1	313	372	59	18,8
Serviços domésticos	116	123	7	6,0	704	717	13	1,8
Diversões, radiodifusão, teledifusão e serviços de comunicações	30	38	8	26,7	149	172	23	15,4
Serviços comunitários	22	25	3	13,6	164	172	8	4,9
Serviços auxiliares	52	72	20	38,5	297	445	148	49,8
Outros serviços de reparação e limpeza	68	69	1	1,5	383	454	71	18,5
Outros serviços	29	31	2	6,9	228	237	9	7,8
Outros	13	15	2	15,4	24	46	22	45,2

Fonte: DIEESE/Seade, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego e Pesquisa suplementar para o Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda

Nota: 1) A amostra não comporta desagregação para esta categoria

GRÁFICO 1

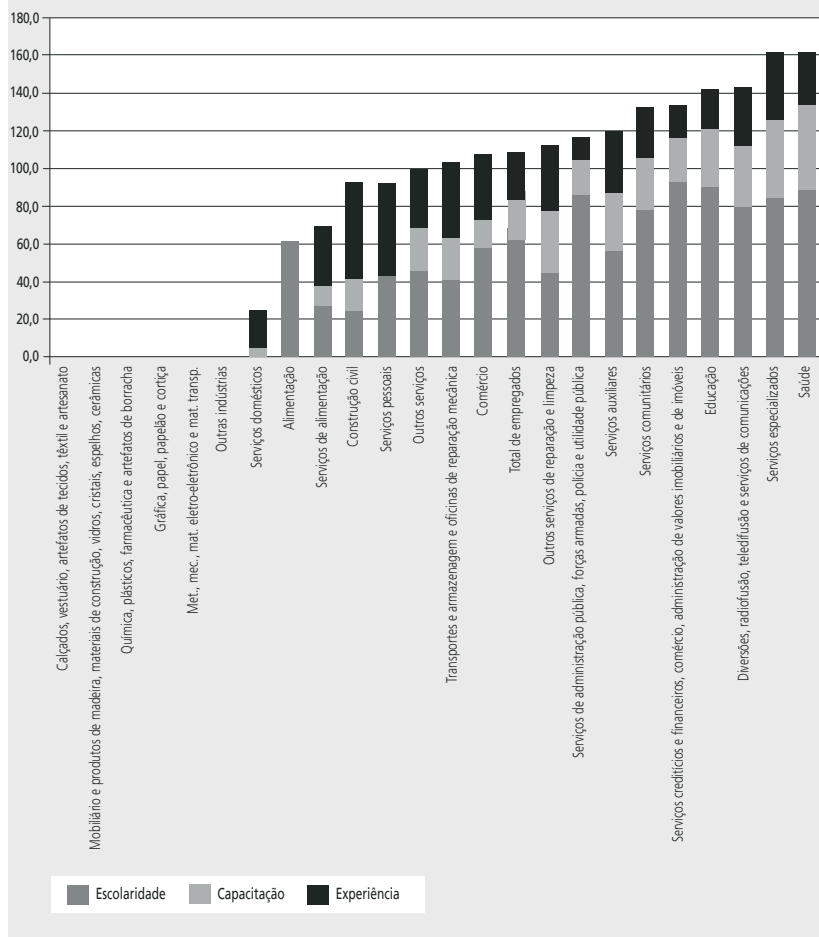
Proporção dos ocupados para os quais foi exigido requisito de qualificação profissional, por tipo de requisito e ramo de atividade
Região Metropolitana de Belo Horizonte
Maio a outubro de 2008 (% cumulativos dos requisitos)



Fonte: DIEESE/Seade, MTE/FAT e convênios regionais

GRÁFICO 2

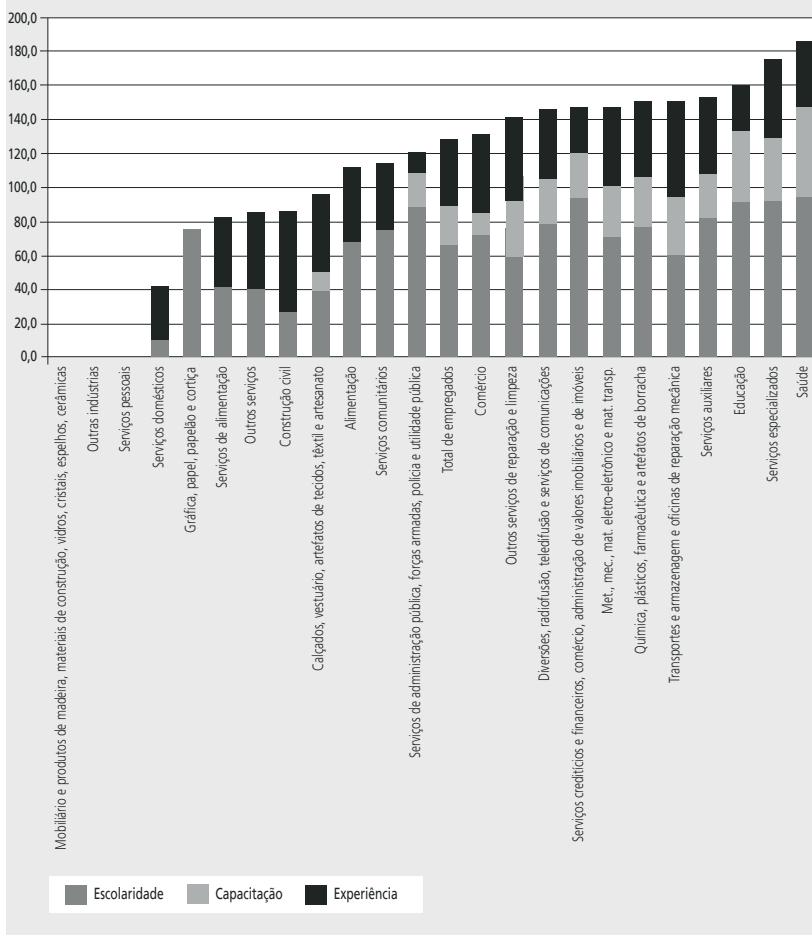
Proporção dos ocupados para os quais foi exigido requisito de qualificação profissional, por tipo de requisito e ramo de atividade Distrito Federal Maio a outubro de 2008 (% cumulativos dos requisitos)



Fonte: DIEESE/Seade, MTE/FAT e convênios regionais

GRÁFICO 3

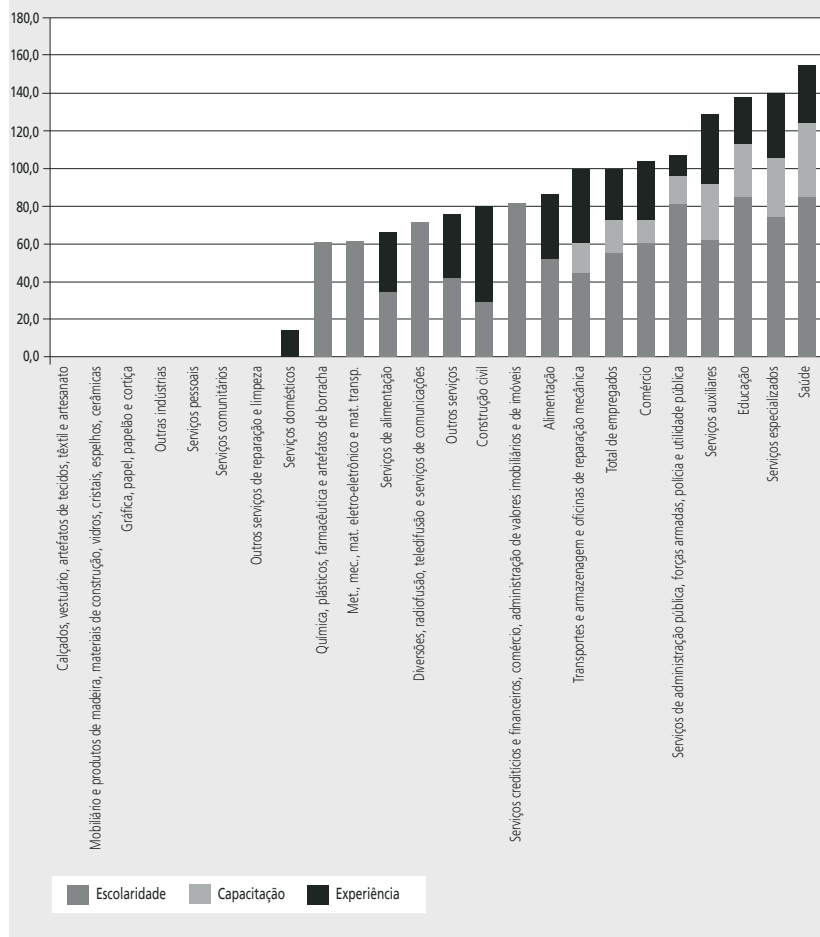
Proporção dos ocupados para os quais foi exigido requisito de qualificação profissional, por tipo de requisito e ramo de atividade
Região Metropolitana de Porto Alegre
Maio a outubro de 2008 (% cumulativos dos requisitos)



Fonte: DIEESE/Seade, MTE/FAT e convênios regionais

GRÁFICO 4

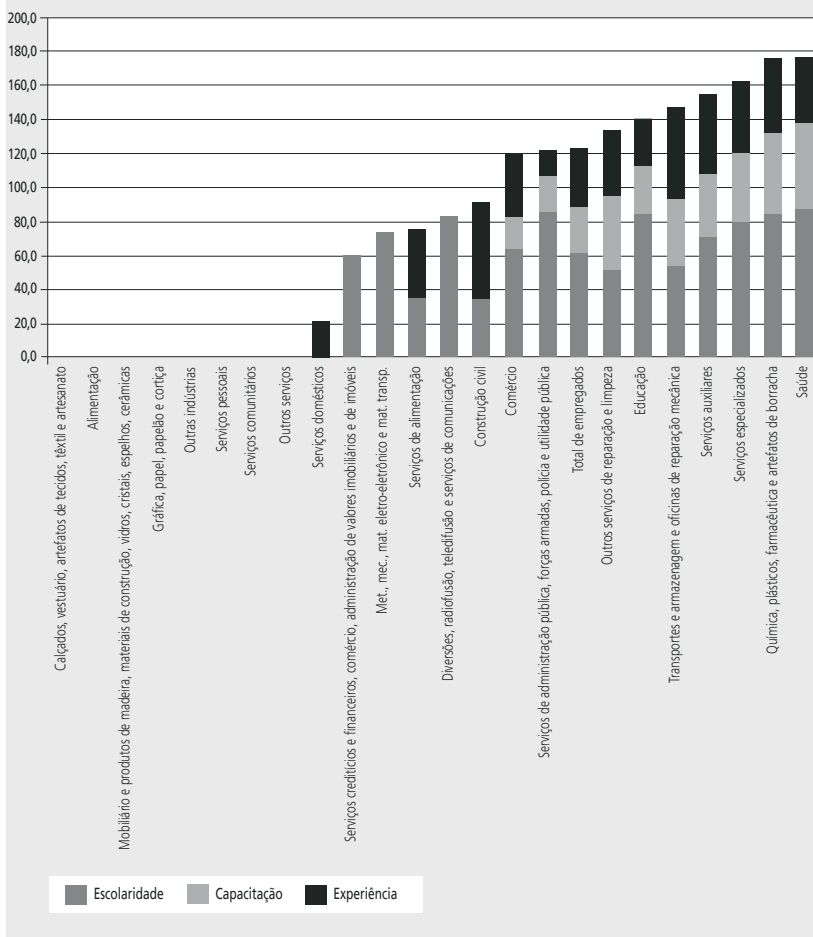
**Proporção dos ocupados para os quais foi exigido requisito de qualificação profissional, por tipo de requisito e ramo de atividade
Região Metropolitana do Recife
Maio a outubro de 2008 (% cumulativos dos requisitos)**



Fonte: DIEESE/Seade, MTE/FAT e convênios regionais

GRÁFICO 5

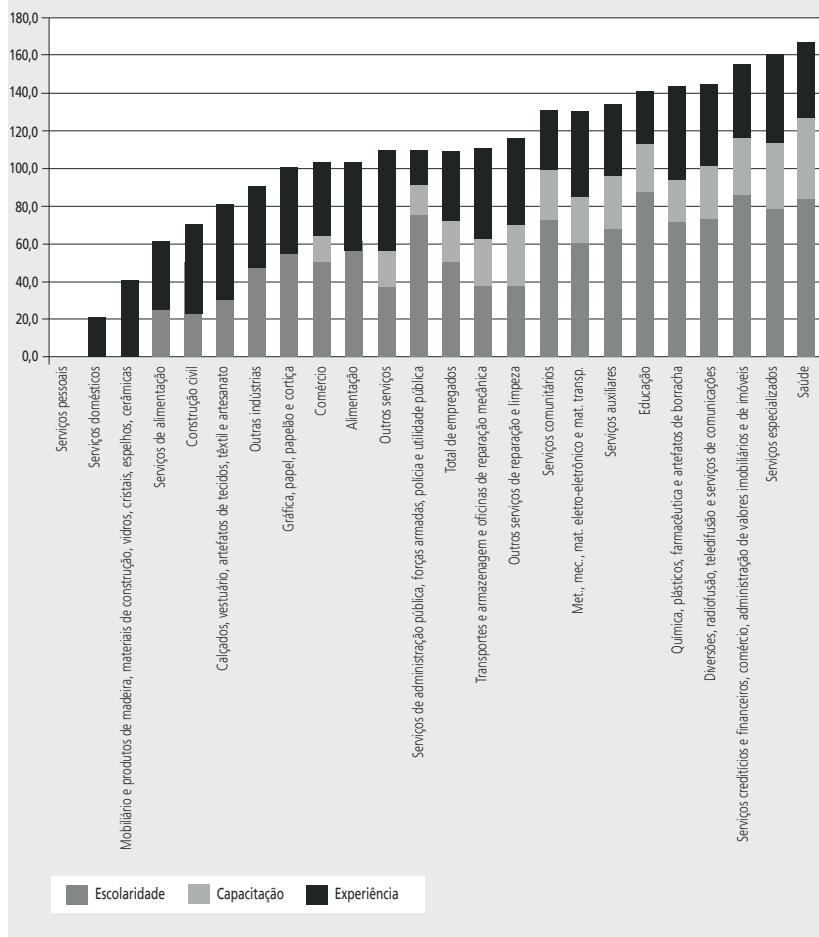
Proporção dos ocupados para os quais foi exigido requisito de qualificação profissional, por tipo de requisito e ramo de atividade
Região Metropolitana de Salvador
Maio a outubro de 2008 (% cumulativos dos requisitos)



Fonte: DIEESE/Seade, MTE/FAT e convênios regionais

GRÁFICO 6

Proporção dos ocupados para os quais foi exigido requisito de qualificação profissional, por tipo de requisito e ramo de atividade
Região Metropolitana de São Paulo
Maio a outubro de 2008 (% cumulativos dos requisitos)



Fonte: DIEESE/Seade, MTE/FAT e convênios regionais

Capítulo 4

A efetividade da qualificação profissional no mercado de trabalho metropolitano: um estudo a partir da PED e da Pesquisa Suplementar de 2008

INTRODUÇÃO

Desde que os dados do levantamento suplementar da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), que trata da qualificação e de outras questões¹, tornaram-se conhecidos, alguns estudos exploratórios foram realizados. Destacam-se, entre eles, relatório elaborado pelo DIEESE, em 2009, sobre os principais aspectos tratados no referido suplemento, que eram estratégias de procura de trabalho, cobertura do seguro-desemprego e qualificação profissional, e o elaborado por Rodarte, Schneider e Garcia (2011), que descreveu os aspectos gerais da qualificação profissional.

Em síntese, as 13 questões sobre qualificação profissional constantes no bloco suplementar permitem analisar o tipo e a duração dos cursos e treinamentos, a forma de financiamento, as instituições envolvidas e os resultados percebidos pelos indivíduos entrevistados. Combinando as informações com os dados do questionário básico, as possibilidades de análise se ampliam consideravelmente.

Os resultados da qualificação em termos de melhor inserção ocupacional (referente à questão 39 do questionário suplementar) são difíceis,

1. A Pesquisa Suplementar da PED *Informações para o Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda* foi realizada no âmbito do projeto *Consolidação do Sistema Estatístico PED e Desenho de Novos Indicadores e Levantamentos* (Convênio MTE/SPPE/Codefat n° 092/2007 – DIEESE e Termos Aditivos), entre maio e outubro de 2008.

contudo, de serem quantificados e possuem certo grau de subjetividade, uma vez que a informação se constitui uma percepção pessoal do entrevistado sobre os efeitos produzidos pela qualificação. Assim, o objetivo principal deste texto é estabelecer uma forma alternativa de analisar a efetividade da qualificação profissional na trajetória ocupacional dos indivíduos residentes em regiões metropolitanas brasileiras. Trata-se de estabelecer uma avaliação empírica (e econométrica) dos impactos dos diversos cursos e treinamentos de programas sociais na inserção econômica.

A análise desse fenômeno não é trivial, pois o resultado pode conter um viés baseado nas motivações pessoais dos indivíduos para se qualificar. Em outras palavras, as pessoas que procuram se qualificar, em tese, podem estar motivadas devido a qualidades e atributos inerentes ou pré-existentes. Dessa forma, um teste econométrico simples poderia superestimar os efeitos da qualificação. Para se desvencilhar dessa fragilidade, buscou-se desenvolver um modelo baseado nas equações de Heckman de dois estágios.

De fato, o modelo “*Heckman two-stage*” permite afastar a hipótese de enviesamento de seleção (ou de autoseleção) dos egressos de cursos de diferentes modalidades de formação profissional, rejeitando-se a possibilidade de contaminação dos resultados. Nesta primeira incursão aos dados por esta abordagem, procurou-se investigar o impacto da qualificação no aumento do rendimento do trabalho principal dos ocupados².

TEORIAS SOBRE QUALIFICAÇÃO, PRODUTIVIDADE E DIFERENCIAL DE RENDIMENTOS

Na literatura econômica, observam-se várias vertentes que analisam as relações entre qualificação, produtividade e inserção no mercado de trabalho.

Sob o prisma da corrente principal, a **teoria neoclássica**, a remuneração do trabalho - assim como para os demais fatores de produção, tais como capital, terra - deve dar-se pelo preço resultante do equilíbrio entre oferta e demanda. Porém, a ideia de um salário único, pago por este fator, considerado homogêneo, chocava-se com as evidências de grandes dispa-

2. Inicialmente havia se conjecturado elaborar um modelo que inferisse o efeito da qualificação sobre a capacidade de (re)inserção na ocupação dos indivíduos. Tal intento, no entanto, esbarrou na impossibilidade de demarcar, cronologicamente, o período de formação profissional e o da inserção ocupacional, o que inviabilizou o estabelecimento de possíveis nexos causais entre estes dois eventos.

ridades salariais. A teoria do capital humano veio, então, aprimorar a visão neoclássica ao conceber um mercado de trabalho que poderia pagar vários níveis de rendimentos, sem violar os preceitos marginalistas, assumindo que o rendimento do trabalho deve equivaler à sua produtividade marginal (MULS, 1999, p. 1).

Por sua vez, a produtividade varia de acordo com uma série de fatores, entre eles o tempo e a qualidade da educação formal. Contudo, a partir de observações empíricas, os formuladores da teoria do capital humano, Becker (1993) e Mincer (2009), mostram que a relação direta entre remuneração e anos de educação formal é fraca. Dessa forma, treinamentos no trabalho, experiência no trabalho e condições de saúde também contribuem, substancialmente, para a maior produtividade do trabalho.

Dessa forma, o incremento do rendimento, derivado da variação na produtividade, decorreria de investimentos em capital humano, que poderiam ser realizados através de políticas públicas (como as promovidas pelo Sistema Nacional de Emprego, Sine), iniciativas de empresas particulares ou por demanda individual do próprio trabalhador. Contudo, tais investimentos não existem sem custos. Assim como na educação formal, Mincer (2009) e Becker (1993) apontam que cursos de qualificação profissional ocupam tempo, e, logo, tais investimentos têm, além do próprio custo, direto e indireto (livros, mensalidades, transporte etc.), um custo de oportunidade relativo ao tempo empregado nesta atividade, no qual não se está trabalhando. Com base na análise de custo e benefício, o trabalhador faria o cálculo da viabilidade do investimento em qualificação. Este só seria realizado se aumentasse o valor presente da renda futura, descontados os custos.

Como a teoria do capital humano tem como base de sustentação a suposição de que maior qualificação do trabalhador implica maior habilidade cognitiva e produtividade do trabalho e, por consequência, maiores retornos financeiros, pode-se dizer que a referida teoria privilegia o lado da oferta. Assim, condições da demanda de trabalho e, inclusive, da estrutura ocupacional (ou seja, dos tipos de postos de trabalhos existentes) não são consideradas por esta abordagem.

A **visão marxiana**, por sua vez, oferece uma perspectiva diametralmente oposta ao focar, em especial, o lado da demanda de trabalho. Segundo esta abordagem, as diferenças de rendimentos se explicam pelo baixo dinamismo de crescimento da demanda *vis-à-vis* à oferta de trabalho. Esta dessincronia entre os dois lados do mercado atinge o paroxismo

nas economias capitalistas mais atrasadas que são marcadas pela “coexistência e recriação de formas adiantadas e atrasadas de produção, como resultado de um único processo de acumulação” (MULS, 1999, p. 3).

Nestas economias atrasadas, o dualismo setorial estaria plasmado, grosso modo, na presença do setor formal (representado, sobretudo, pelo setor industrial e serviços auxiliares) ao lado de um amplo setor informal (encarnado, no urbano, pelos serviços pessoais, alguns segmentos do comércio etc.). Dado o caráter restrito do setor formal, o excedente de mão de obra seria absorvido pelo informal. Este último desempenharia funções claras na dinâmica de reprodução de capital, na medida em que ele: a) mantém relações mercantis com o formal; b) ocupa os espaços em que o setor formal não conseguiu fincar raízes; c) reduz os salários, assim como demais rendimentos do trabalho, contribuindo assim, para a redução de custos de produção do setor formal direta (por subcontratações de unidades informais) e indiretamente (pela influência dos salários informais no mercado de trabalho formal).

Numa análise preliminar, a influência da qualificação profissional sobre rendimentos do trabalho seria limitada pelas condições concretas da demanda. Contudo, parte dos trabalhadores mais bem qualificada seria alocada no setor formal, mais dinâmico. Assim, à luz da teoria marxiana, pode-se admitir diferenças de rendimentos em concordância com diferentes níveis de instrução.

Entre as décadas de 1950 e 1960, os **institucionalistas** conceberam a teoria da segmentação do mercado de trabalho para explicar a heterogeneidade imanente da economia capitalista. Esta abordagem parte do reconhecimento da existência de dois segmentos do mercado de trabalho, ambos forjados no âmago das firmas. Haveria então, um setor protegido e outro desprotegido. No mercado protegido, salários, jornada de trabalho e outros atributos do trabalho são regulados por uma lógica independente, isolando a “força de trabalho das pressões gerais do mercado” (MULS, 1999, p. 4). Tal segmento absorveria trabalhadores mais qualificados e, em linhas gerais:

“(...) é caracterizado por hábitos de trabalho e emprego estáveis, salários relativamente altos, produtividade alta, progresso técnico, existência de canais de promoção dentro das firmas, treinamento no próprio local de trabalho, promoção por antiguidade etc. É comum que os empregos nestes mercados estejam associados às grandes firmas, com alta relação capital/trabalho” (MULS, 1999, p. 4).

Segundo Doeringer e Piore (1971), o interesse das firmas em criar um segmento protegido obedece ao princípio de minimizar custos de investimento em formação de mão de obra especializada diante das flutuações econômicas da produção e da demanda³.

O setor desprotegido, por sua vez, seria identificado pelas ocupações menos produtivas das firmas. A pressão da oferta abundante de mão de obra gera uma situação de trabalho precarizado, com baixos salários, alta rotatividade etc. O mais importante ainda seria o fato de haver pouca mobilidade social entre estes segmentos do mercado de trabalho.

Em síntese, pode-se observar, nas principais linhas de pensamento sobre mercado de trabalho, a correlação entre qualificação e nível de renda, embora nem sempre com o mesmo nexos causal. O estudo a seguir procura aferir esta correlação no mercado de trabalho metropolitano brasileiro, no passado recente.

METODOLOGIA

Cursos e treinamentos voltados para a qualificação profissional

Em termos conceituais, foram considerados cursos de qualificação e capacitação todos “aqueles que proporcionam tanto conhecimentos específicos requeridos para o exercício de alguma ocupação (habilitação profissional) como outros conhecimentos que permitem melhorar o desempenho profissional” (DIEESE, SEADE, MTE, 2008, p. 34). Tais cursos ou treinamentos podem assumir as mais variadas formas (em módulos, oficinas etc.) e ser fornecidos por diversos tipos de instituições. Contudo, são excluídas as capacitações ocorridas “durante o processo de trabalho e a participação em seminários, palestras, conferências etc.”⁴ (DIEESE, SEADE, MTE, 2008, p. 34).

Pelos critérios da pesquisa, todos os indivíduos pesquisados de 14 anos e mais (ocupados, desempregados e inativos) eram orientados a

3. Deve-se destacar que os autores, apesar da segmentação do mercado de trabalho, atribuem grande peso ao treinamento nos mercados protegidos na determinação da trajetória ocupacional dos indivíduos e, portanto, do aumento de rendimento e mobilidade intra-setorial.

4. Ainda segundo DIEESE, SEADE e MTE (2008, p. 34), também são excluídas atividades como ginástica, curso de música, de auto-ajuda, quando estes são realizados para outros fins, isto é, quando não direcionados para o desempenho de alguma atividade produtiva.

responder a questão 28. De todas as respostas positivas, isto é, de todos os indivíduos que declararam ter feito algum curso, foram consideradas, para efeito de análise, na questão 29, apenas as qualificações relativas às categorias 1 (curso do Sine etc.), 2 (curso de capacitação/especialização por iniciativa da empresa) e 3 (curso de capacitação por iniciativa própria) - Quadro 1.

QUADRO 1

Questões 28 e 29 do bloco suplementar da PED - 2008

28. Nos últimos 3 anos, o Sr. concluiu ou está fazendo algum curso de qualificação / capacitação profissional?

1 Sim ▶

2 Não ▶

29. Este(s) curso(s) é(são):

Ler as alternativas. Assinalar aquelas que correspondam aos tipos de cursos mencionados. Seguir a entrevista conforme o fluxo indicado, considerando a primeira alternativa assinalada. Por exemplo, caso tenham sido marcadas alternativa 02 - curso de capacitação e a alternativa 05 - médio integrado e educação profissional, seguir para a questão 30.

01 Curso de capacitação por indicação do Sine ou postos públicos de atendimento ao trabalhador

02 Curso de capacitação / especialização por iniciativa de empresa (curso livre que não proporciona grau de escolaridade)

03 Curso de capacitação por iniciativa própria (curso livre que não proporciona grau de escolaridade)

04 Curso de graduação superior com duração de menos de 4 anos

05 Médio integrado e educação profissional

06 Técnico básico de Ensino Fundamental

07 Curso de graduação superior com duração de 4 anos ou mais

08 Pós-graduação

09 Mestrado / doutorado

10 Alfabetização de adultos

11 Supletivo de ensino fundamental ou de ensino médio

Fonte de dados e variáveis

O total da amostra da PED com o suplemento especial sobre qualificação profissional, restringindo à faixa etária de 15 a 59 anos, foi de 151.970, sendo que, desse contingente, apenas 48.050 declararam, nos últimos três anos, ter cursado ou estar frequentando cursos de qualificação profissional.

De modo a atender o propósito desse estudo, ou seja, analisar o efeito do curso de qualificação sobre o rendimento dos ocupados, foram selecionadas questões incluídas no questionário básico da pesquisa e neste suplemento, conforme apresentado no Quadro 2.

QUADRO 2

Descrição das variáveis		
Classes de variáveis	Variáveis	Categorias
Variáveis de localização	Região metropolitana	0 RM Recife (categoria de referência)
		1 RM São Paulo
		2 RM Belo Horizonte
		3 RM Salvador
		4 RM Porto Alegre
		5 Distrito Federal
Variáveis de atributos pessoais	Variável de sexo	0 feminino (categoria de referência)
		1 masculino
	Variável de raça-cor	0 branca/amarela (categoria de referência)
		1 parda
		2 negra
	Variável de posição da família	1 chefe
		2 cônjuges
		3 filhos
		4 outros
Variáveis de educação	Anos de estudo completos	
	Frequenta escola	0 não frequenta
		1 frequenta
Variáveis de renda	Renda domiciliar <i>per capita</i>	
	Rendimento da ocupação principal	
Situação na inatividade		1 aposentado
		2 encostado
		3 domésticos
		4 estudante
		5 vive de renda
		6 vive de ajuda
		7 outros
Variáveis de trabalho	Experiência anterior	0 não
		1 sim
	Experiência anterior na indústria	0 não
		1 sim
	Carteira assinada	0 não
		1 sim
	Tempo de permanência no emprego	
	Empresa com mais de 500 empregados	0 não
	1 sim	
Empresa no setor industrial	0 não	
	1 sim	

Continua ►

QUADRO 2

Descrição das variáveis

Classes de variáveis	Variáveis	Categorias
Variáveis de trabalho	Setor intensivo em mão de obra qualificada	0 baixa concentração de mão de obra qualificada (categoria de referência)
		1 média concentração de mão de obra qualificada
Variáveis referentes ao curso de qualificação	Iniciativa do curso	2 alta concentração de mão de obra qualificada
		1 Sine
		2 própria empresa
	Financiamento do curso	3 conta própria
		1 totalmente pago com recursos próprios e/ou familiares
		2 pago parcialmente com os recursos da empresa
		3 totalmente pago com recursos da empresa
		4 totalmente gratuito
	Consequências do curso	5 outros
		1 obter o primeiro emprego ou trabalho
2 obter o atual emprego ou trabalho		
3 crescimento profissional no atual trabalho		
4 melhorou o desempenho do negócio, empresa própria		
5 obter ou mudar de emprego ou trabalho		
6 ter uma profissão		
7 ampliar as possibilidades de obter trabalho		
8 obter conhecimentos de interesse pessoal		
9 não serviu para nada		
10 outros resultados		

Da leitura deste quadro, apreende-se que a maior parte das variáveis é binária. Pouco se fez em termos da construção delas, exceto no caso das variáveis de renda, em que há uma considerável perda de informação (cerca de 30% na renda familiar e 12% na renda do trabalho).

Para contornar esse problema, recorreu-se ao método *hotdeck*⁵, com o qual imputam-se valores aos *missing* conforme as características dos “vizinhos” mais próximos. Calculou-se a média de repostas por cada variável. Mantiveram-se apenas as observações onde a média de respostas era igual ou acima da média geral de repostas, descartando-se aquelas onde

5. Sobre o método de *hotdeck*, ver Barzi; Woodward (2004) e Clayton; Mander (1999) em *Statistical Software Components S, 1999* - ideas.repec.org.

a incidência de *missing* era superior. Em outra etapa, ordenou-se o banco por setores censitários e regiões metropolitanas, atribuindo-se valores das linhas (domicílios) imediatamente mais próximos, controlados pelo setor censitário. Presume-se que os domicílios que são vizinhos apresentem, geralmente, características socioeconômicas semelhantes, o que, em termos da média, não afeta os resultados obtidos.

QUADRO 3

Teste de médias para as variáveis de renda imputadas

Renda familiar				
	Número de observações	Média	Variância	Diferença
Renda familiar real	110.958	2455,5450	3102,8430	-116,56701
Renda familiar imputada	152.606	2572,1120	3312,6350	(0,0000)
Renda do trabalho principal				
	Número de observações	Média	Variância	Diferença
Renda do trabalho principal real	134.017	745,7714	1404,0900	-0,9160
Renda do trabalho principal imputada	152.827	746,6874	1425,3550	(0,8016)

Fonte: DIEESE/Seade, MTE/FAT e convênios regionais

Nota: 1) Diferença estatisticamente significante

Obs.: P - Valor do teste de média entre parênteses

Estratégica econométrica

Os diferenciais de rendimentos para trabalhadores ocupados são obtidos por intermédio de uma modelagem simultânea de decisão sobre realizar qualificação profissional e rendimentos. A estimação em dois estágios se deve a um possível viés de seleção presente na amostra, na medida em que nem todos os indivíduos vivenciaram a experiência da qualificação. Destarte, a amostra utilizada pode não ser, necessariamente, representativa de toda a população, criando esse viés de seleção, que conduz inexoravelmente a problemas de estimação dos parâmetros.

Para este tipo de problema, portanto, adota-se procedimento convencional baseado em Heckman (1979). Em um primeiro estágio, estima-se a probabilidade de cursar qualificação profissional por método de máxima verossimilhança⁶. Os estimadores encontrados nesta equação

6. No caso deste trabalho, recorre-se a um *probit*. Um experimento semelhante foi realizado com dados da Pesquisa Suplementar de qualificação da Pnad-IBGE em Musse; Machado (2009).

possibilitam a obtenção do termo de correção de seleção de amostra denominado variável λ ou razão inversa de Mills. No segundo estágio, esta variável é incorporada em uma equação tradicional de rendimentos. Tal procedimento permite obter estimativas consistentes dos parâmetros da equação de rendimentos.

O primeiro estágio do modelo supõe que um indivíduo cursa educação profissional quando a utilidade de cursar excede a desutilidade de não cursar.

$$\Pr(\text{Frequenta}_i = 1) = \Pr(U_i^F - U_i^{NF} > 0)$$

Onde:

U_i^F = utilidade de cursar;

U_i^{NF} = utilidade de não cursar;

i = indivíduo;

F = frequentou e/ou frequenta curso de qualificação profissional;

NF = não frequentou e nem frequenta;

$\text{Frequenta} = 1$

Considera-se que a decisão de cursar qualificação profissional dependa de atributos como sexo do indivíduo, idade e renda domiciliar *per capita*.

$$\Pr(\text{Frequenta} = 1) = C + \beta_1 \text{Sexo}_i + \beta_2 \text{idade}_i + \beta_3 \text{rendafamiliarpercapita}_i + \varepsilon$$

Frequenta = 1 = indivíduo que frequentou ou frequenta curso de qualificação

β_j = vetor de coeficientes que refletem o impacto de mudança na variável explicativa sobre a probabilidade de ocorrência do evento.

A variável sexo é incluída porque, embora a taxa de atividade feminina venha crescendo, há ainda diferenças por gênero quanto às decisões de frequentar qualificação profissional. Quanto mais jovem, maior a probabilidade de cursar, dado que o indivíduo busca a aquisição de habilidades que, geralmente, compensam a falta de experiência no mercado de trabalho. A renda domiciliar *per capita* deve afetar positivamente a decisão de frequentar o curso, pois indivíduos oriundos de famílias bem posicionadas na distribuição de renda contam com recursos financeiros para alocar tempo em tal formação, adiando ou reduzindo o tempo da jornada de trabalho.

A razão de Mills é obtida a partir da estimação dos parâmetros do modelo acima. Trata-se da razão entre a função de densidade e a função de distribuição para uma variável normal padronizada:

$$\lambda_i = \frac{\phi(Z_i)}{1 - \Phi(z_i)} = \frac{\phi(Z_i)}{\Phi(-z_i)}^7$$

em que ϕ e Φ são, respectivamente, as funções de densidade e de distribuição para uma variável padrão normal, e

$$Z_i = -\frac{X_{ji}\beta_j}{(\sigma_{jj})^{\frac{1}{2}}}$$

$$E(\varepsilon_{ji}) = 0$$

$$E(\varepsilon_{ji}\varepsilon_{j'i'}) = \sigma_{jj'}, \quad i = i'$$

$$= 0 \quad i \neq i'$$

Além disso, na estimação é importante avaliar o grau de correlação entre os termos de erro (ε) nos dois estágios, por intermédio do coeficiente *rho*. O método de Heckman não estima *rho* diretamente. Para garantir que este coeficiente esteja dentro dos limites válidos [-1, 1] e para garantir estabilidade numérica durante a otimização, a tangente hiperbólica de *rho* é estimada:

$$a \tanh \rho = \frac{1}{2} \ln \left[\frac{1 + \rho}{1 - \rho} \right]$$

Em seguida, a variável é invertida para que seja encontrado o valor de *rho*. Esse valor é, então, usado para estimar a matriz de covariância para os dois estágios.

A equação de rendimentos corrigida por viés de seleção é, assim, definida:

$$\ln Y_i = C + \beta_1 Qualif_i + \beta_2 Sexo_i + \beta_3 Cor_i + \beta_4 idade_i + \beta_5 idade_i^2 + \beta_6 escolaridade_i + \beta_7 formal_i + \beta_8 jornada + \beta_9 setor + \beta_{10} rm_i + \lambda_i + \varepsilon$$

7. " λ_i " é a inversa da razão de Mills. É uma função monotonicamente decrescente da probabilidade de que uma observação seja selecionada na amostra, $\Phi(-Z_i) = (1 - \Phi(Z_i))$, Heckman (1979, p. 156).

Onde:

Y = rendimento do indivíduo i ;

Qualif = dummy para frequência de qualificação profissional;

formal = dummy para postos de trabalho formal;

jornada = número de horas trabalhadas no mês;

setor = dummies para tipologia de setores e ramos de atividade conforme intensidade da mão de obra qualificada⁸;

rm = dummies de regiões metropolitanas.

As variáveis *sexo* e *cor* foram incluídas no modelo com o objetivo de captar discriminação. Esperam-se diferenças de rendimentos entre mulheres e homens entre brancos e não brancos. As variáveis de referência para *sexo* e *cor* são as mesmas utilizadas na especificação do *probit* e na equação de rendimentos.

A educação é um fator que está diretamente ligado à remuneração. Variáveis de postos de trabalho também afetam o rendimento. Há uma segmentação no mercado de trabalho traduzida pelo maior rendimento e acesso a benefícios dos trabalhadores em posição na ocupação de postos formais de trabalho (empregados com carteira, funcionários públicos e militares) em contraposição aos trabalhadores não formalizados (empregado sem carteira, conta própria e empregadores). A categoria de referência é a posição na ocupação *formal*. Setor de atividade baseado em intensidade de qualificação de mão de obra afeta o rendimento porque reflete as habilidades necessárias para execução da atividade. Quanto maior o nível de habilidades requerido, maior tende a ser o rendimento. Região metropolitana é outra variável para analisar os efeitos das desigualdades regionais sobre os rendimentos dos ocupados.

8. Ver tipologia de ramos e setores apresentada no primeiro capítulo. No grupo 1, o mais intensivo em mão de obra qualificada, inclui, do setor **industrial**, os ramos de Química, farmacêutica e plásticos; no setor de **serviços**, os Especializados, Saúde, Educação, Utilidade pública, Serviços de administração pública, Forças Armadas e polícia, Creditícios e financeiros, Serviços comunitários; e no agregado de **Outros** setores Embaixadas, Consulados, representações oficiais e políticas. No Grupo 2, segundo mais intensivo em mão de obra qualificada, inclui no setor **industrial**: Metalúrgica, mecânica, mat. elétrico-eletrônico, Alimentação, Artefatos de borracha, Papel, papelão e cortiça, Gráficas e editoras, Outras indústrias; todo o setor do **comércio** (varejista e atacadista); setor de **serviços**: Serviços pessoais, Serviços de comunicações, Diversões, Radiodifusão e teledifusão, Comércio, administração de valores imobiliários e de imóveis, e Serviços auxiliares.

RESULTADOS

Análise descritiva

A comparação entre os indivíduos que declararam frequentar ou que frequentaram e os que nunca o fizeram evidencia diferenças entre as duas sub-amostras. O que distingue esses indivíduos são a condição na família, idade e escolaridade média, frequência à escola e renda domiciliar *per capita*.

As pessoas que responderam afirmativamente à pergunta sobre qualificação profissional são mais presentes na categoria filhos (44,03%), jovens (29 anos em média), escolarizados (11 anos de estudo em média), cerca de 39% ainda frequentam a escola e a renda domiciliar *per capita* é, em média, de R\$ 1.039,37. Por outro lado, os que nunca vivenciaram essa experiência são, em maior medida, chefes de família (40,08%), idade média de 36 anos e escolaridade média de 8 anos de estudo, residindo em domicílios cuja renda *per capita* é de R\$ 675,13 (Tabela 1).

TABELA 1
Características dos indivíduos de 15 a 59 anos que responderam ao questionário da PED em 2008 (em%)

Especificações	Não fez curso de qualificação	Fez curso de qualificação
Proporção de homens	46,88	46,52
Proporção de brancos	45,79	51,44
Proporção de negros	10,81	8,02
Proporção de pardos	43,40	40,54
Proporção de chefes	40,08	29,62
Proporção de filhos	25,17	44,03
Idade média (em anos)	36,50	29,88
Escolaridade média (em anos)	8,30	11,16
Proporção de pessoas que frequentam escola	11,70	38,87
Proporção de inativos	29,14	17,75
Proporção de desempregados	9,51	14,63
Proporção de ocupados	61,35	67,62
Renda familiar média <i>per capita</i> (em R\$ de jan/2010)	675,13	1.039,37

Fonte: DIEESE/Seade, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego e Pesquisa Suplementar para o Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda

Obs.: Inflatores utilizados: IPCA/BH/ipead; IPCI/lepe/RS; INPC-RMR/BGE/PE; IPC/SEI/BA; ICV-DIEESE/SP; e INPC-DF/IBGE

Subdividindo essa amostra e selecionando os que não estão ocupados (Tabela 2), nota-se que a proporção de filhos é ainda maior entre os

que fazem qualificação profissional, cerca de 60%. A idade e a escolaridade média, no entanto, são menores, 25 anos de idade e 10 anos de estudo. Na situação de inatividade, estudantes e desempregados procuram curso de qualificação nessa ordem, respectivamente.

TABELA 2
Características dos indivíduos não ocupados de 15 a 59 anos

(em%)

Especificações	Não fez curso de qualificação	Fez curso de qualificação
Proporção de homens	33,24	37,87
Proporção de brancos	43,10	47,01
Proporção de negros	11,64	8,86
Proporção de pardos	45,26	44,13
Proporção de chefes	24,28	12,63
Proporção de filhos	31,88	59,12
Idade média (em anos)	35,23	25,31
Escolaridade média (em anos)	7,49	10,22
Proporção de pessoas que frequentam escola	20,66	55,07
Renda familiar média <i>per capita</i> (Em R\$ de jan/2010)	529,37	740,20
Situação na inatividade		
Aposentado	16,51	4,47
Encostado	4,42	2,85
Domésticos	42,27	20,11
Estudante	20,25	59,13
Vive de renda	1,13	0,86
Vive de ajuda	12,30	9,22
Outros	3,13	3,37
Proporção de desempregados com experiência anterior	86,25	73,31
Proporção de desempregados com experiência anterior na indústria	10,93	7,62

Fonte: DIEESE/Seade, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego e Pesquisa Suplementar para o Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda

Obs.: Inflatores utilizados: IPCA/BH/Ipead; IPC/lepe/RS; INPC-RMR/IBGE/PE; IPC/SEI/BA; ICV-DIEESE/SP; e INPC-DF/IBGE

Ao tratar apenas dos ocupados no mercado de trabalho, observa-se que não há diferenças de escolhas quanto à condição na família, pois cerca de um terço dos ocupados que fizeram ou fazem curso são chefes (Tabela 3). Idade (32 anos) e escolaridade média (11 anos) são superiores à dos inativos e desempregados, assim como renda domiciliar *per capita*, que ultrapassa R\$ 1.100,00. Os ocupados que têm a experiência de qua-

lificação profissional recebem rendimentos mais elevados dos que aqueles que não a vivenciaram formalmente (R\$ 1.483,86 e R\$ 1.025,07, respectivamente). Ademais, entre os trabalhadores com carteira assinada, 47,66% tinham qualificação e 42,28%, não; em grandes empresas, os percentuais eram de 18,13% contra 11,55%, respectivamente; nos setores com alto grau de mão de obra qualificada, 47,37% haviam feito cursos e 24,97%, não. Os que passaram por qualificação têm jornada média de trabalho menor (cerca de 160) do que os que não investiram em qualificação profissional (em torno de 180 horas mensais).

TABELA 3
Características dos indivíduos ocupados de 15 a 59 anos que responderam ao questionário da PED em 2008 (em%)

Especificações	Não fez curso de qualificação	Fez curso de qualificação
Proporção de homens	55,47	50,67
Proporção de brancos	47,48	53,56
Proporção de negros	10,29	7,62
Proporção de pardos	42,23	38,82
Proporção de chefes	50,04	37,76
Proporção de filhos	20,94	36,80
Idade média (em anos)	37,31	32,07
Escolaridade média (em anos)	8,81	11,61
Proporção de pessoas que frequentam escola	6,05	31,11
Renda familiar média <i>per capita</i> (em R\$ de jan/2010)	767,00	1.182,62
Renda média do trabalho principal (em R\$ de jan/2010)	1.025,07	1.483,46
Proporção de empregados na indústria	13,35	12,42
Proporção de empregados em empresas com mais de 500 funcionários	11,55	18,13
Proporção de empregados em setores de alto grau de mão de obra qualificada	24,97	47,37
Jornada mensal média de trabalho (em horas mensais)	180,95	167,23
Tempo de permanência no trabalho principal (em anos)	3,35	3,19
Proporção de trabalhadores formais	74,69	81,31
Proporção de trabalhadores com carteira assinada	42,28	47,66

Fonte: DIEESE/Seade, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego e Pesquisa Suplementar para o Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda

Obs.: Inflatores utilizados: IPCA/BH/pead; IPCI/lepe/RS; INPC-RMR/BGE/PE; IPCSEI/BA; ICV-DIEESE/SP; e INPC-DF/BGE

Esses resultados sugerem que o perfil dos trabalhadores que fazem qualificação profissional é o de indivíduos que, em virtude do nível de escolaridade e de renda, já têm assegurada uma inserção mais favorável no mercado de trabalho. No caso dos ocupados, essa desigualdade de oportunidades é mais destacada, pois esses trabalhadores encontram-se em posições privilegiadas, configurando mercado de trabalho interno, menos sujeito à precarização e rotatividade.

Sobre as características das decisões que envolvem cursar qualificação profissional, reportadas na Tabela 4, constata-se que grande parte das pessoas o faz por iniciativa própria (74,56%), financiado por recursos próprios ou familiares (56,32%). Cerca de 23% alegam que o curso contribuiu para ascensão profissional no atual posto de trabalho e 36,74% dizem bus-

TABELA 4
Características relativas ao curso de qualificação para indivíduos de 15 a 59 anos que responderam ao questionário da PED em 2008 (em%)

Iniciativa do curso	
Sine	5,1
Empresa que trabalhou/trabalha	20,34
Conta própria	74,56
Financiamento do curso	
Totalmente pago com recursos próprios e/ou de familiares	56,32
Parte pago com recursos próprios, parte com recursos da empresa	2,81
Totalmente pago com recursos da empresa	18,93
Totalmente gratuito	21,77
Outros	0,17
Consequências do curso	
Obteve o primeiro emprego ou trabalho	2,4
Obteve o atual emprego ou trabalho	6,54
Obteve crescimento profissional no trabalho	23,52
Melhorou o desempenho da própria empresa ou negócio	4,38
Obteve ou mudou de emprego ou trabalho	2,58
Adquiriu uma profissão	11,02
Ampliou as possibilidades de obter trabalho	21,86
Obteve conhecimentos de interesse pessoais	36,74
Não serviu para nada	4,03
Outros resultados	1,08

Fonte: DIEESE/Seade, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego e Pesquisa Suplementar para o Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda

car conhecimento de interesse próprio. Mais uma vez, nota-se que a decisão é individual e as condições socioeconômicas favorecem essa decisão.

Por fim, no âmbito regional, destaca-se a composição por condição de atividade e a experiência da qualificação (Tabela 5) por regiões metropolitanas. Entres esses territórios, destaca-se o percentual de sem trabalho no Distrito Federal que fizeram formação profissional (40,48%). Nas demais, houve oscilação, ficando entre 21,66% (Recife) e 27,77% (Salvador). Também, entre ocupados, a capital brasileira é a que mais qualifica profissionalmente. Provavelmente, há um viés criado pela frequência a cursos preparatórios de concursos públicos e/ou políticas públicas de formação que favorecem os residentes dessa região. No outro extremo, Recife e São Paulo são

TABELA 5
Proporção de indivíduos de 15 a 59 anos que fizeram curso de qualificação nos últimos três anos, por região metropolitana (em%)

Região Metropolitana	Desempregados e inativos	Ocupados	Total
Recife	21,66	26,02	23,96
Salvador	27,77	33,23	30,93
Belo Horizonte	27,11	32,58	30,81
São Paulo	23,03	29,82	27,6
Porto Alegre	25,62	34,55	31,45
Distrito Federal	40,48	42,57	41,84
TOTAL	27,92	33,76	31,62

Fonte: DIEESE/Seade, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego e Pesquisa Suplementar para o Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda

as metrópoles de menor participação de trabalhadores com qualificação profissional, 26,02% e 29,82%, respectivamente.

Na próxima seção, os resultados da estimação do modelo mostram a efetividade da qualificação profissional para incrementar o rendimento do trabalhador.

Estimação

A Tabela 6 traz os resultados da estimação por Mínimos Quadrados Ordinários (MQO) e de Heckman. A razão de Mills evidencia que há um viés de seleção, posto que é estatisticamente significativa. Do universo de 152.072 observações, 67.717 foram censuradas, porque se referem aos indivíduos que não vivenciaram a experiência de qualificação.

Para a equação referente à probabilidade de se qualificar, observa-se que todos os coeficientes são estatisticamente significativos. Há maiores chances de frequentar e ter frequentado quando se é do sexo masculino e a probabilidade aumenta com a idade. Renda familiar *per capita*, embora significativa, surte pouco efeito sobre a decisão de formação profissional.

No que tange ao diferencial de rendimentos, os sinais dos coeficientes das equações de rendimentos estimadas por MQO e por Heckman são os mesmos, com exceção da variável sexo do indivíduo. Pela análise de Heckman, há evidências de discriminação por sexo e cor, pois homens e brancos ganham relativamente mais que mulheres e pretos e pardos, respectivamente. Os coeficientes da idade e do quadrado da idade sugerem perfil de idade-rendimento côncavo. O rendimento deve aumentar até determinada idade e depois se estabilizar. O efeito da segmentação no mercado de trabalho é observado pelos valores positivos da variável “for-

TABELA 6
Estimação do logaritmo da renda do trabalho de indivíduos de 15 a 59 anos
que responderam ao questionário da PED/DIEESE em 2008

	Heckman		MQO
	Equação de seletividade	Equação de rendimentos	
Qualificação		0,0518 ¹ (0,0224)	0,0855 ² (0,0054)
Anos de estudo		0,0641 ² (0,0034)	0,0970 ² (0,0008)
Sexo	0,3963 ² (0,0066)	-0,6677 ² (0,0497)	0,3749 ² (0,0048)
Idade	0,0098 ² (0,0003)	0,0431 ² (0,0062)	0,0764 ² (0,0014)
Idade ao quadrado		-0,0007 ² (0,0001)	-0,0007 ² (0,0000)
Preta		-0,1299 ² (0,0357)	-0,2119 ² (0,0086)
Parda		-0,0666 ² (0,0229)	-0,1352 ² (0,0055)
Formal		0,0829 ² (0,0241)	0,0587 ² (0,0058)
Renda familiar <i>per capita</i>	0,0001 ² (0,0000)		

Continua ►

TABELA 6
Estimação do logaritmo da renda do trabalho de indivíduos de 15 a 59 anos
que responderam ao questionário da PED/DIEESE em 2008

	Heckman		MQO
	Equação de seletividade	Equação de rendimentos	
Jornada mensal de trabalho		0,0022 ² (0,0002)	0,0023 ² (0,0000)
Média concentração de mão de obra qualificada		0,0642 ² (0,0247)	0,0676 ² (0,0059)
Alta concentração de mão de obra qualificada		0,2236 ² (0,0279)	0,3150 ² (0,0066)
RM Salvador		0,1399 ² (0,0400)	0,2017 ² (0,0097)
RM Belo Horizonte		0,3070 ² (0,0364)	0,3971 ² (0,0088)
RM São Paulo		0,3796 ² (0,0358)	0,4774 ² (0,0086)
RM Porto Alegre		0,2982 ² (0,0390)	0,3735 ² (0,0094)
Distrito Federal		0,3863 ² (0,0358)	0,5937 ² (0,0085)
Constante	-0,45242 (0,0103)	7,9957 ² (0,2303)	2,9935 ² (0,0275)
Mills (LAMBDA)		-4,3562 ² (0,1779)	
Teste de Wald (Wald $\chi^2(k+1)$)		1955,17 ²	
Número de observações		15207 ²	

Fonte: DIEESE/Seade, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego e Pesquisa Suplementar para o Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda

Nota: 1) Significativo a 5%

2) Significativo a 1%

Obs.: Erros-padrão entre parênteses ()

mal”, mas, sobretudo, pela de setor, especialmente, intensivo em qualificação. Ocupados com maior jornada mensal têm salários mais elevados, algo já esperado.

Um ano a mais de estudo aumenta o rendimento do trabalho em 6% e qualificar-se profissionalmente amplia o rendimento em proporção bem próxima à educação formal (5%), mostrando que os ocupados que passam por essa experiência, mantido tudo mais constante, recebem mais do que os que não o fizeram.

Regionalmente, observa-se que o diferencial é positivo para os trabalhadores residentes nas demais áreas metropolitanas, quando comparadas a Recife, metrópole de referência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho evidencia o papel da qualificação na formação de rendimentos dos trabalhadores nas regiões metropolitanas brasileiras. Para tal, recorre-se ao modelo de Heckman, dado que a amostra de treinados é uma amostra “selecionada” da população de ocupados, ocorrendo correlação espúria entre os salários dos que possuem treinamento e o termo aleatório.

Na realidade, para avaliar o efeito da formação profissional sobre os rendimentos dos trabalhadores, o ideal seria comparar o salário, depois de concluído o treinamento, com o salário antes do treinamento. Como esse exercício de contra-factual não é possível, pois a base de dados empregada não acompanha o indivíduo ao longo do tempo, emprega-se o método proposto por Heckman.

Tal método, como já dito, está ancorado na teoria do capital humano, que avalia o diferencial de rendimentos na perspectiva dos atributos dos trabalhadores, em especial escolaridade e treinamento, e não de condições de demanda cíclica ou de institucionalização do mercado de trabalho.

A restrição das hipóteses do modelo não impede, no entanto, que se estabeleça uma associação direta entre formação profissional e rendimentos, como aqui proposto. Doeringer e Piore (1971), ao analisarem constituição de mercados internos pelas indústrias, diferenciam treinamento específico do geral. Para esses autores, a frequência da habilidade requerida por um tipo de trabalho estabelece a necessidade de treinamento específico. Esse tipo de treinamento requer educação formal, mas, sobretudo, treinamento *on the job*, compreendendo cursos profissionalizantes em centros de treinamento da empresa, supervisão no trabalho, *learning by doing*, entre outros mecanismos. A habilidade específica geraria efeitos importantes na constituição do mercado interno por aumentar a proporção de custos com treinamento para o empregador, elevar o nível absoluto destes custos de treinamento e exigir processos de recrutamento e seleção mais aprimorados. A estratégia das empresas é, portanto, remunerar em um nível superior ao custo de oportunidade de se procurar emprego no mercado externo, reduzindo a mobilidade da mão de obra e o papel do mercado sobre a estrutura salarial interna.

Os achados desse trabalho podem atestar este argumento, quando maior prevalência de qualificação profissional é observada no setor formal, nos segmentos intensivos em qualificação. Entretanto, para aqueles ocupados, que se qualificam por conta própria, o perfil parece ser o de treinamento geral, sendo mais bem ilustrado pela teoria do capital humano, haja vista o peso da decisão dos trabalhadores.

Independentemente da abordagem teórica, o fato é que os resultados desse exercício mostram a discriminação, a segmentação e o efeito de treinamento e experiência sobre os rendimentos. Em uma agenda futura, análises por grupos ocupacionais podem contribuir para formulação de políticas de formação profissional mais específicas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARZI, Federica & WOODWARD, Mark. **Imputations of Missing Values in Practice: Results from Imputations of Serum Cholesterol in 28 Cohort Studies.** *American Journal of Epidemiology*. 160(1):34-45, July 1, 2004.

BECKER, Gary. **Human Capital: a theoretical and empirical analysis, with special reference to education.** Chicago: The University of Chicago Press. 1993.

DIEESE, SEADE, MTE. **Bloco G – Informações para o Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda: Manual do entrevistador.** São Paulo: DIEESE. 2008. 46 p.

DIEESE. **Estratégias de Procura do Trabalho, Uso do Seguro-Desemprego e Qualificação Profissional na Região Metropolitana de Belo Horizonte.** São Paulo: DIEESE. 2009. 16 p.

DOERINGER, Peter; PIORE, Michael. **Internal Labour Market and Manpower Analysis.** Lexington, Mass.: D. C. Heath and Company. 1971. 168 p.

HECKMAN, James. Sample selection bias as a specification error. *Econometrica*, v. 47, n. 1, p. 153-162, Jan. 1979.

MINCER, Jacob. **Schooling, Experience, and Earnings.** Disponível em <<http://www.nber.org/books/minc74-1>>. Acesso em 29 de abril de 2009.

MULS, Leonardo. M. A teoria do Capital Humano, as teorias da segmentação e a literatura institucionalista: proposições de políticas públicas e implicações sobre a distribuição de renda. In: IV Encontro Nacional de Economia Política, 1999, Porto Alegre. **Anais...**, 1999.

MUSSE, Isabel, MACHADO, Ana F. **Perfil dos indivíduos que investem em educação profissional no Brasil a partir dos dados da PNAD 2007**. Belo Horizonte, Cedeplar. 2009 (mimeo).

RODARTE, Mario M. S. . Qualificação e segmentação do mercado de trabalho: o caso da RMBH na década de 1990. In: XI Encontro Nacional da ABET, 2009, Campinas-SP. **Anais...** Campinas: Unicamp, 2009.

RODARTE, Mario M. S.; SCHNEIDER, Eduardo M. ; GARCIA, Lúcia S. Educação e qualificação para o trabalho: Um breve diagnóstico da formação dos trabalhadores metropolitanos segundo a PED e sua pesquisa suplementar de 2008. **Bahia Análise & Dados**, v. 21, p. 417-432, abr./jun. 2011.

Este livro traz estudos realizados entre 2008 e 2009, que tomaram como base os resultados da Pesquisa de Emprego e Desemprego (Sistema PED). O objetivo é contribuir com respostas para as diferentes questões sobre a qualificação profissional no Brasil.

No primeiro capítulo, Mudanças Recentes na Educação e no Mercado de Trabalho, a evolução de inserções ocupacionais e de oferta de trabalho é examinada à luz dos diferenciais de escolaridade. O objetivo é problematizar o papel da qualificação nos movimentos recentes do mercado de trabalho e a evolução das condições a que estão submetidos os trabalhadores.

Já o capítulo dois - Educação e qualificação para o trabalho: um breve diagnóstico da formação dos trabalhadores metropolitanos – traz um exercício exploratório da Pesquisa Suplementar Informações para o Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda, com dados levantados em seis regiões acompanhadas pelo Sistema PED, entre maio e outubro de 2008.

Em Dinâmica ocupacional, requisitos de contratação e uma proposta de tipologia de ramos de atividade segundo a qualificação profissional, são caracterizadas a estrutura e a dinâmica ocupacional na área de cobertura do Sistema PED, de 2003 a 2008. Depois, é feita uma análise dos requisitos de qualificação no momento da contratação do trabalhador, o que envolve uma investigação por setores e ramos de atividade. Por fim, é apresentada uma proposta de tipologia de ramos de atividade por qualificação profissional.

O capítulo 4, A efetividade da qualificação profissional no mercado de trabalho metropolitano: um estudo a partir da PED e da Pesquisa Suplementar de 2008, procura identificar a relação entre qualificação e inserção no mercado de trabalho. Para tanto, realiza um exercício baseado nas equações de Heckman de dois estágios.